



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CONRADO OTTOBONI BAGGIO

**UM EIXO PROBLEMÁTICO: AS RELAÇÕES SINO-SUDANESAS E A EVOLUÇÃO
DA PROJEÇÃO CHINESA NA ÁFRICA**

JOÃO PESSOA

2016

CONRADO OTTOBONI BAGGIO

**UM EIXO PROBLEMÁTICO: AS RELAÇÕES SINO-SUDANESAS E A EVOLUÇÃO
DA PROJEÇÃO CHINESA NA ÁFRICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira.

JOÃO PESSOA

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B144e Baggio, Conrado Ottoboni

Um eixo problemático [manuscrito] : as relações sino-sudanesas e a evolução da projeção chinesa na África / Conrado Ottoboni Baggio. - 2016.

142 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira, Departamento de Relações Internacionais".

1. República Popular da China. 2. Sudão. 3. África.
I. Título.

21. ed. CDD 327.51

CONRADO OTTOBONI BAGGIO

**UM EIXO PROBLEMÁTICO: AS RELAÇÕES SINO-SUDANESAS E A EVOLUÇÃO
DA PROJEÇÃO CHINESA NA ÁFRICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em: 16/06/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira(Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Filipe Reis Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

*Aos meus tios, Theodoro e Cristina, que abriram a
porta e ao meu primo Bruno, que acendeu a luz.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, tios e primos pelo apoio que sempre concederam.

Aos meus pais, por todo o amor e educação transmitidos ao longo da minha existência.

À minha irmã, com quem espero continuar compartilhando todos os momentos da minha vida.

À Nayara, pelo companheirismo, paciência e amizade. Sem você todos os obstáculos seriam maiores.

Aos meus amigos, com quem dividi momentos de alegria e tristeza.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI), que tanto contribuíram para o andamento dessa pesquisa.

Ao professor Henrique Altemani de Oliveira pela dedicação ao longo da orientação desta dissertação.

Aos colegas de turma, testemunhas das experiências, erros e acertos ao longo do mestrado.

RESUMO

Esta dissertação apresenta as relações entre a República Popular da China (RPC) e os Estados da África, a partir do caso da República do Sudão. Com o objetivo de identificar as razões e o método por trás das atuais interações chinesas com o continente africano é feita uma pesquisa bibliográfica e documental, ressaltando os exemplos práticos dessa relação. No primeiro capítulo é apresentado um panorama histórico das relações sino-africanas desde os anos 1950 até a década de 2010, estabelecendo uma conexão entre as mudanças ocorridas na RPC, no continente africano e na dinâmica existente entre esses dois atores. No segundo capítulo será apresentada a trajetória política e econômica da região onde se localiza o Estado sudanês - e posteriormente o Sudão do Sul – mostrando o passado colonial do país, os desafios de se construir uma nação a partir de povos e culturas distintas e sua vulnerabilidade diante das grandes potências. O terceiro capítulo foca no envolvimento da RPC com o Sudão fornecendo uma perspectiva mais próxima e singular de como a potência asiática lidou com outros países em desenvolvimento no passado e como ela vem fazendo isso atualmente. A conclusão afirma que a intensa participação da RPC em missões de paz no Sudão e no Sudão do Sul e as demonstrações de preocupação com o respeito aos direitos humanos são derivados tanto das necessidades impostas pelo aumento do contato com as instabilidades internas desses países, como pelo desejo de se mostrar como um Estado responsável dentro do sistema internacional, sendo a atuação da RPC em relação ao Sudão representativa de um envolvimento geral do país com os demais Estados africanos.

Palavras-Chave: República Popular da China. Sudão. África.

ABSTRACT

This master thesis presents the relations between the People's Republic of China (PRC) and the African states through the case of the Republic of Sudan. Aiming at identifying the reasons and methods behind the current Chinese interactions with the African continent a bibliographical and documental research is made highlighting the practical examples of this relation. In the first chapter a historical panorama of the Sino-African relations since the 1950's until the decade of the 2010's is presented, establishing a connection between the changes occurred inside and with the PRC and the African continent, and the existing dynamics among the two actors. In the second chapter the political and economical trajectory of the region where the Sudanese state – and later South Sudan - is located is presented showing the country's colonial past, the challenges in building a nation from such distinct people and cultures and its vulnerability before the great powers. The third chapter focus on the involvement of the PRC with Sudan, providing a closer and singular perspective about how the Asian power handled other developing countries in the past and how it's doing so lately. The conclusion affirms that the intense participation of the PRC in peace missions in Sudan and South Sudan and the demonstrations of concern regarding Human Rights are derivative from both the need imposed by the growing contact with the internal instabilities of these countries and also the desire to present itself as a responsible state inside the international system, considering that the PRC performance towards Sudan exemplifies the country's a broader involvement with African states.

Keywords: People's Republic of China. Sudan. Africa.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – O Sudão antes da separação da região sul.....	50
Mapa 2 – Diversidade Étnica do Sudão antes da Separação do Sul	51
Mapa 3 – Diversidade Religiosa no Sudão, antes da Separação.....	52
Mapa 4 – Mapa Político do Sudão antes da separação e a Região de Darfur	70
Mapa 5 – Mapa Político do Sudão do Sul	75
Mapa 6 – Instalações Petrolíferas no Sudão e Sudão do Sul	76
Mapa 7 – Áreas de conflito na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul.....	78
Mapa 8 – Concessões de Petróleo no Sudão.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição do PIB sudanês, 1999-2007 (em %)	69
Tabela 2 - Petróleo e Comércio Exterior no Sudão, 1999-2007 (em US\$ milhões)	69
Tabela 3 - Principais Companhias Petrolíferas no Sudão e Sudão do Sul	96
Tabela 4 - Participação da China no Total das Exportações do Sudão, 2003-2010 (US\$ milhões)	97
Tabela 5 - Participação da China no Total das Importações do Sudão, 2003–2010 (US\$ milhões)	97
Tabela 6 - Valor das Importações de Armamento Leve para o Sudão em milhões de US\$, 2003-2008	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação do PIB chinês, em %, (1995–2014)	35
Gráfico 2 - Variação do PIB africano, em %, (2006–2016).....	38
Gráfico 3 - Valor do Comércio Total China-África, em US\$ (1950-2010).....	39
Gráfico 4 - Distribuição do Total da Ajuda Externa Chinesa, por Região, 2010-2012.....	40
Gráfico 5 - Fontes de Importação de Petróleo pela China, por Região.....	42
Gráfico 6 - Principais Destinos de IEDs Chineses na África, em US\$ milhões 2004.....	98
Gráfico 7 - IEDs chineses destinados ao Sudão, 2004-2010 (em milhões de US\$).....	106
Gráfico 8 - Produção de Petróleo do Sudão e Sudão do Sul, 2005-2014 (em milhares de barris por dia).....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
APC	Acordo de Paz Compreensivo
AUHLP	Painel de Alto Nível da União Africana
CNA	Congresso Nacional Africano
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
DPOC	<i>Dar Petroleum Operating Company</i>
ELS	Exército de Libertação do Sudão
EXIMBANK	Banco de Importações e Exportações da China
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FIN	Frente Islâmica Nacional
GNPOC	<i>Greater Nile Petroleum Operating Company</i>
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
JIU	<i>Joint Integrated Units</i>
LRA	<i>Lord's Resistance Army</i>
PETRONAS	<i>Malasyan State Oil Company Petroleum Nasional Berhad</i>
MOFCOM	Ministério do Comércio da China
MJE	Movimento Justiça e Equidade
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NORINCO	<i>China North Industries Corporation</i>
NUP	Partido Unionista Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCC	Partido Comunista Chinês
PCN	Partido do Congresso Nacional
PCS	Partido Comunista do Sudão
PIB	Produto Interno Bruto
OS	Partido Sulista
RPC	República Popular da China
SINOPEC	Companhia Petroquímica da China
SPLM	Movimento de Libertação do Sudão
SPLM/A	Exército Popular de Libertação do Sudão
SPLM-N	Movimento de Libertação do Sudão – Norte
SPLM-O	Movimento de Libertação do Sudão – em Oposição
SPOC	<i>Sudd Petroleum Operating Company</i>
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
TANZAM	Ferrovia Tanzânia-Zâmbia
TPI	Tribunal Penal Internacional
UNAMID	Missão Conjunta da União Africana – Nações Unidas
UNAMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNISFA	Força Interina de Segurança de Abyei

UNITA
URSS
USS
ZEE

União Nacional para a Independência Total de Angola
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
União Socialista Sudanesa
Zonas Econômicas Exclusivas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 HISTÓRICO DA PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO	22
1.1 <i>Os Primórdios das Relações RPC-África (1949-1970)</i>	23
1.2 <i>A Emergência do Terceiro Mundo: RPC-África (1971-2000)</i>	28
1.3 <i>As Relações Sino-Africanas no Século XXI</i>	34
2 SUDÃO: FORMAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO DE UM ESTADO	49
2.1 <i>A Geografia do Sudão antes da Secessão</i>	49
2.2 <i>Bases Históricas do Conflito Norte-Sul no Sudão</i>	56
2.3 <i>O Governo de Omar al-Bashir</i>	65
2.4 <i>A Formação da Indústria Petrolífera Sudanesa e seu Papel nos Conflitos Civis</i>	67
2.5 <i>Darfur</i>	70
2.6 <i>O Acordo de Paz Compreensivo (APC) e a Independência do Sudão do Sul</i>	72
2.7 <i>Conflitos Remanescentes entre o Sudão e o Sudão do Sul</i>	75
2.8 <i>A Nova Guerra Civil no Sudão do Sul</i>	81
3 O EIXO RPC, SUDÃO E SUDÃO DO SUL	87
3.1 <i>Breve Histórico das Relações entre a RPC e o Sudão</i>	90
3.2 <i>RPC e Sudão a Partir do Governo Bashir: proximidade e controvérsia</i>	92
3.3 <i>O Fornecimento de Armas Chinesas para o Sudão e suas Consequências</i>	101
3.4 <i>A Evolução da Posição Chinesa Sobre o Sudão no Conselho de Segurança</i>	103
3.5 <i>As Relações entre a RPC e o Sudão do Sul</i>	109
3.6 <i>Desafios para o Futuro</i>	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da relação da República Popular da China (RPC) com os Estados africanos, utilizando o exemplo da República do Sudão como parâmetro para conhecermos os interesses e os métodos utilizados por Pequim no continente africano e como eles foram modificados ao longo do tempo, resultado tanto das mudanças internas dos dois países, quanto da evolução do papel desempenhado por ambos dentro do sistema internacional.

Inauguradas formalmente em meados dos anos 1950, as relações da RPC com a África sempre foram pautadas em grande parte pelos princípios de não-intervenção e cooperação mútua, consistentes com o baixo reconhecimento internacional e com a fragilidade bélica, política e econômica da recém criada RPC, em meio a um cenário internacional cada vez mais incerto, graças às pressões geradas pela crescente bipolarização da Guerra Fria naquele período.

Ao longo das cinco décadas seguintes, as relações sino-africanas passaram por diversas etapas que refletiram diversos acontecimentos internos e internacionais como a intensificação do processo de descolonização africana nos anos 1960, a deterioração da situação econômica e humanitária em todo o continente nas décadas de 1980 e 1990, o advento da Revolução Cultural Chinesa e o retorno da RPC às Nações Unidas e sua reaproximação com os Estados Unidos, nos anos 1970.

Apesar desse quadro de rápidas mudanças e inovações no cenário mundial da segunda metade do século XX, para a RPC e o continente africano, os princípios da não-interferência e cooperação mútua – presentes desde o início das relações sino-africanas - se mantiveram praticamente inalterados ao longo de toda a segunda metade do século XX. Influenciada por um histórico próprio de intervenções por parte das potências estrangeiras - seja pelo colonialismo inglês e francês ou pelo imperialismo japonês, norte-americano e soviético – Pequim empregou esses princípios de forma veemente em suas relações bilaterais com os demais Estados asiáticos e africanos, sempre procurando se distinguir das demais potências e reafirmando seu respeito pela soberania dos países em desenvolvimento.

U.S. imperialism has called China a 'potential superpower,' implying that China may also squeeze to the ranks of superpowers someday. Thank you, American lords, but China will never accept such compliments! China will never seek the so called big-power position, we will forever stand side by side with all nations subjected to aggression, control, intervention or subversion by superpowers; we will forever stand side by side with all oppressed people and oppressed nations. The Chinese people will fight jointly with the people of the whole world to resolutely overthrow the doctrine of big-nation hegemony! (PEOPLE'S DAILY, 1971 *apud* LARKIN, 1971, p.05).

No início do século XXI, a RPC passou por uma série de mudanças que causaram um intenso aumento na necessidade do país por energia e recursos naturais, graças ao desenvolvimento de seu poderio econômico, que também levou o país a adotar a denominada *going out strategy*, incentivando a presença de suas empresas estatais, investimentos estrangeiros diretos (IEDs) e comércio em porções do globo além da sua tradicional zona de influência no Leste da Ásia, como o Oriente Médio, América Latina e a África (SUN, 2014, p.06).

Assim, de acordo com Daniel Rosen e Trevor Houser, se, entre 1978 e 2000, a economia chinesa cresceu em média 9,0% e a demanda por energia, apenas 4,0%, a partir de 2001, enquanto os índices de crescimento econômico se mantiveram estáveis, o consumo de energia aumentou 13,0%, fazendo da RPC a maior consumidora de energia e a segunda maior consumidora de petróleo do planeta, a partir de 2010 (ROSEN; HOUSER, 2007, p.25-26).

Na esteira do aumento da demanda da economia chinesa por recursos naturais, os empreendimentos da RPC na África aumentaram substancialmente, atraídos pelas abundantes reservas de matéria-prima relativamente pouco exploradas do continente, incluindo projetos de extração e compra de minérios como cobre da Zâmbia e Namíbia; manganês de Gana; ferro, diamantes, platina e alumínio da África do Sul; madeira do Camarões e petróleo da Nigéria, Angola, Guiné Equatorial e do Sudão (MOODY, 2011, p.07).

Além de matérias-primas, os interesses econômicos de Pequim se diversificaram no continente ao ponto da potência asiática ocupar, em 2013, o posto de principal parceira comercial do continente africano, enquanto esse tornou-se o quarto maior destino dos IEDs chineses e o segundo maior terreno para projetos de construção no exterior (THE STATE COUNCIL, 2013).

Apesar dos fatores econômicos terem adquirido maior relevância somente a partir do novo milênio, os elementos políticos que justificam o interesse da RPC sobre a África são mais tradicionais, incluindo os numerosos votos dos países africanos em questões como o princípio de “uma China”, envolvendo a disputa contra Taiwan pelo reconhecimento internacional; o apoio de Estados que compartilham o sentimento de resistência às concepções de direitos humanos dos países ocidentais em fóruns multilaterais e a manutenção de uma diversificação estratégica de suas relações exteriores - fato que se mostrou útil após a repercussão internacional negativa da repressão aos protestos na praça Tiananmen, em 1989 - tornando possível para os chineses contrabalancearem parcialmente o isolamento proposto pelos Estados Unidos e a Europa Ocidental no ambiente internacional, comprovando os

argumentos de diversos acadêmicos, de que o envolvimento chinês na África é motivado por uma combinação do crescente interesse econômico da RPC na África, com a percepção de que os Estados em desenvolvimento representam uma força relevante dentro do sistema internacional (ALDEN e ALVES, 2008, p.53-54; ALDEN, LARGE e OLIVEIRA, 2008, p.06; ASONGU e AMINKENG, 2013, p.06; BEEK, 2012; SUN, 2014).

No entanto, conforme a presença da RPC na África foi se intensificando – abarcando investimentos, empréstimos, obras de infraestrutura e centena de milhares de migrantes chineses que trabalham no continente – os interesses (e os riscos) que o país assumia com os Estados africanos também aumentaram. Para Luke Patey, dificilmente um ano se passa sem que que uma crise afete bens ou indivíduos chineses na África, como mostram a evacuação em massa de cidadãos chineses da Líbia, durante a guerra civil no país em 2011, os riscos às instalações e o fornecimento de petróleo no Sudão e Sudão do Sul em 2012 e 2013 ou a morte de executivos em ataques terroristas no Mali em 2015 (PATEY, 2016).

Atualmente, diversos autores de que a RPC não busca um caminho de confrontação com a ordem mundial do pós Guerra Fria, e que os dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC) estão se tornando conscientes das responsabilidades inerentes ao novo papel da RPC como uma potência econômica, se esforçando para equilibrar a manutenção da autonomia e as características próprias da civilização chinesa com a necessidade atual de se inserir na comunidade internacional, adotando medidas cada vez mais condizentes com novos princípios internacionais, como a responsabilidade de proteger e a flexibilização de outros mais tradicionais, como o da não-intervenção (ALDEN e ALVES, 2009; WU, 2010, THRALL, 2015; LOKE, 2009; VERHOEVEN, 2014).

Diante do cenário de instabilidade na África e do estreitamento das relações bilaterais de Pequim com diversos países do continente – muitos dos quais acusados de abrigar governos corruptos ou de sistematicamente violar os ideais de direitos humanos – a RPC vem, desde a segunda metade da década de 2000, ajustando sua política externa para responder às críticas dos que acusam o país de ser conivente com a deterioração política e social nos países africanos, visando somente a exploração de seus recursos naturais.

While Chinese government officials still piously align their rhetoric to this cardinal principle of post-1949 diplomacy, it is increasingly clear that Beijing is de facto gradually abandoning its commitment to staying out of domestic politics of African states—in effect, the PRC is slowly but surely giving up its controversial policy of noninterference. This is not so much the product of a carefully considered foreign policy shift as it is a logical response to both acute security crises on the continent in recent years and China's re-emergence as a global power with ever greater interests, ever further afield (VERHOEVEN, 2014, p.56).

Um dos Estados que mais personifica os atuais desafios da RPC no continente africano é o Sudão. Motivados por razões econômicas, sociais e políticas e agravadas por diferenças étnicas e religiosas, os sucessivos governos do Sudão falharam em manter a estabilidade e a coesão territorial do país, que se fragmentou com a separação e criação do Sudão do Sul, em 2011, resultado de uma situação de conflito sistêmico, opondo o governo centralizado em Cartum contra os povos do sul do país, mas também de outras regiões, como Darfur, no oeste, e das regiões montanhosas do centro do país.

O Sudão também apresenta grandes dificuldades em seu posicionamento internacional. A partir da chegada da Frente Islâmica Nacional (FIN) e do coronel Omar al-Bashir ao poder, em 1989, o país – até então próximo aos Estados Unidos – afastou-se do Ocidente, aproximando-se de organizações extremistas, sendo colocado na lista de Estados patrocinadores do terrorismo, do Departamento de Estado norte-americano, no início da década de 1990. Ao longo dos anos, as diversas denúncias de que Bashir estaria associado com movimentos terroristas e violações de direitos humanos nos diversos conflitos civis pelo país, também agravaram a imagem internacional do Sudão, resultando em um pedido de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o presidente sudanês, em 2009, sob a alegação de que Bashir havia cometido crimes de guerra e contra a humanidade.

Diante do crescente isolamento externo, o governo do Sudão encontrou na RPC uma aliada de relevância internacional, estreitando uma relação que, apesar de extremamente assimétrica, fornece exemplos práticos da retórica chinesa a respeito de interações cooperativas ou mutuamente benéficas, com o país asiático se beneficiando do apoio internacional de um Estado que compreende a importância do princípio da não-interferência e possui reservas de petróleo praticamente inexploradas, como o Sudão, enquanto o país africano se beneficia da posição da RPC como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para barrar possíveis resoluções prejudiciais nesse órgão, ao mesmo tempo em que utiliza as receitas obtidas com a exploração e venda do petróleo para financiar os combates contra os diversos grupos rebeldes ao redor do país.

Contudo, uma vez que as complicações internas do Sudão – e posteriormente, do Sudão do Sul, passaram a ameaçar os investimentos, instalações e a vida de cidadãos chineses e a proximidade entre Pequim e Cartum adquiriu ampla publicidade internacional negativa, os diplomatas chineses e membros do PCC começaram a perceber que uma aplicação intransigente da política de não-intervenção causava prejuízos para os interesses da RPC no Sudão e para a imagem da potência asiática perante a opinião pública mundial, a exemplo das Olimpíadas de Pequim, em 2008, quando a RPC se viu vítima de uma campanha internacional

contra o apoio do país ao governo sudanês no combate contra as populações da região de Darfur, num momento em que ela se esforçava para usar os jogos como propaganda para o dinamismo de sua economia e a integração de sua política com as demais nações do planeta.

A fim de reverter esse quadro desfavorável, a RPC restringiu o seu apoio a Cartum, passando a defender o envio de missões de paz para o Sudão e Sudão do Sul e cooperando com os países ocidentais em iniciativas desenvolvidas para tentar pôr um fim (ou pelo menos limitar) os graves problemas humanitários nesses países.

Além do Sudão, como veremos, o crescente envolvimento da RPC com os problemas dos Estados africanos tornou difícil para o país se omitir a respeito da segurança e direitos humanos em todo o continente. Ainda assim, o engajamento chinês nessas questões ainda é cauteloso quando comparado às demais potências. Normalmente condicionando a sua participação em intervenções - como as missões de paz das Nações Unidas - a alguns requisitos como a concordância do governo local para o estabelecimento da missão e o repúdio à imposição de sanções econômicas ou políticas aos líderes africanos, considerando que essas medidas prejudicam o processo de estabilização dos problemas.

Assim, por ter estabelecido relações formais com Pequim ainda em 1959, portanto desde os primeiros anos das interações da RPC na África, as relações sino-sudanesas são um reflexo de todos os momentos da presença da RPC na África ao longo do século XX.

Ademais, o fato do Sudão ser visto pela sociedade internacional como um “Estado pária” e do país possuir estreitos laços com os chineses, que, por sua vez são responsáveis pela maior parcela do setor petrolífero do país, faz do Sudão um exemplar qualificado para representar a atual evolução da política externa africana de Pequim, percepção compartilhada por Daniel Large (2008, p.16), para quem: “Sudan has become a laboratory for Chinese innovation in its African engagement”.

Por esses motivos, a fim de melhor compreender o papel da RPC na África e acreditando na relevância do tema para a política internacional, esta dissertação opta pela realização de um estudo de caso sobre as relações entre a RPC e a República do Sudão, focando o período entre 1989, passando pelo desmembramento do país e criação do Sudão do Sul, em 2011, até o ano de 2015.

Além de ser o mais recente nas relações sino-sudanesas, o recorte temporal proposto também permite uma análise dos desdobramentos da relação entre Pequim e Cartum, percorrendo um momento crítico na relação entre os dois, como o isolamento do governo sudanês pelos países ocidentais, as diversas críticas sofridas pela RPC devido a sua complacência com as crises humanitárias na região de Darfur, a realização do referendo de

janeiro de 2011, que culminou na secessão do sul e as atuais instabilidades internas e externas no Sudão e Sudão do Sul.

Ademais, a definição do Sudão como exemplo prioritário desta dissertação deve-se a sua grande vulnerabilidade em relação às decisões de RPC e aos desafios que ela impõe ao governo de Bashir, acrescentando-se a esse problema o papel que o Sudão do Sul passou a exercer nessa nova dinâmica. Por essas razões, as consequências da atuação da RPC no Sudão (e conseqüentemente no Sudão do Sul) precisam ser melhor analisadas, sendo interpretadas como: "[...] largely ad hoc, flexible and responsive to changing politics."(LARGE, 2011, p.03).

Inserindo as ações da política externa chinesa na África - mais especificamente no caso do Sudão – dentro do campo das Relações Internacionais, é possível verificar que a multidisciplinaridade desse campo permite a existência de diversas interpretações a respeito dos atores, ações e conseqüências dos fatos que devem ser considerados relevantes.

Reconhecendo a multiplicidade das perspectivas existentes, essa dissertação opta por não utilizar nenhuma teoria específica, reconhecendo que todos os pontos de vista são relevantes para a compreensão das relações entre o Sudão e a RPC. Se atendo somente às três principais teorias de Relações Internacionais, o Realismo, o Construtivismo e o Liberalismo, já será possível observar essa variedade de visões.¹ A primeira delas, o Realismo interpreta a relação chinesa com o Sudão como mais uma das diversas arenas de disputa geoestratégica entre a RPC e os Estados Unidos. Para os que defendem essa perspectiva, o Estado chinês – entendido como uma unidade monolítica – estaria interessado unicamente em assegurar reservas estratégicas de energia, visando somente seus próprios interesses na região.

A segunda teoria, o Construtivismo, acredita que os fatores materiais são insuficientes para explicar o comportamento de um país dentro do sistema internacional, sendo necessário observar as construções sociais internas e externas em que ele se insere, além da imagem que ele projeta ou deseja projetar perante os demais atores. Por isso, as alterações das relações sino-sudanesas seriam resultado do desejo da RPC de tranquilizar aqueles que acreditam que a sua ascensão representa um risco para a estabilidade mundial, demonstrando ao invés disso, as suas qualidades como um ator internacional responsável e cooperativo dentro do sistema internacional.

¹ É importante ressaltar que, apesar das concepções básicas dos autores a respeito dos fundamentos das Relações Internacionais permitirem que eles sejam considerados pertencentes a uma ou outra escola teórica, as diferenças entre eles persistem, permitindo que essas grandes narrativas possuam também divisões internas entre elas.

Por fim, o Liberalismo, admitindo a relevância de atores internos na influência sobre as relações externas, acredita que a crescente interdependência econômica entre os Estados tornaria a deflagração de guerras um ato inviável. Presentes na maioria dos pronunciamentos oficiais chineses e sudaneses sobre o relacionamento entre os dois países, palavras como “cooperação” e “benefícios mútuos” se encaixariam dentro dos preceitos do liberalismo, ressaltando a natureza benéfica da presença chinesa no Sudão e a ausência de problemas intensos o suficiente para gerar conflitos substanciais entre os dois países. Além disso, empresas estatais chinesas, como a SINOPEC, ou bancos e órgãos do governo, como EXIMBANK ou o Ministério do Comércio da China (MOFCOM), também teriam um papel a desempenhar nas relações sino-sudanesas.

Aceitando que todas essas abordagens possuem elementos que contribuem para o entendimento da presença chinesa no Sudão - assim como em todo o restante do continente africano - essa dissertação opta por não se ater a nenhum aporte teórico específico, sendo preferível apresentar os fatos e suas consequências, sempre ciente de que diversas teorias podem explicar um mesmo fenômeno.

Quanto à metodologia, como já mencionado anteriormente, essa dissertação opta pela realização de um estudo de caso sobre as relações sino-sudanesas entre os anos de 1989 a 2015, baseando-se nos trabalhos de Robert Yin (2003) e Bent Flyvbjerg (2006) a respeito da possibilidade de se realizar generalizações a partir do estudo de um único exemplar por meio de uma seleção minuciosa do caso a ser estudado e da construção competente da narrativa a ser elaborada.

Para guiar esse processo será feito uso de uma abordagem histórico-descritiva a fim de fornecer uma ampla visão sobre alguns dos diversos agentes envolvidos nas relações entre China e Sudão. Uma vez concluída essa fase, será adotada uma abordagem explicativa para utilizar logicamente o conhecimento adquirido sobre os agentes e suas interações para a criação de uma resposta satisfatória a respeito da atuação da RPC no país africano estudado, e que poderá ser aplicada em relação ao restante do continente.

Os dados para a realização deste trabalho foram obtidos a partir de uma variedade de fontes oferecidas pela metodologia de estudos de caso, valendo-se do levantamento de material bibliográfico como livros, artigos e periódicos especializados na área de Relações Internacionais, fontes documentais provenientes de órgãos governamentais, especialmente do Ministério das Relações Exteriores da China, além de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, fóruns como o Forum on China-

Africa Cooperation (FOCAC) e finalmente - devido à contemporaneidade de alguns dos tópicos envolvendo o tema - artigos de jornais, revistas e portais eletrônicos relacionados.

Outro aspecto relativo ao levantamento de dados deste trabalho diz respeito à preocupação em expor uma multiplicidade de visões referentes ao tema por meio da leitura de trabalhos de acadêmicos ocidentais como Daniel Large e Ian Taylor, reconhecidos pesquisadores das relações entre China e África; pesquisadores africanos, como os sudaneses Hassan Ali Gadkarim e Ali Askouri e também chineses como Li Anshan e He Wenping.

Quanto à estrutura da dissertação, além de introdução e conclusão, ela é dividida em três capítulos. O primeiro fornece um panorama histórico da presença da RPC no continente africano durante toda a segunda metade do século XX até os dias atuais (2015), traçando uma relação entre as transformações ocorridas no cenário político, social e econômico chinês e como elas foram responsáveis pela modificação dos seus interesses na África ao longo das décadas, culminado nos atuais objetivos que impelem a expansão de sua influência na região.

O segundo capítulo apresenta a República do Sudão. Apesar desta seção iniciar com uma breve descrição de seu passado colonial - passando pela independência do país na década de 1950 e sua trajetória política nas décadas seguintes - o foco desta seção será o governo de Omar al-Bashir e a recém criação do Sudão do Sul. O objetivo deste capítulo é demonstrar a complexidade de uma sociedade inserida dentro dos dois frágeis Estados sudaneses, lançando as bases para o entendimento da extrema vulnerabilidade desses países frente a conflitos internos e a influência de atores externos.

O terceiro capítulo trata das relações entre a RPC e a República do Sudão, incorporando também o Sudão do Sul. É dada ênfase no período que abrange o final da década de 1980 até 2015 abarcando assim, um período crucial de intensas mudanças nos países envolvidos, incluindo a chegada das empresas estatais chinesas de petróleo no país, a gradual mudança na posição da RPC dentro das Nações Unidas em relação à formação e ao envio de missões de paz em Darfur. O período analisado também permite que outros fatores oriundos do reajuste da política externa de Pequim, como empresas chinesas de armas suprindo as necessidades bélicas das facções em disputa no Sudão e no Sudão do Sul, ao mesmo tempo em que expõe seus soldados chineses – integrantes de missões de paz – aos riscos de um agravamento dos conflitos, possibilitado pelo contínuo fluxo de armamento financiado ou fornecido por empresas chinesas.

1 HISTÓRICO DA PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO

Apesar de ser uma potência nuclear com um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um território de dimensões continentais e possuir a maior população do planeta é principalmente por meio do poderio econômico conquistado nas últimas décadas (investimentos, comércio e concessão de empréstimos), que a República Popular da China (RPC) amplia sua influência em todos os continentes, não sendo a África uma exceção.

No entanto, o interesse chinês pela África não é um fenômeno restrito ao século XXI, sendo o histórico de sua presença ali - assim como o conhecimento das mudanças ocorridas dentro do Estado chinês ao longo das décadas - um fator importante para entender as razões que fizeram com que o continente se tornasse uma peça fundamental na inserção internacional de Pequim, confirmando as palavras do ex-presidente da RPC, Hu Jintao, de que: "China values its friendship with Africa. To strengthen unity and cooperation with Africa is a key principle guiding China's foreign policy" (FOCAC, 2006).

Ainda que livros e artigos a respeito das relações China-África mencionem exemplos de breves e esporádicos contatos entre chineses e nativos africanos antes do século XX, (ALDEN e ALVES, 2008; BEEK, 2012; HINGA, JUN e YGUAN, 2013), a maior parte desses mesmos trabalhos também reconhecem que, apenas após o triunfo da Revolução Chinesa, em 1949, a RPC e África começaram a estabelecer um relacionamento significativo, sendo eventos anteriores - com destaque para as navegações do almirante Zhang He, no século XV - utilizados como parte da retórica de Pequim em seus esforços para ressaltar o caráter pacífico e cooperativo chinês quando comparados às práticas predatórias e colonizadoras das navegações europeias no mesmo período.²

Assim, este capítulo dividirá o histórico das relações China-África em três períodos: o primeiro, de 1949 até 1970, influenciado fortemente pelo gradual rompimento da RPC com a URSS, os desdobramentos externos de eventos como a Revolução Cultural Chinesa e também pelo processo de descolonização na África; o segundo, de 1971 a 1999, abarcando as transformações ocorridas na política e economia chinesa e africana e como elas alteraram a

² Entre 1405 e 1431, os imperadores da dinastia Ming (1368-1644) organizaram uma série de expedições para o "oceano do oeste" com o objetivo de explorar e aprimorar relações diplomáticas e comerciais com os povos do sudeste asiático, Índia e África. Comandada pelo almirante Zheng He e composta por 317 navios e aproximadamente 27 mil homens, a armada chinesa efetuou um total de sete viagens pelo oceano Índico, chegando até a costa leste do continente africano. Após o término da última expedição, em 1433, o alto custo das viagens, somado a problemas internos da corte chinesa, pôs um fim a essas explorações e adotou uma política isolacionista (WEI, 2014, p.26).

dinâmica das relações sino-africanas, em uma época em que o terceiro mundo ganhava relevância; e o terceiro, de 2000 a 2015, focando nos aspectos atuais das interações entre RPC e África.

Como já observado, além de eventos relativos ao seu relacionamento direto, o capítulo também abordará tanto aspectos domésticos ocorridos nos dois países, quanto internacionais, acreditando que o relacionamento entre África e China está: "[...] tied closely to both its own widely fluctuating internal policies and the co-related shifts in international configuration" (BEEK, 2012, p.394).

1.1 Os Primórdios das relações RPC-África (1949-1970)

Ao assumir o poder após anos de guerra civil, o vitorioso PCC, sob a liderança de Mao Tse Tung, deparou-se com uma conjuntura desafiadora nos planos doméstico e internacional.

Internamente, o governo enfrentava o desafio de reconstruir a economia do país e superar décadas de exploração pelas potências europeias, anos de ocupação japonesa e guerra civil. Problemas como desemprego, inflação, destruição da capacidade produtiva - tanto no campo como na indústria - somados às dificuldades em implementar as diretrizes do novo regime, desafiavam a capacidade do debilitado aparato governamental chinês (CORNEJO, 2001, p.17-18).

No âmbito internacional, o isolamento imposto pelos Estados Unidos, a batalha contra Taiwan pelo reconhecimento internacional (principalmente dentro do CSNU) e a aliança com a União Soviética (URSS) - única parceira capaz de auxiliar na reconstrução da China marxista - fizeram com que a política externa da RPC adotasse uma “inclinação para um só lado”, obtendo o reconhecimento apenas da URSS, dos demais Estados do bloco socialista, além de alguns outros poucos países asiáticos e europeus.³

Dessa forma, nascida sob o pano de fundo dos primeiros anos da Guerra Fria - portanto em um momento em que a lógica do conflito bipolar deixava pouco espaço de manobra entre as duas superpotências - a RPC adotou uma nítida posição de crítica ao Ocidente (personificado pelos Estados Unidos) e de apoio ao bloco soviético. De fato, durante a primeira metade da década de 1950, a política externa chinesa manteve estreitos laços com o Kremlin, com Mao Tse Tung abertamente reconhecendo a liderança soviética no campo

³ Até o início de 1950, além da URSS, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia, também reconheceram a RPC, Birmânia (atual Myanmar), Índia, Paquistão, Grã-Bretanha, Ceilão (Sri Lanka), Noruega, Dinamarca, Israel, Finlândia, Afeganistão e Suécia (ANGUIANO, 2001, p.194).

socialista: "The Communist Party of the Soviet Union is our best teacher and we must learn from it" (MAO, 1949). Enquanto isso, nas relações sino-africanas, as interações do período eram incipientes. A grande dependência em relação a Moscou e o discurso antagônico aos Estados Unidos e às potências coloniais europeias dificultavam a aproximação chinesa com a África, uma vez que todo contato entre o governo chinês com representantes estrangeiros fora da Ásia era feita por intermédio do Kremlin (LARKIN, 1971, p.15 *apud* TAYLOR, 2006, p.19).

Por outro lado, se a política externa chinesa encontrava-se restrita pela ideologia comunista e os desdobramentos do início da Guerra Fria, a possibilidade de uma aproximação por iniciativa dos povos africanos era ainda mais limitada. Na época, quase a totalidade do continente ainda estava sob domínio europeu, com a maioria dos movimentos de libertação nacional ainda em uma fase inicial. Ademais, de acordo com Taylor (2006, p.19), dos quatro países independentes no continente africano, no início da década de 1950 - Egito, Etiópia, Libéria e África do Sul - nenhum deles estabeleceu relações diplomáticas com a RPC, demonstrando que, apesar do discurso anticolonialista de Pequim, os laços das elites africanas com a Europa não poderiam ser facilmente superados.

Ainda assim, o início dos anos 1950 não foi totalmente inócuo para as relações entre a RPC e África. Ao enfrentar com sucesso o exército norte-americano na Guerra da Coreia (1950-1953) e tendo enviado tropas à Indochina para auxiliar no combate, e posteriormente, na vitória sobre as forças coloniais francesas, a RPC começou a adquirir a admiração dos movimentos nacionalistas afro-asiáticos (YANG, 2005, p.27). A curto prazo, o apreço por parte dos futuros líderes de países que, mais tarde se libertariam do domínio colonial, incutiu em Mao Tse Tung uma maior autoconfiança, influenciando os dirigentes da RPC a adotar uma atitude de maior independência em relação à URSS nos anos seguintes

Em meados dos anos 1950, a participação da RPC na primeira Conferência Afro-Asiática - em um momento em que os movimentos de independência na Ásia e África começaram a ganhar ímpeto - foi decisiva para despertar no país um maior interesse pelos benefícios de uma aproximação com o continente africano.

Realizada em abril de 1955, em Bandung, capital da Indonésia, a conferência reuniu vinte e nove países, sendo seis deles africanos (Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia e Sudão), todos com o objetivo de discutir "[...] problems of common interest and concerns to countries

of Asia and Africa and (...) ways and means by which their people could achieve fuller economic, cultural and political co-operation"(INDONESIA, 1955, p.02).⁴

De forma mais específica, esses "problemas" e "preocupações" das ex-colônias africanas e asiáticas se referiam a temas como desenvolvimento econômico, cooperação e repúdio ao colonialismo e ao racismo, propondo assim, a introdução de novos itens na agenda internacional. Mais do que isso, os países presentes em Bandung expressavam o desejo de adotar uma postura independente em relação à Guerra Fria, em um período em que a bipolaridade do sistema internacional pressionava os demais Estados a escolher seu lugar junto a uma das superpotências em disputa. Para o então primeiro ministro indiano, Jawaharlal Nehru, presente na conferência:

[...]If all the world were to be divided up between these two blocs what would be the result? The inevitable result would be war. Therefore every step that takes place in reducing that area in the world which may be called the unaligned area is a dangerous step and leads to war (NEHRU, 1955).

Para a RPC, Bandung representou uma oportunidade de se destacar no cenário internacional, tendo sido nessa ocasião que Zhou Enlai - Ministro dos Negócios Estrangeiros da China e representante do país na conferência – propôs "Cinco Princípios da Coexistência Pacífica" que deveriam pautar as relações da RPC com os demais países em desenvolvimento, sendo esses princípios considerados pelos líderes chineses como a base da política externa do país até os dias de hoje.

O aspecto mais importante desses "Cinco Princípios" é que, ao propor: (1) respeito pela soberania e integridade territorial; (2) não agressão; (3) não-interferência em assuntos internos; (4) igualdade e benefício mútuo; (5) e coexistência pacífica, Zhou Enlai tocava em temas caros aos participantes da conferência - em sua maioria ex-colônias que ainda sofriam com as políticas intervencionistas das metrópoles - estabelecendo a ideia, (repetida até hoje em discursos aos africanos) de que os chineses tinham em comum com os africanos um histórico de resistência e humilhação sob o jugo das potências ocidentais e que o desenvolvimento econômico, e não o conflito bipolar da Guerra Fria, deveria ser a principal preocupação desses países.⁵

⁴ Além dos países africanos citados e da RPC, também estavam presentes em Bandung: Birmânia (Myanmar), Ceilão (Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão - como organizadores da conferência - e Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, Filipinas, Iêmen, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, República do Vietnã, Síria, Tailândia, Turquia e Vietnã do Sul como participantes.

⁵ Originalmente, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica foram definidos por Zhou Enlai em dezembro de 1953, durante um encontro com a delegação indiana, presente em Pequim para discutir a relação entre os dois países no recém anexado Tibet.

Para Anguiano (2001, p.217), esse discurso abrigava contraditoriedades pois, naquele momento, a RPC "[...] por un lado, se presentó como una nación en desarrollo y dispuesta a la coexistencia pacífica con cualquier tipo de regímenes políticos, y por el otro, mantenía implícita su fidelidad al concepto de la alineación a un solo lado [...]"

Os ideais de independência e neutralidade defendidos em Bandung também provavam difíceis de serem postos em prática pelos Estados africanos. Como apontam Oliveira e Sousa (2013, p.28), nesse período, a economia do continente permanecia intimamente dependente e atrelada aos interesses europeus, não permitindo que os novos países do continente pudessem adotar uma política realmente independente.

No entanto, Bandung também apresentou resultados concretos para as relações RPC-África, como a assinatura de um acordo comercial seguido pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e o Egito, em maio de 1956 (originados em negociações ocorridas em Bandung) dando um passo histórico ao iniciar formalmente as relações de Pequim com o continente africano. Seguindo esse processo, até o final da década de 1950, Marrocos (novembro de 1958), Argélia (dezembro de 1958), Sudão (fevereiro 1959) e Guiné (outubro de 1959) seguiriam o exemplo do Egito, ao reconhecer a RPC (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2004).

Por essas razões, e apesar de algumas controvérsias, Bandung pode ser considerada um marco importante para as relações sino-africanas, tendo oferecido à RPC a oportunidade de angariar apoio em meio às novas nações que começavam a proliferar nos territórios coloniais e criando brechas no isolamento externo patrocinado pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que reforçou a campanha contra o reconhecimento de Taiwan pela comunidade internacional.

Contudo, à medida em que a década de 1950 terminava, teve início uma deterioração das relações entre a RPC e a URSS, cuja repercussão traria grandes alterações na maneira pela qual Pequim atuava no continente africano. Fomentada inicialmente por divergências ideológicas - com Moscou suspendendo o auxílio técnico e financeiro para a RPC e criticando suas tentativas autônomas de desenvolvimento econômico, enquanto o PCC emitia declarações acusando a União Soviética de se desvirtuar do pensamento marxista original - as discordâncias entre chineses e soviéticos também se estenderam para o tema africano.

Para os soviéticos, a revolução comunista na África e Ásia viria em etapas, com as antigas colônias primeiro se libertando do domínio estrangeiro para depois implementar o socialismo. No entanto, para Mao, o processo revolucionário poderia ocorrer imediatamente, originado pelos setores inseridos dentro dos movimentos de libertação nacional, sendo a

alternativa soviética por demais complacente com os interesses imperialistas na região (TAYLOR, 2006, p.22).

As tensões cresceram até que, em 1963, a aliança sino-soviética foi rompida, com Pequim e Moscou iniciando "[...] una pugna por el liderazgo del comunismo internacional y por los movimientos revolucionarios de los países del tercer mundo, o de territorios que luchaban por su independencia (guerras de liberación nacional)". (ANGUIANO, 2001, p.228).

Para justificar ideologicamente a disputa com a URSS pela posição de maior expoente do comunismo, Mao Tse Tung desenvolveu a teoria de "duas zonas intermediárias" interpostas entre as duas superpotências: a primeira, representada pelos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, e uma segunda, formada por Canadá, Japão, Austrália e os países desenvolvidos da Europa Ocidental. Para Mao, a RPC deveria se opor aos Estados Unidos e à URSS, angariando o apoio da primeira zona e se valendo da "conquista diplomática da segunda" (VISENTINI; OLIVEIRA, 2012, p.27).

Assim, uma vez que a África tornou-se uma arena para o embate ideológico contra a URSS, a RPC adotou um papel mais ativo no continente. Além de tornar-se membro do Comitê do Fundo Solidário Afro-Asiático, entre 1960 e 1965, a RPC expandiu suas relações no continente, estabelecendo embaixadas em mais quatorze novos Estados, respectivamente: Gana, Mali, Somália (1960); Zaire - atual República Democrática do Congo (1961); Uganda (1962); Burundi e Quênia (1963); Tunísia, Congo, Tanzânia, República Centro-Africana, Zâmbia e Benin (1964) e Mauritânia (1965) (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2004). Também destaca-se no período, o périplo de Zhou Enlai pelo continente, tendo o ministro visitado dez países entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964.⁶

Durante as viagens do ministro, foram lançados os "Cinco Princípios das Relações com os Países Árabes e Africanos".⁷ Simultaneamente, também criou-se os "Oito Princípios da Ajuda Externa Chinesa".⁸

⁶ Os países visitados foram: Egito, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália.

⁷ Os "Cinco Princípios das Relações com os Países Árabes e Africanos" são: (1) o apoio aos países árabes e africanos em sua luta contra o imperialismo e o toda a forma de colonialismo e na sua busca para conquistar e manter sua independência; (2) o apoio em sua busca por uma política de paz, neutralidade e não-alinhamento; (3) apoio ao desejo de atingir unidade e solidariedade em sua própria maneira; (4) apoio em seus esforços para resolver suas disputas por meio de consultas pacíficas; (5) respeito pela sua soberania e combate a qualquer forma de interferência e invasão.

⁸ Os "Oito Princípios da Ajuda Externa Chinesa" são: (1) o governo chinês sempre se baseia nos princípios da igualdade e benefícios mútuos ao oferecer ajuda para outros países; (2) ao fornecer ajuda para outros países, o governo chinês respeita estritamente a soberania dos países recipientes e nunca atrela quaisquer condições ou pede quaisquer privilégios; (3) a China fornece ajuda econômica na forma de empréstimos sem juros ou com juros baixos e estende o prazo limite para o pagamento quando necessário a fim de aliviar o fardo do país recipiente o máximo possível; (4) ao fornecer ajuda para outros países, o propósito do governo chinês não é tornar os países recipientes dependentes da China, mas ajudá-los a embarcar, passo a passo no caminho para a

Por trás das visitas e da retórica embutida nos princípios proferidos por Zhou Enlai, o desejo do PCC em estreitar seus laços com os Estados visitados e aprimorar sua política externa na região foi se consolidando, ao mesmo tempo em que a imagem de Pequim como uma fonte alternativa ao auxílio soviético era reforçada.

Contudo, os progressos da RPC na África foram novamente afetados, desta vez pelo início da Revolução Cultural, em 1966. Implementada por Mao como uma tentativa de superar o fracasso econômico do “Grande Salto Adiante”, a Revolução Cultural causou um profundo impacto na sociedade chinesa, influenciando adeptos do marxismo mundo afora e estabelecendo Pequim como o centro irradiador da revolução mundial.

Para as relações sino-africanas, entretanto, a Revolução Cultural representou um retrocesso, com vários países africanos acusando a RPC de interferir em assuntos internos em nome da ideologia maoísta. Na época, com exceção do embaixador no Cairo, todos os diplomatas chineses na África foram convocados de volta, Benin, República Centro-Africana e Gana suspenderam relações diplomáticas com Pequim e as embaixadas no Quênia e na Tunísia foram fechadas, com o governo chinês conseguindo preservar relações apenas com alguns países considerados prioritários, como Argélia, Congo, Guiné, Mali, Tanzânia e Zâmbia. Portanto, Segundo Taylor (2006, p.32) para: “[...] Beijing’s foreign relations, the Cultural Revolution can be seen to be a disaster and the PRC’s interest and influence in Africa and in the world in general suffered a great setback during the turmoil”.

1.2 A Emergência do Terceiro Mundo: RPC-África (1971-2000)

Uma vez que o radicalismo da Revolução Cultural começou a se dissipar, as necessidades impostas à política externa chinesa tornaram-se mais nítidas. O interesse pelos países africanos permaneceu como um instrumento da busca pelo desenvolvimento econômico e alternativa ao isolamento internacional, agravado pela crescente ameaça da URSS no início dos anos 1970. No entanto, se anteriormente o componente ideológico

autoconfiança e o desenvolvimento econômico independente; (5) o governo chinês tenta ao máximo ajudar os projetos dos países recipientes que requerem menor investimento mas produzem resultados rápidos para que os países recipientes possam aumentar sua renda e acumular capital; (6) o governo chinês fornece equipamento e materiais próprios da melhor qualidade, a preço de mercado, e, caso o equipamento ou material fornecido pelo governo chinês não atendam a qualidade ou as especificações combinadas, o governo chinês se encarregará de substituí-los; (7) ao fornecer qualquer assistência técnica, o governo chinês providenciará para que o pessoal do país recipiente domine completamente tal técnica; (8) os especialistas enviados pela China para ajudar em projetos de construção nos países recipientes terão os mesmos padrões de vida que os especialistas locais, não sendo permitido aos especialistas chineses fazer qualquer tipo de demanda ou desfrutarem de qualquer tipo de privilégio.

permeava a política externa chinesa, a partir de então, o pragmatismo voltaria a ser o elemento dominante, sendo o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos e a integração da RPC ao sistema internacional, as principais consequências desse processo.

O primeiro passo foi a substituição de Taiwan pela RPC como legítima representante do povo chinês nas Nações Unidas e detentora de um assento permanente no Conselho de Segurança, em outubro de 1971. Nessa ocasião, os tradicionais posicionamentos da política externa da RPC em relação à África (contrária ao colonialismo, a favor da independência dos Estados africanos e de uma relação cooperativa e mutuamente benéfica) deram retorno. O retorno de Pequim à ONU contou com setenta e seis votos favoráveis, dos quais vinte e seis vieram de países africanos.⁹ Na ocasião, Mao Tse Tung chegou a fazer uma declaração, afirmando que os chineses: “[...] were brought back into the United Nations by our black African friends” (MING, 1995, p.09 *apud* ANSHAN, 2007, p.78).

Diante dessas mudanças no contexto internacional, a atuação da RPC, tanto em relação às grandes potências quanto aos territórios colonizados e aos países em desenvolvimento, também foram alteradas. Os fundamentos dessa nova etapa da política externa chinesa - elaborados pelo vice-premiê Deng Xiaoping em sua teoria dos Três Mundos - surgiram pela primeira vez durante seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974.

Baseadas na ideia das “Zonas Intermediárias”, de Mao Tse Tung, Deng Xiaoping declarou que todos os países pertenceriam a um de três mundos: um primeiro mundo, ocupado pelas duas superpotências - Estados Unidos e União Soviética; um segundo, formado pelos países desenvolvidos da Europa ocidental, como Japão, Canadá e Austrália; e um terceiro, composto pelos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, sendo a China parte integrante desse bloco (MARTINS, 2005, p.257).

O fim do isolamento da RPC pelos Estados Unidos e sua reentrada na ONU contribuíram também para que o país diminuísse consideravelmente as críticas feitas contra os norte-americanos e europeus - constantes no discurso de Pequim, principalmente durante os primeiros anos da Revolução Cultural - passando a adotar atitudes mais pragmáticas em sua relação com o continente africano, o que, segundo Oliveira e Sousa (2013, p.29) fez com que: “a RPC passasse a sustentar posições dúbias na África, apoiando as mesmas facções que as

⁹ Do total de 41 Estados africanos, membros da ONU que votaram a Resolução 2758 da Assembleia Geral, 26 votaram a favor: Argélia, Botswana, Burundi, Camarões, Congo – Brazzaville, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Quênia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia; 14 votaram contra: África do Sul, Chade, Congo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Gabão, Gâmbia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Níger, República do Alto Volta (atual Burkina Fasso) e República Centro-Africana; e somente um, Maurício, se absteve (UNBISNET, 1971).

potências capitalistas, leia-se anticomunistas, como forma de evitar prestar assistência a grupos apoiados pela URSS”.

Exemplo da adoção dessa política paradoxal da RPC na África pode ser observado no envolvimento com os movimentos de libertação em Angola. Inicialmente apoiando o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) - de orientação marxista e com ligações próximas a Moscou e Havana - a RPC logo transferiu seu suporte para a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), somente para, no ano seguinte, repassar recursos e vender armamentos para União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (uma dissidência da FNLA, apoiada pelos Estados Unidos e a África do Sul). Com a independência do país, em novembro de 1975, e após um ensaio de reaproximação com o MPLA - que viria a ser o principal agente da libertação colonial do país - Pequim novamente aproximou-se da UNITA e da FNLA, apoiando principalmente esse último durante os anos de guerra civil no país após sua independência.

Essa inconstância do apoio chinês para os movimentos de libertação em Angola pode ser explicado somente pela aproximação de Pequim com Washington e sua estratégia de fazer frente à influência soviética na região (CAMPOS; VINES, 2007, p.02).

Mesmo assim, a atuação da RPC na África durante a década de 1970 também foi capaz de assumir aspectos mais vantajosos para sua imagem no continente, através das primeiras iniciativas do país de ajuda internacional, empréstimos para a construção de obras de infraestrutura, bolsas de estudo e projetos de assistência técnica, estabelecendo um precedente para a atuação chinesa na África nas décadas seguintes.

De fato, como demonstra Cheng (2012, p.14), entre 1973 e 1979 a ajuda externa chinesa aumentou consideravelmente, correspondendo a 6,92% da receita fiscal anual do país. Além disso, segundo Brautingam (2009, p.42), em 1978, o volume da ajuda chinesa alocada para a África superava o dos Estados Unidos, com os recursos de Pequim presentes em mais de trinta países no continente, o que demonstrava um comprometimento com essa estratégia, apesar dos recursos exíguos da RPC nos anos 1970.

Dentre todos os projetos de ajuda para o continente africano, a realização da ferrovia Tanzânia-Zâmbia fornece o exemplo mais representativo. Nascida a partir de um projeto apresentado ao Banco Mundial, a ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TanZam) foi construída com o objetivo de transportar a produção das minas de cobre da Zâmbia – que não possui saída para o mar – até a costa da Tanzânia, por um trajeto de quase dois mil quilômetros. No entanto, o Banco Mundial recusou-se a conceder o empréstimo aos dois países africanos, tendo o premiê Zhou Enlai assinado com Julius Nyerere e Kenneth Kaunda - presidentes da Tanzânia e

Zâmbia respectivamente – o acordo para a construção da ferrovia, em 1967 e concedendo um empréstimo de US\$ 406 milhões, sem juros, para o seu custeio. A construção levou cinco anos para ficar pronta e representa até os dias de hoje um grande triunfo de Pequim na sua disputa por influência na África, além de um símbolo da capacidade do país e de seu interesse pelo desenvolvimento não só dos africanos, mas de todos os países subdesenvolvidos (BRAUTINGAM, 2009, p.40; MOHAN, POWER, 2008, p.29).

No entanto, apesar da RPC ter mantido uma grande ênfase sobre as suas iniciativas de assistência aos países africanos ao longo de toda a década de 1970, novamente, as transformações em sua política interna geraram mudanças no modo como ela se relacionava com os demais países em desenvolvimento. Em 1978, décadas de uma política econômica planejada e orientada segundo os preceitos do marxismo - somadas ao desastre de projetos como a Revolução Cultural, a morte de Mao Tse Tung (o “Grande Timoneiro”) dois anos antes e a saída da cena política dos membros do Partido Comunista Chinês (PCC) favoráveis às interpretações mais radicais dos discursos do líder da revolução - possibilitaram que Deng Xiaoping assumisse o cargo de líder político da RPC, dando início a um conjunto de reformas estruturais destinadas a retirar o país da situação de estagnação econômica em que ele se encontrava por meio de uma série de medidas que visavam substituir a economia planejada por outra voltada para o mercado internacional porém, mantendo o caráter autoritário do partido comunista (CORNEJO, 2001, p.74).

Além das mudanças orientadas para a economia interna, as reformas também visaram inserir a China na economia global. Sendo até então um país com uma economia fechada, a RPC passou por um processo de abertura gradual (open-door policy), primeiro, pelo estabelecimento de Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) - permitindo que importações e investimentos estrangeiros pudessem adentrar o país por meio de um sistema de controle mais flexível e depois, por incentivos à exportação de produtos manufaturados produzidos nas províncias chinesas.

Esse intenso processo de abertura econômica causou mudanças na maneira como Pequim perseguia seu desenvolvimento. Apesar de manter uma defesa dos países em desenvolvimento, advogando em prol de maior equidade e cooperação entre os Estados do sistema internacional, a RPC passou a atrelar mais intimamente sua autonomia e independência no cenário internacional ao seu desenvolvimento econômico, conferindo maior prioridade ao seu relacionamento com o mundo desenvolvido, onde poderia obter equipamentos e tecnologia (TAYLOR, 2006, p.51).

Para os governos africanos, a opção de Pequim por uma inserção no mercado internacional significou, na prática, uma diminuição no engajamento da RPC no continente. O mesmo processo pode ser observado na concessão de ajuda internacional. Segundo Mohan e Power (2008, p.29) o volume do auxílio concedido pelos chineses aos Estados africanos caiu de US\$ 100,9 milhões em 1976 para apenas US\$13,8 milhões em 1982.

Contudo, essa nova fase de flexibilização da ideologia comunista chinesa nos anos 1980 - adotando práticas de mercado similares às de países considerados “imperialistas” - não implicou em um completo negligenciamento da África pela RPC, com Pequim ainda declarando-se como parte integrante do Terceiro Mundo, mas focando seus esforços nos possíveis ganhos comerciais que poderia obter com alguns países ao invés de dispersar seus esforços por todo o continente africano. (ALDEN, LARGE e OLIVEIRA, 2008, p.03).

Em dezembro de 1982, o então premiê Zhao Ziyang tentou demonstrar que a África ainda configurava como um importante ator da política externa chinesa, ao realizar um *tour* pelo continente – do mesmo modo que Zhou Enlai havia feito em 1963 – visitando onze Estados (Argélia, Congo, Egito, Gabão, Guiné, Marrocos, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Zaire) e lançando os Quatro Princípios da Cooperação Econômica e Técnica Chinesa com a África, baseados na igualdade e benefícios mútuos, ênfase em resultados práticos e cooperação, diversidade na forma e progresso para ambas as partes, expondo assim, o caráter mais pragmático que a RPC buscava no continente. De fato, essa nova abordagem produziu resultados positivos, tendo o comércio chinês com os africanos crescido substancialmente nos anos seguintes, passando de US\$ 300 milhões, em 1976 para US\$ 2,2 bilhões em 1988 (MOHAN; POWER, 2008, p.30).

Outro aspecto advindo da diminuição do componente ideológico na política externa chinesa foi uma nova fase das relações do país com os Estados e partidos africanos que mantinham vínculos próximos com os soviéticos. Possibilitado primordialmente pela normalização das relações entre Pequim e Moscou, a diminuição das tensões entre os principais patrocinadores dos movimentos de libertação nacional e dos partidos políticos da esfera comunista no continente africano, permitiu aos chineses expandirem sua influência na África Austral, estreitando relações com partidos como o Congresso Nacional Africano (CNA) da África do Sul, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, na sigla em inglês) da Namíbia e o estabelecimento de relações diplomáticas com Angola, em 1983 (TAYLOR, 2006, p.56).

Apesar dessas novas oportunidades, o interesse da RPC na África ao longo dos anos 1980, de forma geral, despertou menos a atenção dos chineses, mais preocupados em

melhorar suas relações com os Estados Unidos e o restante dos países desenvolvidos, focando em projetos de cooperação econômica, em detrimento das iniciativas de assistência da era Mao, especialmente em um momento em que as pressões liberalizantes do Consenso de Washington pressionavam o Terceiro Mundo a adotar suas receitas para o desenvolvimento econômico (MENEZES, 2013, p.78-79).

Assim, resumida na frase de Deng Xiaoping: “Lay low, never take the lead, and bide our time” a política externa da RPC durante o período manteve o foco em seu desenvolvimento nacional, escondendo suas capacidades e evitando confrontações com outras potências, especialmente os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que buscava melhorar suas relações com os Estados vizinhos (ZHAO, 2013, p.103).

Para os africanos, a década de 1980 também representou dificuldades. O otimismo que permeava o continente após as independências cedeu ao desapontamento perante o aparente fracasso em desenvolver as economias nacionais de forma a compartilhar as riquezas dos recursos naturais com a população, em sua maioria vivendo sob regimes ditatoriais, guerras civis, golpes militares e crises humanitárias. Com o desgaste da imagem do continente, muitos países limitaram sua atuação na região, considerada demasiadamente instável para o estabelecimento de um ambiente propício para os negócios.

A situação de relativo desinteresse pela África permaneceria inalterada ao longo de toda a década de 1980, sendo revertida somente a partir da queda do muro de Berlim. Com o fim da Guerra Fria, diminuiu a disposição do governo norte-americano em tolerar denúncias de violações de direitos humanos ou a falta de liberdade política na RPC, especialmente depois que a necessidade do país como contrapeso ao poderio soviético deixou de existir. Isso ficou claro após a repressão do governo chinês contra os protestos na Praça Tianamen, em junho de 1989, quando os países europeus seguiram os norte-americanos e optaram por adotar sanções econômicas contra Pequim, que, de forma similar aos anos 1960, corria o risco de ficar isolada no sistema internacional.

Novamente, o relacionamento com os países africanos provou ser de grande valia para a solução do problema chinês. Acostumados a serem criticados por não corresponderem aos padrões ocidentais de direitos humanos e democracia, os líderes africanos foram rápidos em demonstrar apoio a Pequim contra as críticas proferidas por Washington, tendo o chanceler de São Tomé e Príncipe sido o primeiro representante estrangeiro a visitar a RPC após Tianamen e o Egito, o primeiro país a receber um representante chinês após o incidente (MENEZES, 2013, p.81). Sobre a reaproximação de Pequim com o continente africano:

In the past, China relations with Western countries have been overhead giving a cold shoulder to the Third World countries and old friends (meaning Africa). Judging from the events in this turmoil, it seems that at a critical moment it was still those Third World countries and old friends who gave China the necessary sympathy and support. Therefore from now on China will put more efforts in resuming and developing relations with old friends (MING 1989 *apud* TAYLOR, 2006, p.63).

Na prática, isso significou que a partir da década de 1990, especialmente após a derrocada da União Soviética, a RPC rapidamente percebeu que a lógica bipolar que havia guiado os rumos da maior parte da política internacional, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, logo seria substituída pela unipolaridade da superpotência restante.

Cientes da hegemonia norte-americana nos campos político e econômico e de sua dependência em relação a Washington para manter-se integrada ao sistema internacional, a RPC não retomou as práticas e o discurso anti-imperialista dos anos 1960 e 1970, no entanto, o seu interesse em compor um bloco que pudesse contrapor-se contra as pressões impostas pela expansão dos valores norte-americanos no imediato pós-Guerra Fria despertou novamente em Pequim o desejo em estreitar seu relacionamento com os países africanos, sem abandonar a busca pela autonomia por meio do desenvolvimento econômico.

Entre os acontecimentos da década de 1990 que demonstram a relevância das relações sino-africanas, Menezes (2013, p.80-82) aponta iniciativas importantes, como as visitas do ministro chinês das relações exteriores Qian Qichen a 36 países africanos entre 1995 e 1999 - inaugurando a tradição dos chanceleres chineses de definir um dos Estados africanos como primeiro destino do seu calendário anual de viagens – e o estabelecimento de uma “parceria estratégica” com o Egito em 1999.

De fato, uma vez que os desentendimentos entre a RPC e o Ocidente, no início dos anos 1990, ficavam para trás e a década progredia em conjunto com o Produto Interno Bruto (PIB) chinês, a economia passou a adquirir maior relevância dentro da esfera dos interesses da RPC no continente africano, especialmente a partir do século XXI.

1.3 As Relações Sino-Africanas no Século XXI

Na medida em que as tentativas da RPC de alcançar o desenvolvimento nacional, conjugando os métodos de um Estado socialista com uma economia subordinada às práticas capitalistas, começaram a apresentar resultados – com a sucessiva expansão percentual do PIB chinês ultrapassando o Japão e ocupando o posto de segunda maior economia do planeta, em 2011 – tornou-se mais vantajoso para as grandes economias, como os Estados Unidos e a

própria RPC (uma grande exportadora), que o país se adequasse às práticas de mercado, abrindo seu vasto mercado consumidor para países estrangeiros segundo as regras internacionais, ao mesmo tempo em que permitia a Pequim maior acesso e estabilidade ao comércio mundial.

Assim, o ingresso da RPC na Organização Mundial de Comércio (OMC), em dezembro de 2001 - como o seu reconhecimento pelo CSNU, trinta anos antes - representou um marco no processo de integração da RPC ao sistema internacional (KERCKHOVEN e LUYTEN, 2014, p.193).

Gráfico 1 – Variação do PIB chinês, em %, (1995 – 2014)



Fonte: World Bank Data, 2015 (elaboração própria a partir de dados da fonte).

Com o passar dos anos – especialmente depois que a crise financeira de 2008 que afetou profundamente os Estados Unidos e a Europa – conforme a integração da RPC à economia internacional amadureceu, surgiu uma maior confiança na oportunidade do país em ampliar sua atuação externa.

Diante desse quadro, ainda que a possibilidade da RPC alterar o sistema internacional ainda sejam consideradas limitadas, o potencial que o país possui para provocar mudanças em países em desenvolvimento são profundas. Um exemplo disso são as declarações do premiê chinês, Li Keqiang, perante os representantes dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em setembro de 2015. A afirmação: “[...] China remains the biggest developing country. True, China has become the world’s

second largest economy. But its *per capita* GDP is a mere 7,589 US dollars, ranking 80th in the world”, seguida da declaração de que: “China's strength in equipment manufacturing could well be tapped to meet the need of developing countries for lower procurement costs and industrial upgrading”, o premiê apresentava duas opiniões (XINHUANET, 2015).

Primeiro, expressava os desafios reais da economia chinesa como um país em desenvolvimento, repetindo o discurso de outros políticos e diplomatas chineses que enfatizam as diferenças da RPC com os Estados desenvolvidos, salientando o histórico de colonialismo e intervenções na América Latina, África e o restante da Ásia.

Segundo, ressaltava as vantagens que a RPC possui sobre os demais Estados em desenvolvimento, declarando a sua intenção em estreitar suas relações de cooperação com esses países, com quem ela partilha os traumas e prejuízos do imperialismo ocidental.

Esses aspectos identificados no discurso chinês representam dois lados de uma estratégia mais ampla de Pequim em exercer seu *soft power* sobre os países em desenvolvimento, especialmente no continente africano que - além de manter a relevância dos anos 1970 como um campo fértil para angariar votos capazes de influenciar decisões tomadas em organismos multilaterais - no século XXI, passaram a atrair o interesse chinês devido à grande quantidade de recursos naturais necessários para suprir a gigantesca indústria e mercado consumidor chinês. A respeito do *soft power* chinês sobre os africanos e suas variadas manifestações, David Bénazéraf (2014, p.02) escreve:

[...] l'influence chinoise passe par une pluralité de vecteurs, en particulier culturels et économiques, mais qu'elle s'exerce aussi, sur le plan des idées et des valeurs: ainsi la Chine s'appuie sur une diplomatie culturelle très active mais aussi sur une présence médiatique forte qui permet de livrer une image positive des pays.

Assim, um dos principais vetores das novas relações sino-africanas - ao mesmo tempo manifestação do interesse chinês pelos recursos africanos e continuação da sua política Sul-Sul no século XXI - foi a realização, no dia 10 de outubro de 2000, em Pequim, da primeira Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

Contando com a participação de representantes de quarenta e quatro Estados africanos e do presidente chinês, Jiang Zemin, além de enviados de dezessete organizações regionais - incluindo a Organização da Unidade Africana (OUA) - e vários representantes do setor privado, a primeira reunião do FOCAC reafirmou antigas diretrizes do relacionamento entre China e África, como a igualdade, a cooperação e a resolução pacífica de disputas:

We are highly appreciative of the stable development of Sino-African relations over the past decades: have full confidence in the future co-operation; and agree that there exists a solid foundation for friendly relations and co-operation between China and Africa, given their time honoured traditional friendship (FOCAC, 2000).

Outro aspecto importante do FOCAC é sua abrangência, assinalando as diversas oportunidades de cooperação entre africanos e chineses em setores variados:

We decide to vigorously promote further China-Africa co-operation in the economic, trade, financial, agricultural, medical care and public health, scientific and technological, cultural, educational, human resources development, transportation, environmental, tourism and other areas [...] (FOCAC, 2000).

Em outras palavras, a primeira reunião do FOCAC, assim como os outros encontros realizados em seguida, reflete a capacidade da RPC em unir o desejo dos países africanos por recursos financeiros e desenvolvimento com o passado chinês de humilhação pelo Ocidente e Japão e o seu recém adquirido *status* como potência econômica. Por essas razões, atualmente, passados quinze anos desde sua criação, pode-se afirmar que o FOCAC compõe um canal facilitador das relações financeiras, comerciais, políticas e diplomáticas entre a RPC e África, influenciando e refletindo o incremento dessas relações.

No caso dos itens que compõem o setor econômico - parte importante da explicação para a análise das relações entre RPC-África atualmente – essa melhoria das relações sino-africanas, a partir da criação do FOCAC, é mais fácil de ser aferida.

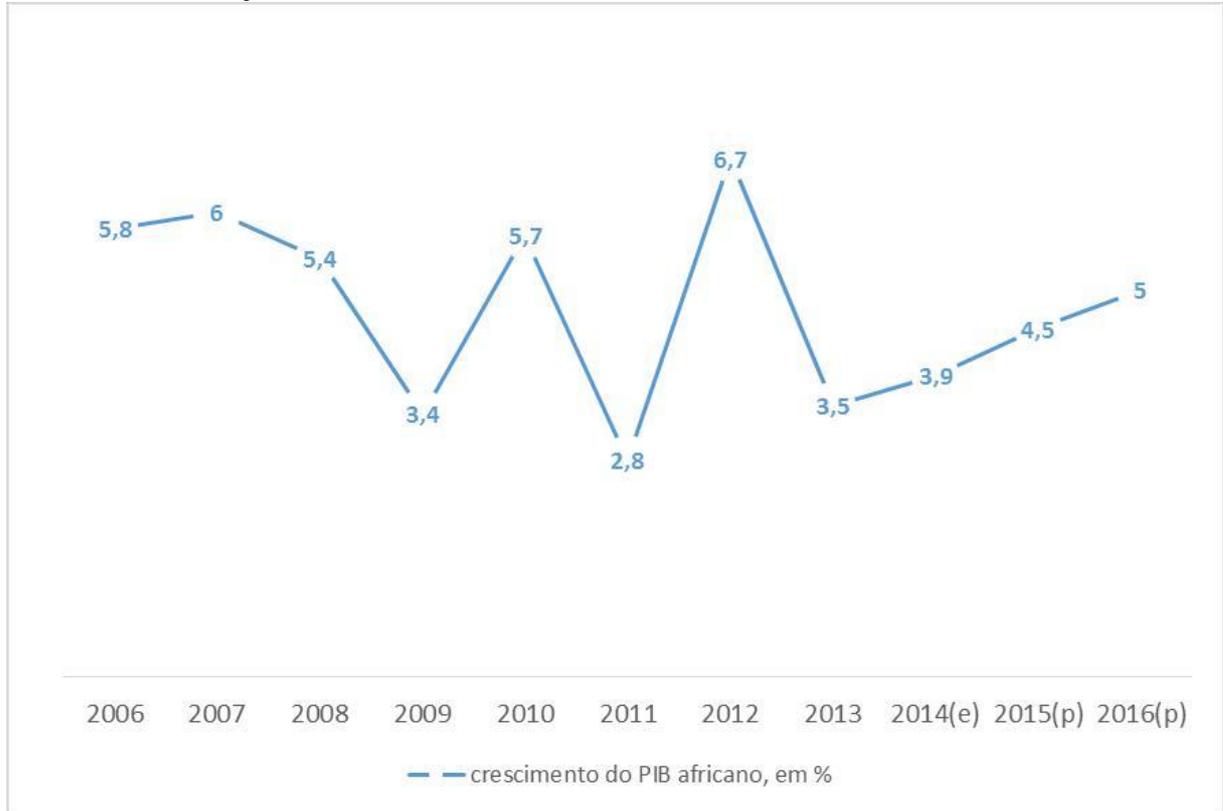
Fatores importantes, como o rápido crescimento da demanda chinesa por recursos naturais (especialmente petróleo e minérios); o estabelecimento de novos mercados consumidores para seus produtos; a conveniência em aliviar uma porção da grande pressão demográfica existente no país, enviando milhares de trabalhadores para além de seu território; e a capacidade do continente africano em suprir todas essas demandas, fizeram com que o tradicional pragmatismo da política externa chinesa – agora aliado a sua maior capacidade econômica – remodelassem as relações econômicas sino-africanas no novo milênio.¹⁰

Sob a perspectiva africana, ainda que as consequências da crescente influência chinesa gere debates, é possível notar que seus Estados têm se beneficiado dessa presença, especialmente após os efeitos da crise financeira global de 2008, quando a África subsaariana - ao contrário de boa parte do restante do mundo - apresentou taxas de crescimento positivas,

¹⁰ Embora os dados variem, estima-se que aproximadamente mais de um milhão de chineses vivam no continente africano atualmente (BRENTHURST FOUNDATION *apud* ROSSOUW, GEERTS e XINWA, 2014, p.09).

impulsionadas pela valorização dos preços dos *commodities* e sua absorção pela indústria chinesa (ADISU, SHARKEY e OKOROAFU. 2010, p.06).¹¹

Gráfico 2 – Variação do PIB africano, em %, (2006 – 2016).



Fonte: AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2014 (Elaboração própria a partir de dados da fonte)

O desempenho da economia africana no período integra dois dos principais elementos que compõem o envolvimento econômico chinês na África, o comércio e a ajuda externa.¹²

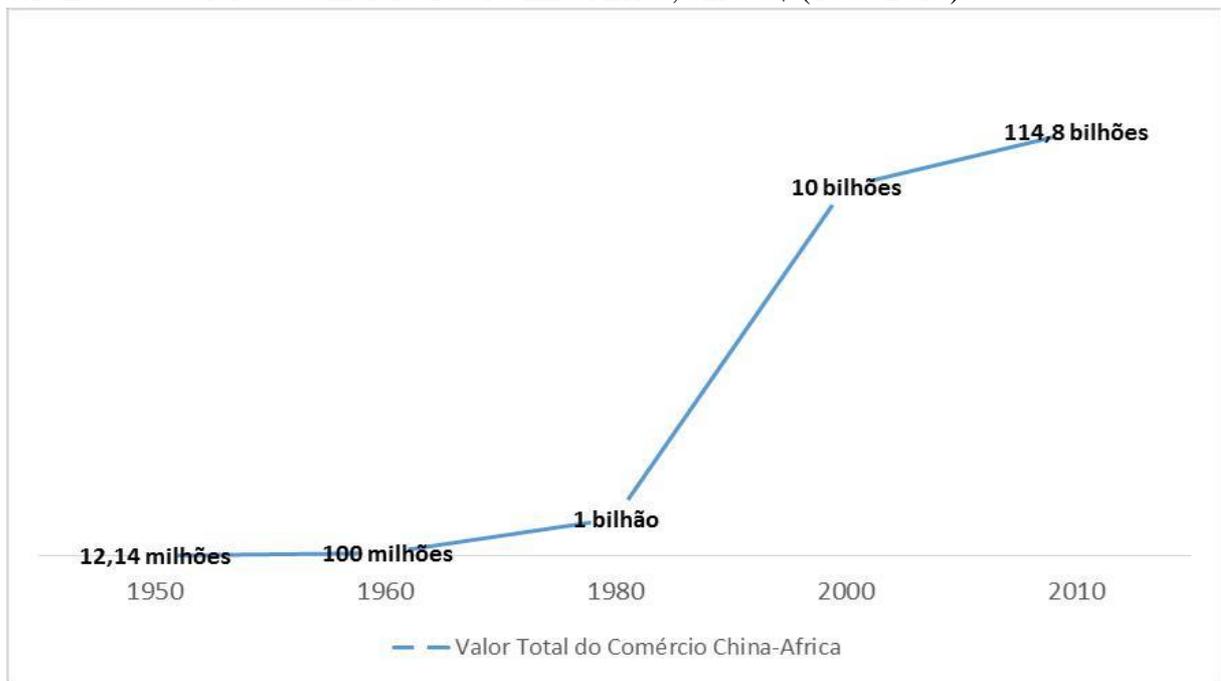
No primeiro, embora a União Europeia ocupe a primeira posição como parceira comercial do continente africano, com um total de US\$ 240 bilhões em trocas comerciais, a RPC - que nos anos 1990 possuía uma participação irrisória no comércio com os países africanos – em 2012 atingiu um fluxo de US\$ 198,5 bilhões, ocupando a segunda posição do ranking, representando aproximadamente 15% do comércio do continente com o restante do globo. Contudo, se considerarmos cada país individualmente, Pequim torna-se a maior

¹¹ Segundo dados do FMI, enquanto entre os anos de 2008 e 2009 a taxa de crescimento das economias desenvolvidas baixou de 0,5% para -0,6%, a África Subsaariana apresentou melhores resultados, passando de 5,5% para 2,1%, portanto ainda logrando manter um saldo positivo apesar do cenário de recessão mundial (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2010, p.02)

¹² Importante ressaltar que, apesar desse primeiro capítulo utilizar as palavras “China” ou “chineses” para se referir a diferentes aspectos da interação econômica da RPC na África, autores como Shaun Breslin (2013) em trabalho publicado na revista *Development and Change* n.44(6), demonstram uma grande variedade de atores autônomos entre si envolvidos nesses tipos de relação, cada um perseguindo interesses distintos, podendo abranger empresas estatais, governos de províncias e até diferentes ministérios dentro do governo chinês.

parceira comercial da África, com o perfil das exportações africanas composto quase que exclusivamente por *commodities*, com destaque para combustíveis fósseis - como petróleo e gás natural - e as importações englobando produtos manufaturados, alimentos e bebidas (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2014b, p.76).

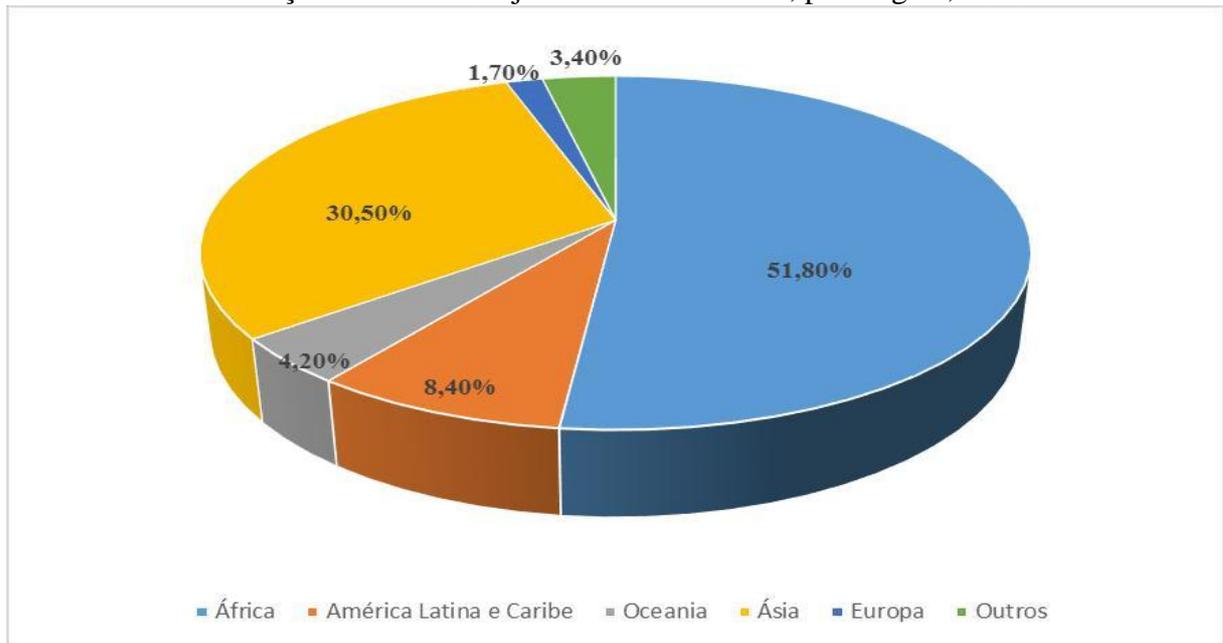
Gráfico 3 – Valor do Comércio Total China-África, em US\$ (1950-2010).



Fonte: THE STATE COUNCIL, 2010 (Elaborado pelo autor a partir de dados da fonte).

Quanto ao segundo elemento da pauta - a ajuda externa - suas manifestações se apresentam de forma variada. Vista como uma vitrine para a atuação externa chinesa e sua política de cooperação Sul-Sul, de acordo com o segundo *White Paper on China's Foreign Aid* (2014) a África se destacou, entre 2010 e 2012 por ser o destino de 51,8% da ajuda externa chinesa, totalizando US\$ 14,41 bilhões em ajuda externa, distribuídos entre 51 dos 54 países do continente.¹³ Entretanto, segundo esse mesmo documento, no caso da RPC, a classificação de “ajuda externa”, pode assumir três categorias distintas: doações, empréstimos sem juros e IEDs ou empréstimos concessãoais (THE STATE COUNCIL, 2014).

¹³ Como Deborah Brautingam (2009, p.14) demonstra, diferente dos países ocidentais, a RPC não estabelece uma divisão nítida entre aspectos comerciais/financeiros e a concessão de ajuda internacional, agrupando elementos distintos como IED e ODA para subordiná-los aos objetivos nacionais chineses.

Gráfico 4 – Distribuição do Total da Ajuda Externa Chinesa, por Região, 2010-2012.

Fonte: THE STATE COUNCIL, 2014 (Elaborado pelo autor a partir de dados da fonte)

No que concerne às duas primeiras categorias de ajuda externa chinesa - doações e empréstimos sem juros - concedidos pelo Ministério do Comércio (MOFCOM, na sigla em inglês), o *White Paper on China's Foreign Aid* (2014) menciona uma série de iniciativas para a África em diversos setores: o agrícola, em que a RPC estabeleceu 14 centros de demonstração de tecnologia agrícola, além de ter enviado mais de 5.000 técnicos da área para a África; no setor de saúde, com a construção de 30 hospitais, 30 centros de controle de prevenção de malária, treinamento de mais de 3.000 funcionários da área de saúde e a doação de equipamentos e suprimentos médicos no valor de 800 milhões de yuans (aproximadamente US\$ 125 milhões); na educação, com a construção de 150 escolas e no setor hídrico e de energia, com o desenvolvimento de 125 projetos de geração de água e energia limpas (THE STATE COUNCIL, 2014).

Também merece destaque a atuação chinesa durante a epidemia de ebola que assolou a África Ocidental em 2014. Segundo Taylor (2015, p.50) em meados de agosto daquele ano, Pequim anunciou o envio de mais de US\$ 5 milhões em suprimentos médicos, além de 115 especialistas em doenças infecciosas para a Guiné, Libéria e Serra Leoa (três dos países mais afetados pela crise) em um momento em que os membros de grupos de assistência da Europa, Estados Unidos e Japão estavam retirando seu pessoal, sendo “[...] the first time that China has extended humanitarian aid to countries facing a public health emergency”.

Quanto ao terceiro elemento que compõe a ajuda externa chinesa, os IEDs, seus investimentos – exíguos até 2010 - totalizaram US\$ 27,7 bilhões no continente africano, em

2014, correspondendo por 4,4% do total investido no continente, uma porcentagem pequena quando comparada com a parcela de 6,3% dos Estados Unidos e que coloca a RPC apenas na sétima posição entre os maiores investidores no continente.

Ainda assim, a variedade de empreendimentos e setores agraciados com capital chinês (mineração, finanças, agricultura e construção) e a rápida ascensão do número de projetos implementados (um aumento de 166, 67% entre 2013 e 2014), sugerem que a RPC poderá, em um futuro próximo, aumentar sua parcela de atuação na área (MEMANI e SIVA, 2015, p.18-19).

Um dos motivos que sugerem esse aumento do potencial de expansão para os investimentos e empréstimos chineses na África é a já mencionada alta demanda da RPC por recursos naturais. Representando apenas um dos elementos que compõe a segurança nacional da RPC, a segurança energética chinesa ganhou destaque a partir da intensificação dos índices de produção e consumo da população chinesa, transformando o país, em 2010, na maior consumidora de energia do planeta (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2014, p.01).

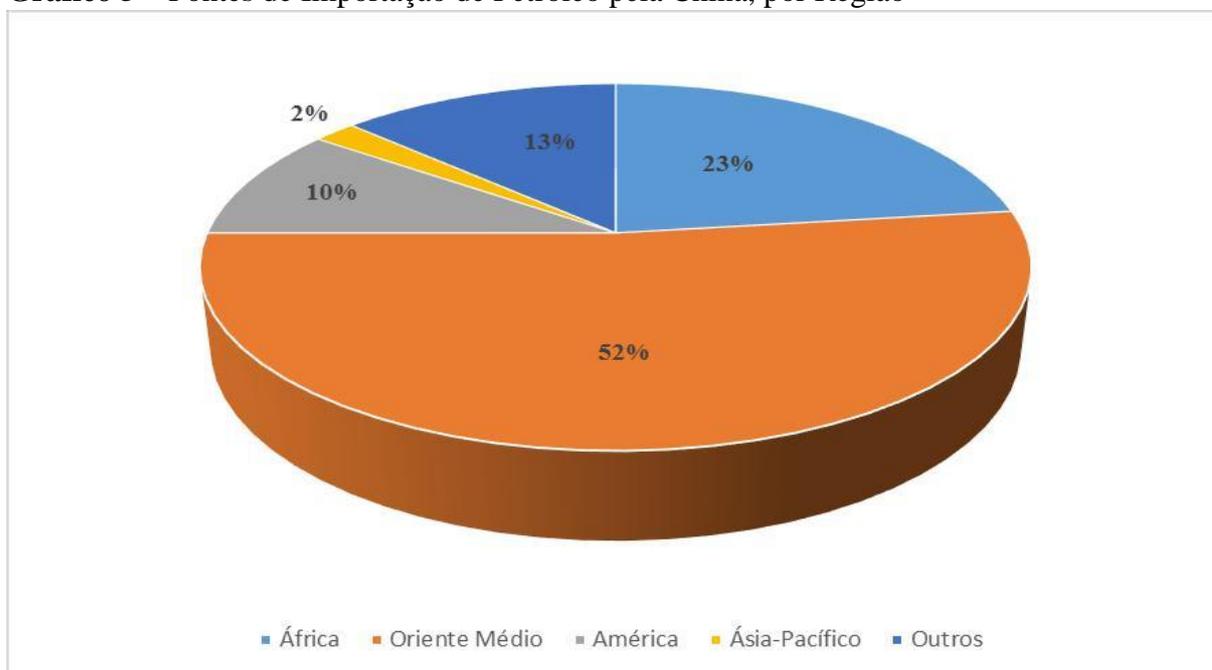
Parte significativa dessa intensa demanda por energia diz respeito ao petróleo. Sendo autossuficiente em sua demanda pelo recurso até 1993, o desenvolvimento econômico e o maior uso de veículos motorizados pela nascente classe média do país tornou a produção nacional chinesa insuficiente, forçando o país a, gradativamente, importar maiores quantidades de petróleo até ultrapassar os Estados Unidos, em 2014, como a maior importadora de petróleo do planeta (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2014, p.01). Portanto, “[...] if the question in the 1990s was whether Beijing would have the financial means to secure the necessary oil supplies, in the 2000s the issue became whether there would be enough oil available in the international market to supply China” (DOWNS *apud* ALDEN; DAVIES, 2006, p.05).

Ainda é necessário esclarecer que a intensa competição internacional pelo domínio de reservas de petróleo, seu preço volátil no mercado internacional, somado a atual incapacidade chinesa de aumentar sua produção nacional, fazem com que não só a exploração (que atualmente representa 18% da demanda energética chinesa) mas também a criação de reservas do recurso, seja uma medida necessária para garantir a segurança energética do país.

Nesse contexto, os países africanos têm se mostrado valiosos para garantir a demanda chinesa. Apesar de apenas 23% do petróleo importado pela RPC ter suas origens no continente africano, em contrapartida com 52% oriundo do Golfo Pérsico, a intensa presença de empresas ocidentais e as frequentes instabilidades do Oriente Médio tornam a capacidade

chinesa de influir na região muito mais precária quando comparada com o continente africano.

Gráfico 5 – Fontes de Importação de Petróleo pela China, por Região



Fonte: U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2014 (Elaborado pelo autor a partir de dados da fonte)

Além das razões que levam a RPC a consumir grandes quantidades de petróleo, também é importante conhecer a maneira como ela negocia o produto com os países exportadores. Nesse item, o Banco de Exportações e Importações da RPC (Eximbank) desempenha um importante papel nas negociações que envolvem a compra de petróleo. Em um continente como a África - onde muitos países apresentam uma situação precária e as instabilidades internas dos Estados geram incertezas quanto à possibilidade de se obter o retorno dos investimentos oferecidos, o Eximbank tem prosperado, concedendo empréstimos em troca de recursos naturais, especialmente petróleo.

Afim de explicar essa prática, conhecida como o “modelo angolano”, Foster (2009, p.55) afirma que, caso um país africano deseje obter recursos chineses a fim de construir obras de infraestrutura, por exemplo, ao invés do governo receber diretamente o dinheiro ofertado por Pequim, ele deve contratar uma empresa chinesa para realizar o empreendimento, ao mesmo tempo, uma petrolífera chinesa recebe o direito de iniciar a exploração do recurso que deverá servir como pagamento do empréstimo.

Apesar de não ser uma novidade, o “modelo angolano” tem demonstrado grande eficácia, servindo de base para diversos projetos na maior parte dos países africanos, com o

Eximbank possuindo dois escritórios no continente, um em Johannesburgo, na África do Sul e outro em Rabat, no Marrocos.

Por fim, mais importante do que a classificação ou o volume da ajuda externa e investimentos alocados para a África, são suas diferenças em relação aos países membros da OCDE. Ao contrário dos Estados Unidos, Japão e dos países da Europa Ocidental, que atrelam sua ajuda externa a uma série de condicionalidades, normalmente identificadas com a promoção de valores democráticos, liberais, ou a esforços para a redução da corrupção, a RPC normalmente concede seus empréstimos, benefícios e ajuda internacional sem exigir qualquer tipo de contrapartida (com exceção do reconhecimento do princípio de “uma China”), facilitando a penetração da presença chinesa nos países africanos.

Essa prática, que mantém a conformidade com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica - especialmente o respeito à soberania dos Estados e a não ingerência em seus assuntos internos – muitas vezes é taxada de irresponsável na Europa e Estados Unidos por favorecer regimes ditatoriais, Estados párias, ou por ser conivente com altos índices de corrupção de alguns governos, mesmo que a própria atuação dos países ocidentais ao longo do histórico de concessão de ajuda à África tenha falhado em demonstrar resultados diferentes. Como aponta Deborah Brautingam: “Despite nearly sixty years of aid, wealthy countries still do not have a way to ensure that their assistance will actually promote development (economic, social, sustainable’, people centered lower it is defined) and reduce poverty” (2009, p.11).

Colabora também para uma aceitação mais favorável da influência chinesa sobre a África o fato da RPC, assim como os demais Estados a quem ela concede ajuda e investimentos, também ser um país em desenvolvimento e sem histórico de envolvimento com práticas escravistas, colonialistas ou de interferência militar direta no território africanos. Esses aspectos históricos, quando combinados com o rápido desenvolvimento econômico da RPC, têm atraído o interesse dos líderes africanos, que enxergam no dinamismo da economia chinesa um modelo a ser empregado em seus países, a ponto de surgir a noção em meio a diversos líderes e funcionários de governos africanos de um “Consenso de Pequim”, capaz de direcionar os países em desenvolvimento para o caminho do rápido sucesso econômico.

Ainda que o termo “Consenso de Pequim” seja refutado por pesquisadores do meio acadêmico e o próprio governo chinês negue a sua existência - argumentando que o modelo adotado pela China não pode ser aplicado por todos - é inegável que o rápido avanço da RPC sobre a África e o sucesso obtido pelo governo chinês nas últimas três décadas contra a pobreza geraram uma forte atração por parte dos países africanos. Como declarou a ex-

ministra das Finanças da Libéria: “Clearly, for us, in Africa, we have a lot to learn from China, beyond its financial capacity to assist China has made the most progress over the past several decades in reducing poverty. That experience is of great interest to us” (SAYCH *apud* BRAUTINGAM, 2009, p.11).

Finalmente, além de destino para os investimentos chineses, fonte de matéria-prima para a sua indústria e consumo interno e um refletor do modelo de cooperação econômica para o restante do mundo, a África mantém um valor que transcende a esfera comercial-financeira.

Como apresentado anteriormente, a vertente política do interesse chinês pela África não é novidade. Seja os esforços pelo reconhecimento internacional da RPC nas décadas de 1950 e 1960 ou a importância dos votos africanos para sua entrada na ONU em 1971, o continente africano há tempos representa um terreno de manobra para a política externa de Pequim, com algumas de suas áreas de interesse permanecendo relativamente inalteradas ao longo das décadas e outras passando por mudanças significativas, a partir dos anos 2000.

Um desses focos considerados tradicionais da RPC na política internacional é a disputa diplomática contra Taiwan (República da China) pelo reconhecimento do *status* como legítimo representante do povo chinês. Após Taiwan perder grande parte do reconhecimento dos Estados membros das Nações Unidas – sendo suplantada pela RPC durante os anos 1970 - nos anos 1990, a China Nacionalista, por meio de uma “diplomacia do cheque” conseguiu reverter o posicionamento de alguns países, inclusive africanos, revigorando o embate diplomático entre Pequim e Taipei (KAN e MORRISON, 2014, p.06).¹⁴

Contudo, a RPC, que no final do mesmo período demonstrava sinais do início de seu surpreendente crescimento econômico, foi capaz de fazer frente às ofensivas de Taiwan nos anos seguintes, reduzindo o número de países africanos que reconheciam a China Nacionalista como representante legítima dos chineses de onze, em 1997, para apenas três, em 2015: Burkina-Fasso, São Tomé e Príncipe e Suazilândia.

Em um âmbito mais amplo, os países do continente africano também representam um potencial considerável de apoio para a política externa de Pequim no sistema internacional, sendo a construção do novo centro de conferência da União Africana - inteiramente custeada pela RPC - em Adis Abeba, em 2012, um exemplo da importância conferida pela RPC às organizações multilaterais, inclusive no continente africano. Assim, durante a inauguração da

¹⁴ A “diplomacia do cheque” ou “diplomacia do dólar” são termos que designam a política empregada tanto por Taiwan quanto pela China de oferecer grandes somas de dinheiro na forma de investimentos ou projetos de infraestrutura para países dispostos a alterar o reconhecimento diplomático entre um dos dois lados.

nova sede da UA, o diplomata do Gabão, Jean Ping, afirmou: “Our dream came true and we are now overlooking a modern architectural jewel symbolising the historical relations between China and our continent” (AFRICAN UNION, 2012).

Porém, é na Organização das Nações Unidas que o apoio dos países africanos demonstra ser mais crucial para a RPC. Para Fulilove (2011, p.67), a ONU apresenta uma arena vantajosa na política mundial, com a Assembleia Geral reforçando a multipolaridade nas relações internacionais e diluindo o poderio hegemônico dos Estados Unidos.

Portanto, em um órgão multilateral como a ONU, os Estados africanos - que ocupam aproximadamente um quarto dos lugares da AGNU, além de três cadeiras cativas no CSNU - são um reforço valioso para qualquer país que busque estimular ou impedir votações de resoluções dessa organização. Ademais, como lembra Thrall (2015, p.15), o valor desses votos para a RPC tornam-se mais evidentes em outros órgãos como a Organização Mundial de Comércio ou o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas onde RPC e África compartilham de ceticismo quanto às críticas feitas pelo Ocidente em relação ao cumprimento de normas de direitos humanos em outros países.

No entanto, essa proeminência da RPC no campo econômico e diplomático vem gerando reações no Ocidente. Diante da emergência econômica da RPC no cenário internacional e o aumento de sua capacidade em exercer pressão sobre zonas de influência tradicionais das potências europeias ou dos Estados Unidos (respectivamente a África e a América Latina), não demorou para que surgisse na mídia, no campo acadêmico e em setores do governo norte-americano, a percepção de que a RPC representaria um perigo para a paz no leste da Ásia, e conseqüentemente, para a estabilidade mundial (WU, 2007, p.112).¹⁵

Apesar de variarem a respeito do grau da ameaça representada pelos chineses ou a forma como os Estados Unidos devem lidar com eles, Wang (2009, p.02) explica que as diferentes versões da “ameaça chinesa” têm em comum a percepção de que - assim como a Alemanha e a União Soviética antes dela - a RPC, ao atingir o *status* de potência emergente utilizará sua capacidade para tentar reconfigurar a ordem internacional de forma a atender melhor seus interesses, o que conseqüentemente levaria a um conflito com as potências que se beneficiam do *statu quo*, especialmente, os Estados Unidos.

Como resposta a crescente preocupação com essa “ameaça chinesa”, no início dos anos 2000, Zheng Bijian, acadêmico chinês e assessor do ex-presidente Hu Jintao (2003-2013), desenvolveu o termo “ascensão pacífica”, para se referir ao rápido aumento da

¹⁵ Dentre os acadêmicos que alertam para uma possível ameaça da ascensão chinesa, podemos citar: John Mearsheimer (2001); Bernstein e Murro (1997); Aaron Friedberg (2011); e David Shambaugh (2011).

capacidade chinesa. Adotado rapidamente pela elite política chinesa, o termo – que posteriormente evoluiu para “desenvolvimento pacífico”, por acreditar-se que a palavra “ascensão” remeteria a um significado de ruptura brusca – buscava demonstrar que a RPC não adotaria uma política revisionista da ordem mundial, preferindo, ao invés disso, inserir-se e adaptar-se ao processo atual de globalização e às instituições que a mantêm e apenas reforçando a sua imagem como um país sem um histórico imperialista ou de conquistas territoriais. De acordo com o próprio Bijian (2002, p.06):

Our brand new path relies upon the following factors, namely: relying on our own development; relying on the opening up of markets; relying on institutional innovation; relying on getting connected with economic globalization instead of being isolated from it; and relying on reciprocity and mutual benefit with other countries for the purpose of win-win relations.

Um aspecto mais recente do envolvimento político chinês com a África e que se conecta com os esforços da liderança do PCC em rebater os críticos que retratam a RPC como uma ameaça para a estabilidade mundial ou o envolvimento do país com os países africanos como predatório e sem consideração pelo bem-estar da população local, tem sido o crescente envolvimento chinês com missões de paz.

O histórico da posição dos chineses quanto às missões de paz demonstram a gradual mudança de Pequim sobre o assunto e revelam o papel da África nesse processo. Se, durante os anos 1970, a lembrança da contribuição das Nações Unidas na Guerra da Coreia fez com que o posicionamento chinês sobre o tema fosse cauteloso, com o país sendo contra a aprovação de missões de paz e até se recusando a pagar sua contribuição para o financiamento das operações, a partir dos anos 1980, a atitude chinesa começou a mudar (FRAVEL, 1996, p.1103-1104).

A partir de 1981, portanto passados alguns anos da reintegração da RPC ao sistema internacional, o país passou a aprovar e contribuir com algumas missões de paz, até que, em 1990, os chineses participam de sua primeira missão, enviando vinte observadores para as eleições na Namíbia (MASUDA, 2011, p.07). De fato, os anos 1990, representaram uma década de dificuldades para os africanos, que, combinados com o crescente interesse chinês pelo continente - principalmente nos anos 2000 - testemunharam um aumento considerável da participação de Pequim em missões de paz no continente, tendo contingentes chineses sido enviados para o Burundi (2004), Moçambique (1993); Libéria (1993 e 2003); Serra Leoa (1998); a fronteira entre Etiópia e Eritreia (2000); República Democrática do Congo (2001);

Burundi (2004) e Costa do Marfim (2004) e o Saara Ocidental (1991) (AGUBAMAH, 2014, p.195).

Porém, se o envolvimento chinês em missões de paz durante os anos 1990 aumentou consideravelmente, ao longo da última década, a participação da RPC nesse tipo de iniciativa um salto, com Pequim figurando na nona posição entre os dez maiores fornecedores de pessoal para missões de paz – e na primeira posição entre os membros permanentes do CSNU – contando, em 2015, com 3.040 funcionários, entre especialistas, policiais e soldados, atuando em missões de paz, em sua maioria, em território africano.¹⁶

Entre as razões mais imediatas que justificaram a mudança da atitude chinesa, o relatório produzido pelo *Stockholm International Peace Research Institute*, de 2009, aponta a experiência e o treinamento que o envio de militares e especialistas para uma missão de paz no exterior fornece às forças armadas chinesas, não sendo possível reproduzir as mesmas condições de treinamento em território chinês (GILL e HUANG, 2009, p.15).

O mesmo relatório também cita outras razões para o crescente engajamento chinês e que se conectam com a presença chinesa na África de duas formas distintas. A primeira delas diz respeito à segurança dos interesses chineses e de seus cidadãos fora de seu território. Após décadas advogando em favor de uma aplicação rígida dos conceitos de soberania e não-interferência, a crescente instabilidade aos negócios chineses e o sequestro de trabalhadores em países como o Sudão e o Mali, tem causado alterações (ainda que limitadas) em suas relações exteriores, fazendo com que a RPC enxerga a participação em missões de paz como uma boa maneira de conjugar a necessidade de aumentar a segurança de seus interesses na África com a preocupação em manter a imagem de uma potência não-intervencionista ou disposta a agir unilateralmente no continente.

Assim, para Jakobson (2007, p.17-18): “Beijing must acknowledge that what it does not matters as much as what it does do. China interferes in the affairs of the countries it trades with and invests in, quite dramatically in some cases, due to the sheer size and growth rate of its economy.”

A segunda razão abrange o âmbito mais amplo da imagem que os líderes do PCC querem transmitir ao mundo sobre a atuação e as intenções da RPC. Nesse caso, a RPC busca provar que é um país responsável e que age de acordo com as práticas do sistema internacional, não sendo sua ascensão uma ameaça para o restante do globo, inclusive no

¹⁶ Dentre as dez missões de paz em que a RPC está envolvida, sete estão localizadas em território africano. Ademais, a África também recebe a maior parte do contingente, com 2.617 chineses de um total de 3.040, envolvidos em missões de paz atuando em países africanos (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2015).

continente africano, onde a presença chinesa vem aumentando significativamente nos últimos anos.

Portanto:

It was China's status as an emerging great power that instigated a change in this approach, conscious that it needed to behave as a responsible power, commensurate with its new standing, Beijing has embarked on a period of unprecedented activism, with Africa being a key proving ground (AGUBAMA, 2014, p.01).

Diante dessa nova etapa na dinâmica das relações sino-africanas, a República do Sudão – na condição de um dos primeiros países a estabelecer relações com a RPC, ainda em 1959 - experimentou toda essa evolução da política externa chinesa no continente.

Isolado internacionalmente pelo Ocidente durante as décadas de 1990 e 2000 devido a sistemáticas acusações de violações de direitos humanos e aproximação com extremistas islâmicos, o Sudão encontrou na RPC um parceiro disposto a investir em sua infraestrutura e indústria petrolífera, sem a exigência do cumprimento de políticas de boa governança ou de direitos humanos. Entretanto, a rápida deterioração do país após décadas de guerras civis – culminando na divisão do país em 2011 e a criação do Sudão do Sul – tem feito Pequim reconsiderar sua política de não-interferência.

Por essas razões, após sofrer com críticas de organismos internacionais e organizações não-governamentais durante anos devido ao apoio concedido ao governo sudanês contra as milícias rebeldes no sul do país e na região de Darfur, a RPC enviou, em janeiro de 2015, a primeira parte de um batalhão armado de setecentos soldados para o Sudão do Sul, sendo a primeira vez na história em que a RPC envia combatentes para uma missão de paz (CHOEDON, 2015, p.01).

Assim, reflexos das transformações pelas quais a RPC passou nas últimas cinco décadas e meia, as relações do Sudão (e do Sudão do Sul) fornecem um excelente exemplo extremos, mas reflexivo dos motivos e da maneira pela qual RPC e África vêm se relacionado no passado e como atuam nos dias de hoje, sendo o conhecimento dessa relação importante para a análise de interações futuras.

2 SUDÃO: FORMAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO DE UM ESTADO

No dia 01 de janeiro de 2016, a República do Sudão completou 60 anos de existência como um Estado assolado por conflitos civis em diversas partes de seu território, marcado por um dos mais baixos índices econômicos e sociais do planeta e com uma grande parcela de seu território original perdida. Resultado da dificuldade dos sucessivos governos do país em lidar com a intensa diversidade religiosa, linguística, cultural e étnica, além da persistência de uma política econômica estruturada para privilegiar a elite política da capital, Cartum, o Sudão representa simultaneamente um caso peculiar e um exemplo comum na África.

Peculiar, pois o extremismo de uma guerra civil que assolou o país desde a sua independência e a separação do Sudão do Sul, em 2011, representou uma exceção na política de manutenção das fronteiras coloniais dentro do continente após a maioria das independências durante as décadas de 1960 e 1970.

Ao mesmo tempo, os vastos recursos naturais, graves instabilidades internas e uma política de não complacência com os ideais ocidentais de democracia e boa governança fazem com que o Sudão - assim como diversos outros Estados africanos considerados párias para os padrões de governabilidade ocidentais - tenha encontrado em muitos Estados asiáticos, uma alternativa para o isolamento proposto pelos Estados Unidos e Europa ocidental, uma vez que países como a Índia, Malásia e a RPC compartilham com os africanos um sentimento de desconfiança pela maneira com que os valores ocidentais são propagados.

2.1 A Geografia do Sudão antes da Secessão

No período anterior à separação da região sul do Sudão, os 40 milhões de habitantes do país ocupavam uma área de aproximadamente 2,5 milhões de km² (até então o maior país da África), banhada pelo rio Nilo em toda a sua extensão e dividindo suas fronteiras com o Egito e a Líbia, ao norte; com o Quênia, República Democrática do Congo e Uganda, ao sul; ao leste com a Eritreia, Etiópia e o Mar Vermelho; e a oeste com o Chade e a República Centro-Africana.

Mapa 1 – O Sudão antes da separação da região sul



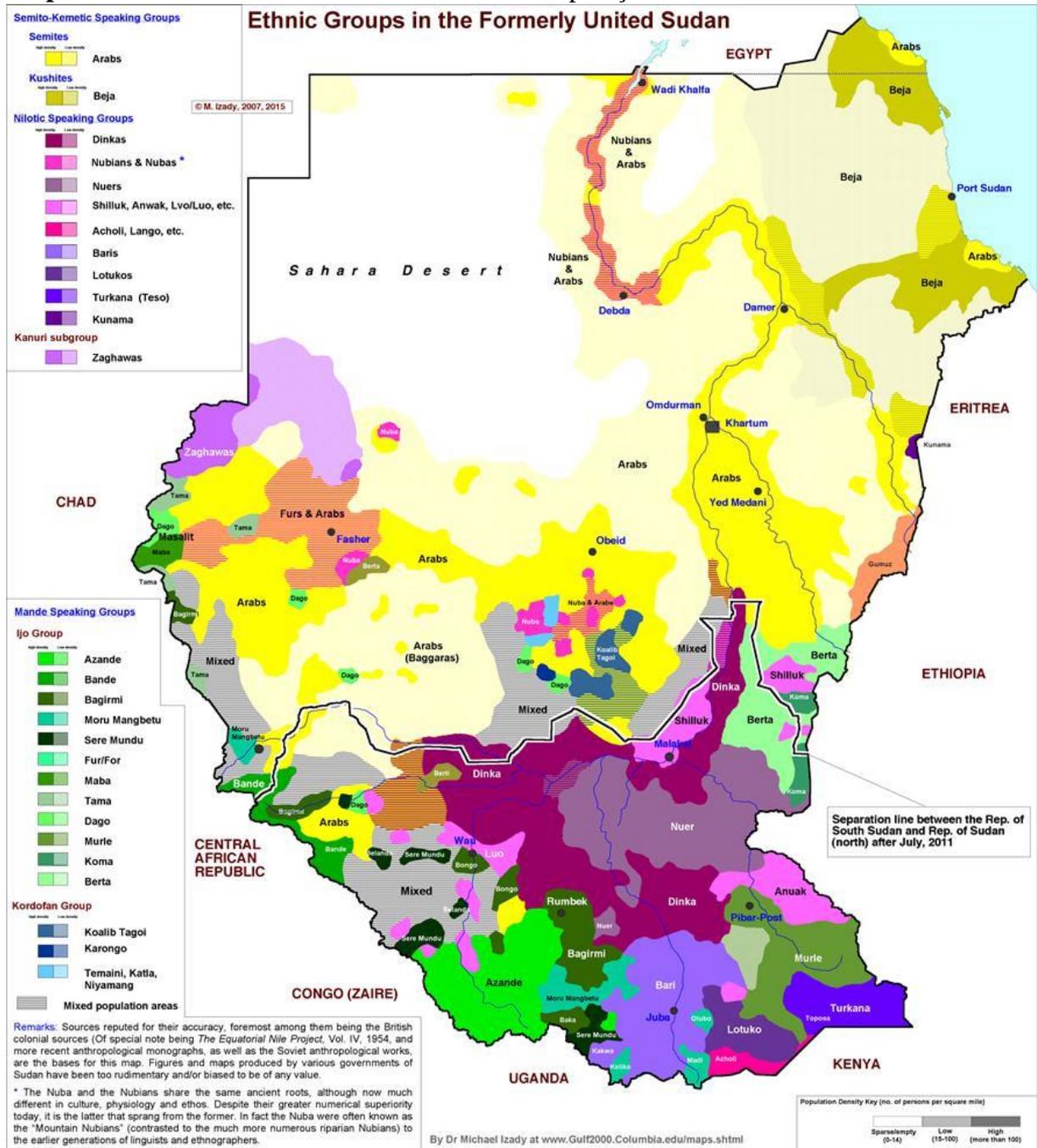
Fonte: One World Nations Online – Administrative Map of Sudan, 2009

Ao longo dos séculos, essa localização do Sudão – situado em uma zona fértil no meio das movimentadas zonas de intercâmbio comercial e cultural do Mar Vermelho e Mediterrâneo – fez com que o país fosse habitado por uma grande diversidade de povos e culturas, conferindo uma grande diversidade étnica ao Estado sudanês, uma vez que ele se formou e se tornou independente. Assim, de acordo com Lesch (1998, p.15), antes da perda da porção sul do país, o Sudão possuía aproximadamente 50 grandes grupos étnicos principais que podiam ser subdivididos entre mais de 570 povos diferentes.

Entre todos esses povos, os árabes são maioria, representando 55% da população do Sudão e habitando a porção norte e central do país, seguidos pelos dinkas (8,0%), os nubas (6,0%), nuers (4,0%), furs (2,7%), zandes (1,8%), shilluks (1,6%), baris (1,3%), núbios

(0,5%) e o restante espalhado entre as demais etnias distribuídas pelo centro e sul do país (PAGLIA, 2008, p.13-14).

Mapa 2 – Diversidade Étnica do Sudão antes da Separação do Sul

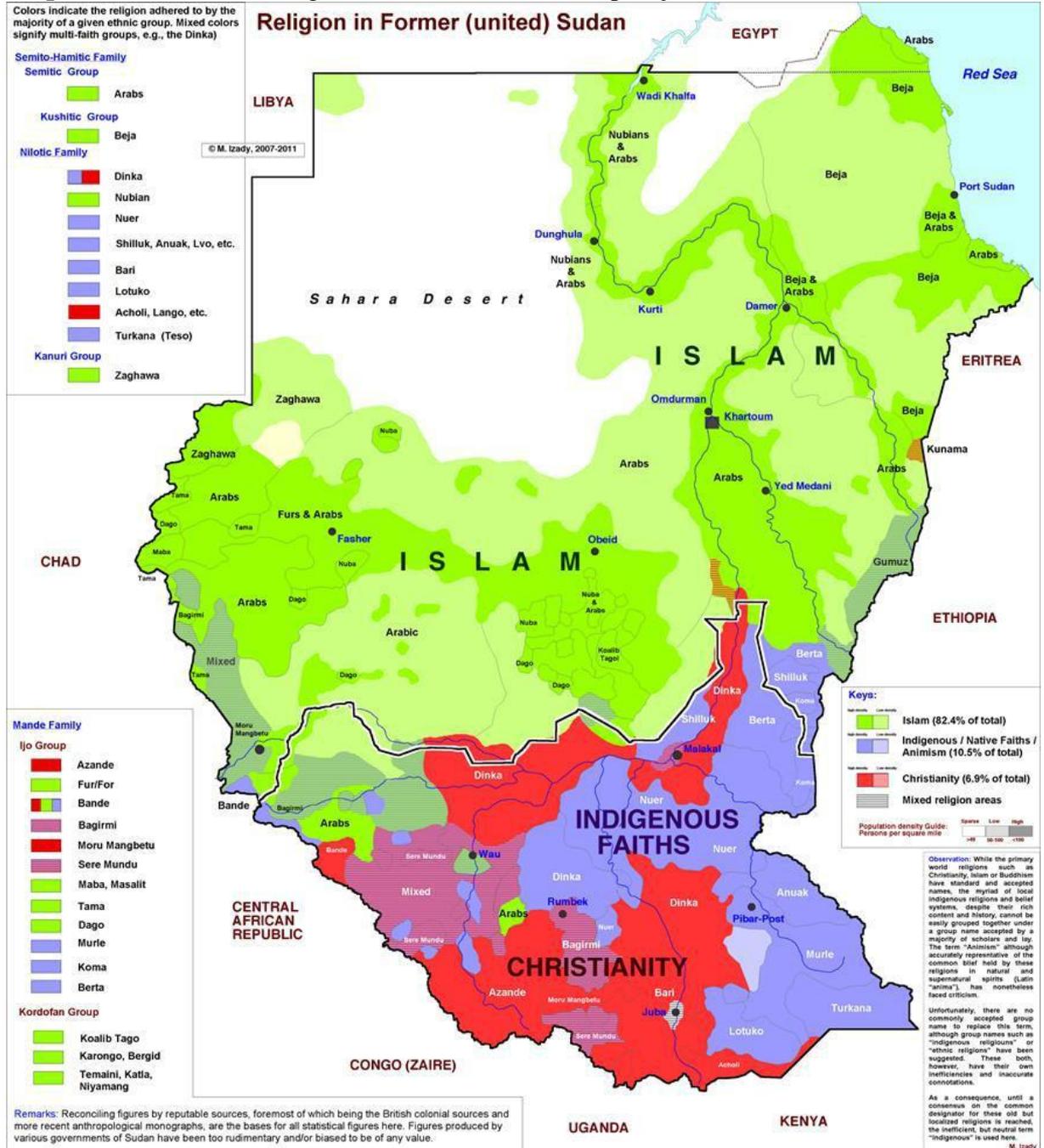


Fonte: THE GULF 2000 PROJECT, 2013

Quanto a religião, a diversidade no Sudão era menor, mas não menos essencial para o estudo dos conflitos no país. Antes da separação, 82,4% da população sudanesa era muçulmana, enquanto 10,7% compartilhavam crenças locais e os 6,9% restantes se declaravam cristãos. Também é importante notar a distribuição geográfica das religiões no/

Sudão, com os muçulmanos ocupando o norte e centro do país, enquanto as demais religiões se concentram no sul.

Mapa 3 – Diversidade Religiosa no Sudão, antes da Separação



Fonte: THE GULF 2000 PROJECT, 2013b

O país também possui consideráveis reservas de diversos recursos naturais em seu território, produzindo petróleo e gás natural, além de contar com minerais como manganês, zinco, urânio, alumínio, níquel, ferro, ouro e prata e uma grande área propícia para o cultivo -

com destaque para o algodão - no sul do país (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2013).

Entretanto, essa junção de uma população nativa culturalmente diversificada, localizada em um território rico e fértil e confinada dentro dos limites territoriais de um Estado marcado pelo legado do colonialismo impediu a formação de uma identidade nacional no Sudão, produzindo um cenário de deterioração política, econômica e social, apesar das riquezas materiais presentes no país.¹⁷

Esse parece ser o desafio do Sudão. Constituinto uma situação comum em países pós-coloniais, principalmente um com uma população étnica e religiosa tão diversa, o desafio dos sucessivos governos sudaneses desde a independência do país (assim como de muitos outros governos africanos) tem sido se adaptar ao modelo moderno de Estado-nação e à construção de uma identidade nacional em meio a uma sociedade heterogênea e conflituosa.

No entanto, no caso do Sudão, o surgimento de duas formas antagônicas de afirmação da identidade nacional que competiam entre si pela predominância dentro do Estado, levou ao agravamento desse cenário. Segundo Lesch (1998, p.6-7), enquanto as elites árabes e muçulmanas do norte aplicaram uma versão do nacionalismo baseada em fatores étnicos - onde o Estado representava a demanda de um único grupo em detrimento dos demais - para as populações do sul - oprimidas pelo controle nortista camuflado pelas exigências do Estado - restou a luta por um nacionalismo baseado na territorialidade, onde o Estado representava todos os indivíduos, independente do grupo étnico a que pertencessem.

Essas distintas interpretações de nacionalismo e as diferenças culturais no Sudão assumiram a capacidade de potencializar conflitos internos, especialmente na forma pelo qual o governo sudanês atua em relação à população do restante do país, agindo de acordo um “modelo de controle”, evitando a distribuição de poder ou recursos para indivíduos de outras etnias ou religiões.¹⁸

¹⁷Olara Otonnu, ex-representante de Uganda nas Nações Unidas, afirma que a questão de identidade na África se manifesta em três níveis diferentes: no topo, uma identidade continental, facilmente adotada e baseada em um sentimento de pertencimento ao continente africano, enquanto na base, persiste um senso de identidade étnica, baseado na lealdade à tribo ou comunidade original. Para Otonnu, a crise identitária reside no nível intermediário, o nacional, sendo o número de indivíduos que se apresentam, por exemplo, como ugandenses ou etíopes, ainda baixo (DENG, 2008, p.31).

¹⁸Em 1979, Ian Lustick publicou o artigo, *Stability in Deeply Divided Societies: Consociationalism Versus Control*. Nele, o autor propõe dois modelos teóricos de governo: um consociativo e outro de controle. Para o autor, ambos se aplicam para sociedades profundamente divididas ou verticalmente segmentadas, assim como rivalidades intensas entre esses segmentos devido à disputa por recursos sociais, políticos e (ou) econômicos. Contudo, enquanto o primeiro foca na cooperação mútua entre as elites subnacionais, o modelo de controle se aplica pela restrição ou subjugação dos outros setores da sociedade pela elite dominante no governo (LUSTICK, 1979).

Para agravar a situação, os conflitos no Sudão tendem a extrapolar o setor étnico ou religioso, penetrando em outras áreas da sociedade. Isso ocorre pois, uma vez que o alijamento dos indivíduos não árabes e muçulmanos ocorre tanto na esfera política quanto econômica, a definição de raça - que normalmente abrange elementos étnicos - adquire um âmbito maior, abarcando também a atividade econômica, condição financeira, religião praticada e até o local de nascimento. De acordo com, Jok Madut Jok (2007, p.03):

In other words, these characteristics, which are not always part of the definition of race in contemporary social sciences, but are aspects of social relations, become the lines separating racial identities. This means that racial boundaries are very fluid in Sudan, and there are many ways in which people who may be classed as blacks could also pass as Arabs, while those who have been known to be Arabs could decide to label themselves as African or black if their political circumstance demanded or allowed it.

Assim, apesar do Sudão carecer de uma identidade cultural definida, o país possui um governo que historicamente busca reafirmar a supremacia árabe-islâmica em detrimento dos demais povos e religiões do país, criando uma intensificação da importância do elemento cultural nas relações sociais em ambos os lados dos conflitos. Nesse processo, a diversidade cultural é sobrepujada por relações dicotômicas que acabam por exacerbar as disputas entre as diferentes culturas, mascarando a complexidade identitária do país e substituindo-a pela narrativa de simples embates entre árabes contra negros, árabes contra africanos e agricultores contra pastores.

Como já mencionado, além da etnia, a religião também é utilizada como pretexto para a dominação da elite do país. Tendo sempre servido como um elemento a mais nas disputas entre o norte e o sul, as tensões religiosas no Sudão se agravaram com a imposição da lei islâmica (*sharia*) nos territórios do norte em diversas ocasiões, primeiro pelo presidente Jafaar Numeiri, em 1983 e posteriormente, pelo presidente Omar al-Bashir, que também declarou repetidas *jihads* contra as populações do centro e sul do país.

Essas decisões aprofundam a marginalização das populações não árabes e islâmicas de diversas regiões do país, transformando-os, na prática, em cidadãos de segunda classe, uma vez que a separação entre Estado e religião deixa de existir. Além disso, como o restante dos embates no país, as disputas religiosas se manifestam de forma mais profunda, com muçulmanos moderados também sendo hostilizados pelo extremismo do governo de Bashir.

Para Gerárd Prunier, o que: “opposes the North and the South is not a matter of religious choice within a common culture, it is a matter of basic political, cultural and social choice for which religion acts as a kind of symbolic algebra” (PRUNIÉR, 1996).

Essa interpretação a respeito dos esforços do governo em concentrar o capital político e econômico do país nas mãos de alguns poucos indivíduos oferece uma nova perspectiva a respeito das capacidades do Estado sudanês. Para Jok (2007, p.28), os problemas do Sudão não seriam derivados de um Estado frágil e incapaz de manter seu controle sobre o território e que, portanto, necessitaria do apoio de milícias locais para exercer domínio sobre territórios rebeldes, mas sim, de uma política governamental deliberada e organizada de manter vívido o temor da desintegração nacional e das guerras civis em prol de uma unidade centrada na suposta necessidade da elite árabe-muçulmana de combater o restante do país, em geral, considerados separatistas e subversivos.

Por essas razões, para Jok (2007, p.18), a violência no Sudão pode ser caracterizada como:

[...] both conjunctural where there are definite actors who commit violence at the behest of state institutions or other powerful agents within the state, and structural, where poverty, inequality, gender bias, racism, religious bigotry, and inadequate services form a less visible but equally pernicious violence that is a part of the social fabric of Sudanese society.

As condições precárias suportadas pela maioria da população em todo o país também explicam por que o chamado Acordo de Paz Compreensivo (APC), assinado em 2005 para encerrar a guerra civil entre o Sudão e o sul não se reverteu em paz para ambos. Ao contrário, ao longo de todo o território do Sudão e do Sudão do Sul, os conflitos antigos persistem e novos aparecem.

Em outros casos, como na nova região sul do Sudão, as razões que fomentaram a guerra civil continuam presentes nos distritos do Cordofão do Sul e Nilo Azul, enquanto as tensões no distrito de Abyei – localizado na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul – sinalizam para a possibilidade do APC ter servido somente para transformar uma guerra civil em um conflito interestatal. No oeste do país, milícias patrocinadas por Cartum continuam a atacar as populações de Darfur e a combater grupos rebeldes locais, enquanto no leste, os distritos do Mar Vermelho, Kassala e Gedaref correm o risco de seguir o mesmo caminho de instabilidade e rebelião encontrado no restante do país. Mesmo dentro do Sudão do Sul - onde podia-se esperar que a paz interna prevalecesse após a conquista da independência - enfrenta uma nova guerra civil.

Todo esse quadro caótico que se instalou tanto no Sudão, quanto no Sudão do Sul, e cuja resolução parece longe de ser resolvida, apresenta dois aspectos relevantes para as relações internacionais.

O primeiro, trata da possibilidade da secessão do Sudão estabelecer um precedente para o separatismo na África. Ao contestar a versão comumente difundida, de que as linhas fronteiriças entre os Estados africanos foram estabelecidas durante o período colonial sem levar em consideração aspectos étnicos e culturais dos povos nativos, residindo nesse fato, a explicação para os diversos conflitos contemporâneos do continente, o historiador Wolfgang Döpcke argumenta que a noção de uma fronteira política definida pelo poder soberano de um líder não apresentou uma novidade para os governos africanos e que, de fato, os colonizadores tentaram levar em consideração os limites territoriais pré-existentes na África, não sendo as fronteiras do continente menos arbitrárias ou com uma população menos homogênea do que a de muitos Estados europeus. Ainda assim, o autor corrobora que, apesar de fatores étnicos ou culturais não poderem ser considerados por si mesmos como as causas de conflitos civis na África, eles são passíveis de potencializar disputas econômicas ou políticas em um país (DOPCKE, 1999, p.100).

Por essa razão, ainda que a ideia de um processo de balcanização da África seja considerada exagerada - constituindo mais uma exceção extremada do que um precedente - a secessão do Sudão teve um efeito moral sobre movimentos separatistas em todo o mundo, ou no mínimo, serviu como um alerta para os líderes de países com populações que se sentem marginalizadas pela política do governo central (McNAMEE, 2012, p.20).

O segundo aspecto trata das décadas de conflitos e da estimativa de 2 milhões de mortos e mais de 4 milhões de refugiados, somente durante a segunda guerra civil sudanesa (1983-2005), que, somados aos já mencionados baixíssimos índices econômicos e sociais do Sudão e do Sudão do Sul, representam um desafio para a comunidade internacional e seus mecanismos de controle e ajuda para zonas em guerra.

A partir desse ponto, a fim de se compreender melhor os fatores que levaram o governo central em Cartum – especialmente durante o período do presidente Omar al-Bashir - a estabelecer uma situação endêmica de conflito no Sudão e o legado deixado para a eclosão de novas guerras no Sudão do Sul é necessário apresentar a construção desse cenário ao longo da história do território sudanês.

2.2 Bases Históricas do Conflito Norte-Sul no Sudão

Durante a sua história, a trajetória da região onde atualmente está localizado o Estado sudanês esteve atrelada aos acontecimentos de seu vizinho do norte, o Egito, em diversas ocasiões. Na antiguidade, essa ligação foi esporádica, limitando-se a trocas comerciais, com

os egípcios oferecendo grãos para os povos que habitavam as terras mais altas do vale do Nilo, especialmente os núbios, e obtendo em troca marfim, ouro e incenso (BERRY, 2015, p.04). A partir da expansão islâmica no século VII d.C, a interação do atual Sudão com os árabes do Egito se tornou mais intensa, porém, ainda pacífica, com os núbios e outros povos, como os fur, a oeste, sendo gradualmente assimilados pelos islâmicos através de casamentos mistos e de interações pessoais incentivadas pelo comércio. (BERRY, 2015, p.11).

Enquanto isso, no sul do Sudão, habitado pelos povos dinkas, nuers e shilluks, as dificuldades impostas pela geografia da região - cortada por rios, montanhas e pântanos - serviram como obstáculos naturais que impediram uma penetração substancial da religião e cultura islâmica no período (KEBBEDE, 1997, p.15-16). Para autores como Bethwell Ogot, foi: “[...] assim, portanto, que se estabeleceu a fronteira cultural entre o que se denomina hoje Sudão Setentrional e Sudão Meridional. A existência dessa fronteira cultural é um profundo determinante de nossa interpretação do Sudão atual.” (2010, p.206).

Foi somente no século XIX, quando os egípcios dominados pelo império Turco-Otomano decidiram se expandir para o sul, que a interação dos árabes muçulmanos com os povos do sul do Sudão se tornou violenta. Conquistando o Sudão e instaurando o primeiro governo centralizado da região – conhecido como Turkiyya – entre 1821 e 1885, os invasores turcos e egípcios estabeleceram um sistema predatório sobre os recursos e a população local.

O comércio de escravos na região floresceu, perseguindo e capturando aproximadamente 2 milhões de pessoas entre os povos do sul do Sudão, mas poupando a população do norte, composta em sua maioria por árabes que compartilhavam a religião muçulmana com os mercadores de escravos (SALIH, 1994, p.194 *apud* KEBBEDE, 1997, p.16).

Ao mesmo tempo em que o domínio turco otomano destruía comunidades inteiras e abalava a convivência social dos povos no sul do Sudão, a expansão colonial europeia na Ásia e África se intensificou. No entanto, se há apenas alguns anos os europeus eram os grandes financiadores do comércio escravagista, a recém adotada proibição do tráfico de escravos pelos ingleses e o desejo de dominar as terras altas do vale do Nilo conferiram importância estratégica para o Sudão, especialmente após a conquista do Egito pelos ingleses, em 1882 (FEARON e LAITIN, 2006, p.02).

No entanto, essa primeira etapa da influência britânica sobre o Sudão não foi duradoura. A campanha sistemática dos britânicos contra o tráfico de escravos prejudicou seriamente a economia do norte da região e a falta de tropas coloniais, combinada com insatisfação popular, criou um cenário propício para revoltas.

O principal líder a incorporar as insatisfações dos árabes e muçulmanos no período foi Muhammad Ahmad. Considerado por muitos como um *faqir* (homem santo), Ahmad rapidamente angariou apoio popular, aproveitando-se da frustração contra as restrições impostas pelos otomanos e ingleses. Após adotar o título de al-Mahdi (o guiado por Deus), Ahmad organizou uma campanha militar contra a presença estrangeira no Sudão, massacrando as tropas egípcias e inglesas, ocupando Cartum, em 1885 e inaugurando o período da história sudanesa que levaria o seu nome, o Mahdiyyah (SEGATI, 2013, p.36-37).

Entre 1885 e 1898, al-Mahdi e seus sucessores governaram segundo uma interpretação literal das leis do Islã, expulsando os turcos da região, implantando a sharia como lei local e reiniciando o comércio de escravos contra as populações não muçulmanas do sul, inaugurando assim, a primeira versão de um Estado independente no Sudão. Considerado um período controverso na história sudanesa, o governo de al-Mahdi divide opiniões, sendo celebrado no norte como uma afirmação inicial da autodeterminação do país contra o domínio estrangeiro, enquanto no sul, ele é interpretado como mais um capítulo na longa história de dominação e exploração pelos nortistas. Expondo essas diferentes interpretações, Lesch (1998, p.28-29), explica que:

[...] the Mahdiyya was reconstructed in the national imagination of the north as a period of liberation and assertion of cultural values. It showed that the Sudanese were equal to Europe and able to defeat the once-mighty Ottoman Empire. The Mahdiyya invigorated their national image and held positive symbolic significance as a golden age. In contrast, within the south, the Mahdiyya was seen as the culmination of the depredations of the Turkiyya. (...) Those polarized images remain potent today.

Apesar de tudo, o período mahadista teve pouca duração. Em 1898, os ingleses, impulsionados pelo incidente de Fachoda (localizado no atual Sudão do Sul) retomaram seus esforços de dominar o Sudão, expulsando o último califa do período Mahdiyyah.¹⁹

Teve início a efetiva dominação colonial do Sudão, com os egípcios e ingleses compartilhando formalmente a soberania sobre a colônia, mas com os britânicos ocupando os cargos mais elevados da administração colonial, em um acordo que ficou conhecido como o condomínio Anglo-Egípcio. Durante essa nova fase, o comércio de escravos voltou a ser proibido e a *sharia* foi abolida como sistema legal do país. As fronteiras, que até 2011,

¹⁹O incidente de Fachoda foi um episódio da disputa colonial europeia sobre a África, envolvendo tropas francesas e inglesas que, em setembro de 1898, disputavam o controle sobre o território de Fachoda (atual Kodok), na região do alto Nilo. Apesar do incidente ter causado grandes tensões entre os dois países, o temor compartilhado por ambos de que uma disputa entre as duas principais potências coloniais da Europa poderia favorecer as próprias ambições coloniais de uma Alemanha em ascensão, fez com que a questão fosse resolvida pacificamente, culminado na assinatura da Entente anglo-francesa em 1904 (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2015)

compunham o Sudão moderno também são um resultado do período, com tratados fronteiriços tendo sido assinados com a Etiópia, em 1902, com o Congo Belga, em 1909 e a anexação da região de Darfur, após o fim do sultanato Fur, em 1916 (BERRY, 2015, p.24).

Os ingleses também impuseram medidas que contribuíram para fortalecer a divisão entre o norte e o sul. Motivados pela preocupação com a influência árabe e islâmica no norte, especialmente após a independência nominal do Egito, em fevereiro de 1922, o governo britânico estabeleceu uma política de “distrito fechado” para governar os estados meridionais de Equatoria, Alto Nilo e Bahr al-Ghazal de forma separada do norte, restringindo a movimentação de pessoas e produtos entre as duas regiões, expulsando os árabes que viviam no sul e estimulando o cristianismo e as culturas e religiões locais (COLLINS, 2008, p.42).

Para Sarkesian (1973, p.06), a política divisória serviu para aprofundar muito mais o conflito norte-sul no Sudão, uma vez que:

[...] made it difficult for Northerners to develop any realistic appreciation and understanding of the Southern and his problems. At the same time, it deprived the South of any meaningful advantage it could have gained from the economic progress and institution-building that was going on in the North.

Outra consequência da política de “distrito fechado” foi incentivar o nacionalismo árabe. Privados do acesso a um território que acreditava ser historicamente seu, a elite árabe-muçulmana deu início aos primeiros passos para atingir a independência do Sudão, se organizando em partidos políticos e pressionando o governo britânico a iniciar o processo de descolonização do país, processo esse que foi acelerado pela conjuntura internacional das duas guerras mundiais e depois pelos primórdios dos movimentos de descolonização afro-asiática, restando então apenas o Egito como principal obstáculo à independência sudanesa (BERRY, 2015, p.28).

De fato, a possibilidade de uma integração com o vizinho do norte dominou o cenário político-partidário nos primórdios dos movimentos de libertação do Sudão, permanecendo como uma possibilidade nos anos que precederam a independência. Apesar do sistema unipartidário ter sido a regra para a maioria dos Estados recém-independentes do continente africano, o sistema político sudanês e a influência egípcia formaram as bases para uma configuração distinta, com os partidos que se formaram nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial - como o Partido Sulista (PS), Partido Comunista do Sudão (PCS) e a Irmandade Muçulmana do Sudão (esses dois últimos casos contando com um apoio sólido no meio universitário e entre a comunidade acadêmica) - mantendo o multipartidarismo como

uma força política no Sudão até o início da ditadura de Jaffar Numeiri, em 1969, quando as organizações partidárias foram abolidas (AHMED, 2014, p.11).

No entanto, dois partidos – o Partido Unionista Nacional (NUP, na sigla em inglês) e o Partido Nacional Umma - merecem destaques pela origem e proeminência dentro da composição partidária sudanesa. Baseados na criação de ordens religiosas e na pregação de “homens santos” que espalharam o islã pelo Sudão, duas ordens principais surgiram: de um lado a Khatmiyya, que se transformaria no NUP, favorável a uma unificação egípcio-sudanesa e de outro, o Ansar – discípulos do antigo líder religioso, al-Mahdi, que se organizaram em torno do partido Umma, com ligações mais próximas dos ingleses e defendendo uma independência autônoma para o país. (SHAHI, 1979, p.03).

Durante as eleições de 1953 para definir a futura assembleia legislativa do Sudão, houve o primeiro embate entre as ideias do NUP e do Umma, com o primeiro assegurando a maioria das cadeiras no parlamento.²⁰ Contudo, ironicamente, a vitória do NUP não fez avançar o projeto de unir o Sudão independente ao Egito. Uma vez que a independência do Sudão estava próxima, a presença de tropas estrangeiras (inclusive egípcias) no país passou a causar um impacto negativo diante do nascente nacionalismo que começava a surgir em meio a elite em Cartum, sendo o projeto de união definitivamente enterrado em julho de 1952, quando a República do Egito - inaugurada após a deposição do rei Faruk I - abdicou de seu domínio sobre o Sudão, que por sua vez fortaleceu o Umma, que acabou assinando o Acordo de Autodeterminação com os ingleses, naquele mesmo ano (BERRY, 2015, p.28).

Apesar de todas essas novidades no cenário político e social do Sudão, um fator que permaneceu inalterado durante o período que antecedeu o fim do período colonial sudanês foi a exclusão dos representantes sulistas das negociações pela independência, superados pela capacidade do norte (social e economicamente beneficiado durante a colonização) de compor uma elite instruída e politicamente ativa que dominou o processo de negociação da independência e, propositalmente, excluiu os sulistas (isolados geograficamente e menos preparados). Por essas razões, a Conferência do Cairo, em 1953, que determinou formalmente o fim do Condomínio Anglo-Egípcio e estabeleceu um prazo de três anos para a independência total do Sudão, não contou com a participação de nenhum representante do sul, sendo todas as propostas sulistas para amenizar o controle da elite árabe e muçulmana sobre o

²⁰Nas eleições de 1953, o NUP, liderado pelo futuro primeiro-ministro Ismail al-Azhari conquistou 51 das 97 cadeiras do Parlamento, seguido pelo Umma, com 22, o Partido Sulista, com 9 e o Partido Socialista Revolucionário (PSR), com 3, sendo as 12 cadeiras restantes ocupadas por candidatos independentes (AFRICAN ELECTIONS DATABASE, 2015).

país, como o estabelecimento de uma federação, ignorados pelos deputados do norte (FEARON e LAITIN, 2006, p.08).

À medida em que a data da independência se aproximava e Cartum adotava diversas medidas que favoreciam o norte em detrimento do sul, as tensões entre as duas partes se acumularam. Em julho de 1955, após notícias de que a polícia havia dispersado violentamente uma manifestação contra a substituição de 300 sulistas por trabalhadores do norte, em Yambio e o anúncio de que 796 dos 800 cargos públicos do país seriam destinados para funcionários nortistas, uma unidade militar sulista, localizada em Torit, no extremo sul do Sudão, se rebelou, forçando o governo provisório a transportar tropas para a principal cidade do sul do Sudão, Juba, a fim de reprimir a revolta (LESCH, 1998, p.36).

Apesar das revoltas no sul exporem o despreparo do governo sudanês em lidar com a profunda divisão étnica, religiosa e regional existentes no país às vésperas do fim do domínio colonial, em 01 de janeiro de 1956, todo o território sudanês se tornou independente sob o domínio de uma única entidade política. Sob a liderança do já mencionado primeiro-ministro, Ismail al-Azhari, do NUP, o novo país surgiu já marcado por um cenário geral de dificuldades econômicas e sociais, pouco conhecimento a respeito do funcionamento de instituições democráticas e tensões sectárias entre seus povos, tendo o próprio regime parlamentar não resistido à pressão, sendo deposto por um golpe militar, somente dois anos após a sua instalação.

A instauração de uma ditadura militar no Sudão encabeçada pelo general Ibrahim Abboud (1958-1964), somente agravou o processo de marginalização do sul. Cargos públicos foram distribuídos exclusivamente para nortistas, o islã foi imposto em todo o território sudanês, escolas cristãs foram fechadas e missionários foram expulsos do país (KEBBEDE, 1997, p.18).

Esse cenário de perseguição e exclusão dos povos do sul do país impulsionou a criação de movimentos rebeldes no sul. Logo, um desses movimentos – os Anya Nya (veneno de cobra, no idioma Madi) – ganhou relevância na guerra contra o governo sudanês, tomando controle de grande parte da zona rural no sul e contando com o envolvimento de Estados vizinhos, como Etiópia e a Uganda – países opositores da influência islâmica do norte - que forneceram armas e treinamento aos grupos rebeldes (JOK, 2007, p.60).

Em Cartum, o cenário político também apresentou dificuldades. À medida em que a guerra civil progrediu e a situação econômica deteriorou, ficou cada vez mais evidente a incapacidade do general Abboud em resolver os problemas mais urgentes do país. Finalmente, em outubro de 1964, uma série de manifestações e greves, impulsionadas por professores e

alunos da universidade de Cartum se espalhou por todo o Sudão obrigando o presidente a renunciar.

O breve interregno democrático que se seguiu entre 1964 e 1969 – tendo novamente Ismail al-Azhari na liderança, mas desta vez como presidente - pouco significou para a solução do conflito contra o sul ou os demais problemas internos do Sudão. Novamente, em maio de 1969, um grupo de jovens oficiais das forças armadas - inspirados pelo movimento dos Oficiais Livres de Gamal Abdel Nasser, que havia derrubado a monarquia egípcia, em 1952 - tomou o poder em Cartum, instaurando o coronel Jaffar Numeiri como presidente (WOODWARD, 2012, p.155).

Contando com o apoio inicial do partido comunista do Sudão para chegar ao poder e com pretensões iniciais de criar um “socialismo sudanês”, uma vez na presidência, Numeiri dissolveu os partidos políticos tradicionais do país, instaurando um regime de partido único, – a União Socialista Sudanesa (USS) – tentou pôr fim à dominação da tradicional classe econômica e política de Cartum por meio de prisões de políticos e da nacionalização de indústrias, empresas e bancos, enquanto no âmbito externo, aproximou o Sudão da esfera de influência da URSS, comprando armamento soviético e os apoiando na ONU e em outros fóruns internacionais (KEBBEDE, 1997, p.17).

Contudo, as medidas mais eficazes e controversas de Numeiri foram tomadas em relação ao conflito no sul do país. Com a intensificação da guerra civil, consequência da unificação dos grupos guerrilheiros sob o comando de Joseph Lagu - um ex-tenente do exército sudanês - e a institucionalização do movimento rebelde, com a criação, do Movimento de Libertação do Sudão do Sul (SSLM), Numeiri finalmente optou, no início do ano seguinte, em negociar com os rebeldes a fim de procurar uma solução pacífica para o impasse do conflito (BERRY, 2015, p.38).

Em fevereiro de 1972, membros do governo e representantes do SSLM, se reuniram em Adis Abeba para dar início às negociações de paz. Dentre as propostas do acordo, concedia-se um alto grau de autonomia ao sul, com as regiões de Bahr al-Ghazal, Equatoria e Alto Nilo – todas províncias sulistas – unificadas em uma única região, encabeçada por um presidente regional escolhido pelo presidente do Sudão (sob a recomendação de uma Assembleia legislativa local eleita pela população do sul), mas mantendo temas como relações exteriores, defesa nacional e políticas econômicas a cargo de Cartum. O tratado também focou em questões culturais e liberdades pessoais, estabelecendo no país a liberdade religiosa e o direito de professá-la publicamente e reconhecendo o inglês como principal idioma do Sul

(ainda que o árabe tenha permanecido como a língua oficial do país) (SHINN, 2004, p.242-243).

Descrito por Girma Kebede (1997, p.20) como “[...]the most important event in the political history of post-independence Sudan”, o Acordo de Paz de Adis Abeba foi finalmente ratificado em março de 1972, pondo um fim (pelo o menos temporário) ao conflito que custou a vida de mais de um milhão de sudaneses e forçou mais de dois milhões a fugirem de suas casas.

Outra mudança significativa para o Sudão foi em relação a sua posição no cenário internacional. Após uma tentativa frustrada de golpe orquestrada pelos comunistas – apoiadores de Numeiri no início, mas que se tornaram insatisfeitos com a aparente timidez de suas propostas de governo – o presidente sudanês abandonou o “flerte” político com os socialistas, reprimindo as forças de oposição no governo e inaugurando uma fase de aproximação com os Estados Unidos e os países europeus - chegando a fazer do país o principal destino da ajuda internacional norte-americana na África subsaariana, em 1982 e alcançando uma certa estabilidade política e econômica ao longo de toda a década de 1970.²¹

Contudo, a recessão da economia mundial durante os anos 1980, o alto preço do petróleo e uma série de fatores internos como corrupção e má administração fizeram a economia do Sudão deteriorar novamente, e com ela, a popularidade do governo Numeiri. A fim de manter-se no poder e substituir a sustentação política fornecida pelos comunistas e setores progressistas da sociedade, o presidente se aproximou dos tradicionais grupos religiosos que defendiam a supremacia árabe no país, barganhando apoio político em troca de uma série de vantagens para os grupos sectaristas islâmicos (JOK, 2007, p.73).

Uma vez que a influência desses grupos aumentou, os termos que sustentavam o tratado de Paz de Addis Abeba foram sendo sistematicamente descumpridos. Os órgãos representativos autônomos do sul, como a assembleia popular em Juba, foram abolidos; o árabe voltou a ser considerado o único idioma reconhecido no país e tropas nortistas foram enviadas ao sul. Contudo, a medida que pôs um fim definitivo à paz entre o norte e o sul foi a restauração da sharia e sua aplicação para todos os habitantes do Sudão, em setembro de 1983 (KEBBEDE, 1997, p.23-24).

Como resultado das violações das garantias de autonomia e reconhecimento da diversidade cultural dos demais povos do Sudão, no mesmo ano, John Garang - ex-coronel

²¹ O Sudão chegou a receber US\$ 160 milhões em ajuda internacional, por ano no final dos anos 1970, embora a maior parte da ajuda concedida fosse direcionada para projetos de desenvolvimento no norte do país (NMONA, 2006, p.51).

das forças armadas sudanesas e membro da etnia dinka, (um dos principais grupos étnicos do sul do Sudão) - fundou o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A), dando início ao segundo período de guerra civil no país (WARBURG, 1990, p.633).

Mais uma vez, diante da rápida deterioração da situação econômica, social e política, os professores e alunos da universidade de Cartum iniciaram uma série de protestos e greves contra o governo, que logo se espalharam por todo o país, causando a saída de Numeiri, em 1985.

Com o breve retorno da democracia ao Sudão, Sadiq al-Mahdi - um experiente político que já havia ocupado o cargo de primeiro-ministro durante a presidência de Azhari – assumiu a liderança do país. No entanto, apesar da aparente mudança de regime, as forças políticas que comandavam o país permaneceram intactas. Assim como Numeiri antes dele, al-Mahdi também necessitava do apoio de setores fundamentalistas islâmicos para governar e as diversas medidas adotadas pelo governo sudanês para isolar a população sulista foram mantidas. A sharia permaneceu em vigor e foram criadas milícias árabes-muçulmanas, destinadas originalmente a enfrentar os rebeldes, mas que logo se aproveitaram da conivência do governo para realizar saques em aldeias e vilarejos em benefício próprio (KEBBEDE, 1997, p.27).

Conforme al-Mahdi radicalizava o combate contra as forças do SPLM/A - se afastando dos setores laicos da sociedade sudanesa e dependendo cada vez mais do apoio de grupos fundamentalistas para se manter no poder - seu isolamento dentro do governo permitiu que um desses grupos, a Frente Islâmica Nacional (FIN) – organização criada a partir da influência da Irmandade Muçulmana do Egito - ascendesse politicamente. Sob a liderança do ideólogo e líder religioso, Hassan al-Turabi, a FIN adquiriu proeminência no cenário político sudanês, defendendo o combate contra a influência da cultura e política ocidentais sobre o mundo islâmico e gradualmente adquirindo posições-chave em meio à sociedade sudanesa, assegurando cargos políticos, postos em universidades e nas forças armadas, além de construir uma elaborada rede de financiamento e propaganda com o apoio de empresários, donos das principais instituições financeiras e dos empreendimentos nos setores de mídia e transporte do país (KEBBEDE, 1997, p.15).²²

²²Membro de uma família islâmica conservadora, Hassan al-Turabi nasceu na cidade de Kassala, em 1932, tendo sido recrutado pela Irmandade Muçulmana ainda jovem. Formado em direito pela Universidade de Cartum e também cursado as universidades de Londres e a Sorbonne, em Paris, Turabi tornou-se uma figura de prestígio ideológico e intelectual em meio aos defensores da causa islâmica, adquirindo a posição de reitor da Faculdade de Direito da Universidade de Cartum e Secretário-Geral da Irmandade Muçulmana no Sudão. Em 1991, em meio à crise no Golfo Pérsico que culminaria na interferência dos Estados Unidos no Kuwait e Iraque, Turabi criou o Congresso Popular Árabe Islâmico, uma organização pan-islâmica presente em mais de 55 países e que

2.3 O Governo de Omar al-Bashir

Finalmente, em 30 de junho de 1989, membros das forças armadas sudanesas, apoiados pelo FIN, organizam um golpe de Estado e depuseram al-Mahdi, governando o país por meio da criação de um Comando do Conselho Revolucionário (CCR), composto por quinze dos oficiais das forças armadas, incluindo o coronel Omar Hassan Ahmad al-Bashir.

De acordo com Berry (2015, p.225), ao assumir o poder, o FIN - que após o golpe mudou seu nome para Partido do Congresso Nacional (PCN) – passou a governar o país de acordo com o estabelecimento de três metas centrais: transformar o Sudão em uma república islâmica; encerrar a guerra contra o sul pela via militar ao invés da negociação; e reprimir qualquer dissidência no país, a fim de manter o controle sobre a política nacional. Logo, com a dissolução do CCR e o apontamento de Omar Bashir como presidente e Hassan Turabi como presidente da Assembleia Popular, as medidas para a realização da segunda e terceira metas foram rapidamente postas em prática.²³

A constituição foi suspensa, organizações de direitos humanos e partidos políticos foram novamente banidos, jornais independentes fechados e funcionários públicos e militares não ligados ao PCN destituídos. Ademais, armas compradas da Líbia e do Irã permitiram uma nova ofensiva contra os povos não árabes do país, atacando não só as populações do sul, mas também o povo beja, formado por muçulmanos residentes no norte, mas que, em sua maioria, praticavam uma versão mais tolerante do islamismo (KEBBEDE, 1997, p.16).

Quanto a terceira meta, o governo sudanês radicalizou o embate religioso no país ao implantar uma versão ainda mais rigorosa da sharia do que aquela promulgada anteriormente pelo presidente Numeiri, estabelecendo a pena de morte para a apostasia e incentivando agressões contra muçulmanos adeptos de uma visão laica da sociedade (BERRY, 2015, p.47).

O crescimento do extremismo religioso no Sudão também pode ser percebido em sua política externa, uma vez que, influenciado pelo zelo religioso de Turabi, o país rapidamente tornou-se um refúgio para todos os árabes considerados radicais, como Osama bin Laden e

chegou contar com a participação de figuras como Osama bin Laden e representantes do Hamas. Como um dos mentores do golpe de Estado de 1989, Turabi adquiriu uma importante posição no cenário político sudanês ao longo da década de 1990, porém, à medida em que sua saúde se deteriorava e as disputas com o presidente Omar al-Bashir cresciam, Turabi foi gradualmente assumindo um papel mais moderado na política do Sudão, sendo inclusive colocado diversas vezes sob prisão domiciliar. (VIDINO, 2006, p.03-04)

²³ Após permanecer como presidente apontado pela CCR até 1995, Omar al-Bashir disputou e ganhou eleições presidenciais em 1996, 2000, 2010 e 2015, tendo vencido esta última com um percentual de 94%. Apesar dos resultados expressivos, as eleições presidenciais realizadas desde que Bashir assumiu, foram extensivamente boicotadas pela oposição ou simplesmente não foram realizadas nas províncias do sul. (AFRICAN ELECTIONS DATABASE, 2015).

outros veteranos *mujahideens* da guerra contra a URSS no Afeganistão (LESCH, 2002, p.203).

Outro fato que contribuiu para a reputação do Sudão como um Estado apoiador do extremismo ocorreu após a tentativa de assassinato do presidente do Egito, Hosni Mubarak, em junho de 1995, na cidade de Adis Abeba, durante a Conferência da Organização da Unidade Africana (OUA). Apesar das investigações posteriores não terem estabelecido uma ligação direta entre o atentado e o governo sudanês, Mubarak – que reprimia grupos islâmicos em seu país e possuía uma atitude conciliatória com o Estado de Israel – acusou Turabi de estar por trás do plano de assassinato e de abrigar três suspeitos envolvidos no caso (MASON, 2003, p.180).

A implicação do Sudão na tentativa de assassinato do líder egípcio repercutiu negativamente perante a maioria dos países africanos e da comunidade internacional. Após o atentado, a degradação da situação humanitária no país e o conseqüente fluxo de refugiados oriundos da guerra civil, prejudicaram as relações com os países localizados ao sul e a leste do Sudão, (Etiópia, Eritreia, Uganda e República Democrática do Congo). Além disso, países como a Argélia e a Tunísia também se afastaram de Cartum, alegando que o governo sudanês estaria apoiando grupos extremistas opositores dentro de seus territórios (BADMUS, 2008, p.341). A associação do Sudão com o terrorismo também se manifestou em agosto de 1998, após a destruição da indústria farmacêutica de Al-Shifa, em Cartum por um míssil norte-americano, sob a alegação de que a instalação servia de fachada para a produção de armas químicas.²⁴

Por fim, o país - após sofrer reprimendas pela OUA condenando o governo sudanês pelo desrespeito à soberania da Etiópia e pedindo a entrega dos três suspeitos de assassinato – também sofreu interferência do CSNU, que emitiu duas resoluções aconselhando Cartum a cessar qualquer apoio a grupos ou atividades terroristas, aconselhando aos Estados-membros a restringirem o pessoal diplomático no Sudão e proibir a entrada de funcionários do governo sudanês em seus territórios e por fim, exigindo a entrega dos três suspeitos do atentado (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 1996).

No entanto, os desafios externos não eram o única fonte de instabilidade do Sudão durante a década de 1990. Além do isolamento internacional em relação aos países ocidentais e os demais Estados africanos e da nova guerra civil no sul, uma nova disputa por poder teve

²⁴ Apesar das acusações de Washington - nunca comprovadas - de que a fábrica de Al-Shifa pertenceria a Osama bin Laden e que suas instalações eram utilizadas para a produção do gás VX, estipula-se que o seu bombardeio tenha sido uma resposta aos atentados a bomba da al-Qaeda nas embaixadas norte-americanas no Quênia e Tanzânia, que mataram 224 pessoas naquele mesmo mês (THE GUARDIAN, 2001).

início dentro do PCN entre o presidente Bashir e Turabi. Considerado por muitos como o mentor ideológico do golpe de 1989 e o homem por trás do projeto islâmico do Sudão, Turabi disputou a proeminência dentro do PCN nos bastidores do governo sudanês por anos. A disputa foi resolvida em 1999, quando Bashir eliminou a influência de Turabi ao suspender a constituição, dissolver o Parlamento (eliminando sua influência como líder da Assembleia Popular) e mantê-lo na prisão até outubro de 2003 (BERRY, 2015, p.225).

Não por coincidência, a saída de Turabi do cenário político - levando consigo seu projeto pan-islâmico - representou um primeiro passo no processo de reabilitação do Sudão perante os países ocidentais e a comunidade internacional, dando início a um tímido processo de mudança da imagem que o país havia adquirido como apoiador do terrorismo islâmico nos últimos anos, processo esse que foi acelerado pelos atentados de 11 de setembro de 2001, quando, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em discurso direcionado para o demais líderes do planeta, declarou perante o Congresso norte-americano que “[...] either you are with us, or you are with the terrorists” (THE WHITE HOUSE, 2001). Diante dessa interpretação dicotômica por parte da política externa norte-americana, Bashir se apressou em restabelecer bons termos com os EUA, condenando os atentados e se dispondo a colaborar com Washington na guerra contra o terrorismo.

Desde então, a melhora nas relações entre os Estados Unidos e o Sudão tem sido rápida, com o governo sudanês fornecendo informações e nomes de suspeitos aos norte-americanos e os Estados Unidos abrandando suas ações contra Cartum nas Nações Unidas e se abstendo em votações como a que optou pelo fim das sanções impostas desde o atentado contra Mubarak, alterando um posicionamento até então contrário ao fim das punições (NMONA, 2006, p.56).

2.4 A Formação da Indústria Petrolífera Sudanesa e seu Papel nos Conflitos Civis

Além dos esforços múltiplos empregados para combater o isolamento internacional e sustentar os conflitos civis, Omar al-Bashir também foi responsável pela instalação do setor petrolífero no país.

Durante a década de 1970, empresas petrolíferas ocidentais, impulsionadas pelo alto preço do petróleo investiram no Sudão após a descoberta de reservas na região sul do país, especialmente em Bentiu, no Alto Nilo. Entretanto, os riscos causados pelo estabelecimento de um empreendimento em uma zona de guerra - como a porção meridional do Sudão - implicavam em perigos para os investimentos e funcionários dessas companhias, que logo se

provaram justificados quando, em 1984, rebeldes do SPLM/A atacaram as instalações da Chevron, matando três funcionários e forçando a empresa norte-americana a encerrar suas operações no Sudão (HUMAN RIGHTS WATCH, 2003, p.92).

Ao assumir o governo em 1989, Bashir passou a concentrar esforços para melhorar a reputação do Sudão como um país apto para a exploração de petróleo. Uma vez que grande parte das reservas estavam localizadas em terras do povo nuer, em abril de 1997, o presidente sudanês assinou um acordo de paz com Riek Machar – um dos principais líderes desse povo e dissidente opositor do SPLM/A – prometendo uma parcela significativa das receitas geradas pela exploração do petróleo para o desenvolvimento da região. Apesar do acordo nunca ter sido cumprido, sua assinatura significou uma fratura considerável para o movimento sulista, fornecendo a vantagem necessária que o governo sudanês precisava para assegurar a região para as instalações petrolíferas (ARYA, 2009, p.71).

Apesar dos esforços de Bashir, a segunda metade dos anos 1990 coincidiu com o período de isolamento internacional do Sudão após as sanções da ONU, que se seguiram à tentativa de assassinato de Mubarak e a imposição de um embargo comercial pelos Estados Unidos, em 1997. De fato, a associação do governo sudanês com o terrorismo internacional e as repetidas denúncias de violações de direitos humanos fizeram com que a companhia canadense Talisman - compradora de uma concessão anteriormente pertencente à Chevron – cedesse às pressões da sociedade e do governo de seu país, encerrando suas operações no Sudão, em 2002 (ARYA, 2009, p.72).

No entanto, o crescimento econômico dos países asiáticos durante os anos 2000 - especialmente da RPC e Índia – e conseqüentemente, o aumento da demanda por energia, forneceram uma alternativa viável para a indústria petrolífera sudanesa, com empresas como a China National Petroleum Corporation (CNPC), a ONGC Videsh, da Índia e a Malasyan State Oil Company Petroleum Nasional Berhad (PETRONAS) se aproveitando da saída das companhias ocidentais para atuar no Sudão, praticamente sem concorrência e estreitando as ligações do governo Bashir com esses países (BERRY, 2015, p.198).

Além de influenciar a política externa do Sudão, a exploração do petróleo também gerou um impacto considerável em sua receita. Se, em 1999, a contribuição do petróleo para a economia do país era irrisório, correspondendo a somente 1,9% do PIB e gerando apenas US\$ 275 milhões, menos de uma década depois, em 2007, os ganhos do país com sua venda

passaram para US\$8.418 bilhões, com o produto passando a ser responsável por 94,8% do comércio externo e 18,6% do PIB (GADKARIM, 2010, p.07-08).²⁵

Tabela 1 – Composição do PIB sudanês, 1999-2007 (em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Agricultura	49,8	46,4	45,5	46,2	45,6	44,5	39,6	36,8	35,3
Manufaturas	7,3	7,5	7,9	7,5	8,2	8,2	7,7	7,0	6,9
Eletricidade e Água	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,4	1,3	1,3
Construção	4,9	4,7	4,5	4,7	4,7	4,8	4,1	4,0	3,9
Serviços	34,4	32,2	31,7	30,9	30,2	30,1	32,1	35,7	34,1
Petróleo	1,9	7,5	8,7	9,0	9,6	10,8	15,1	15,2	18,6

Fonte: estimativas do Central Bank of Sudan,(1999-2007).

Pela análise da tabela acima, é importante também observar que, apesar do petróleo ter gerado grandes receitas para o Sudão, tendo se tornado parte vital de sua economia, a produção de petróleo não transformou a economia sudanesa como um todo, tendo o setor petrolífero do país se desenvolvido em detrimento do setor agrícola enquanto teve pouco impacto sobre os demais itens da tabela.

Tabela 2 – Petróleo e Comércio Exterior no Sudão, 1999-2007 (em US\$ milhões)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	780,1	1806,7	1698,7	1949,1	2542,2	3773,8	4824,3	5656,6	8879,2
Exportações de Petróleo	275,9	1350,8	1376,6	1510,9	2047,7	3100,5	4187,4	5087,2	8418,5
Demais Exportações	504,2	455,9	322,1	4380	494,5	677,3	636,9	569,4	460,7
Importações	1256,2	1552,7	2300,9	2446,4	2881,9	4075,2	6756,8	8073,5	7722,4
Balança Comercial	-476,1	254	-602,2	-497,3	-339,7	297,5	-1932,5	-2416,9	1156,8

Fonte: Estimativas do Central Bank of Sudan, (1999-2007).

No entanto, no comércio exterior, as mudanças forma mais significativas. Como mostra a tabela acima, em menos de uma década, os ganhos do Sudão com a exportação do petróleo aumentaram trinta vezes. Contudo, toda essa riqueza gerada com as receitas do

²⁵ Membro observador da Organização dos Países Exportadores de petróleo (OPEP) desde 1999 e com reservas estimadas atualmente em 1.5 bilhões de barris, em outubro de 2015, a República do Sudão pediu formalmente a sua entrada como membro da organização. (REUTERS, 2015) África. **Sudan applies for OPEC membership**, 20 de out. 2015. Disponível em: <<http://af.reuters.com/article/investingNews/idAFKCN0SE22V20151020>>.

petróleo tiveram o norte do país e as áreas ao redor da capital como suas únicas beneficiárias, com o fluxo de petrodólares possibilitando ao regime de Bashir financiar a compra de armamento pesado, como aviões de caça, helicópteros, tanques e artilharia - especialmente da Rússia, mas também da RPC, Irã e de países do leste europeu - para serem utilizados no combate contra grupos rebeldes que pareciam se espalhar pelo país (JOK, 2007, p.191).

2.5 Darfur

No início do século XXI, a situação de guerra civil que assolava o sul e o centro do Sudão estava prestes a se alastrar. Com um território do tamanho da França e habitado por seis milhões de pessoas, em 2003, membros do SPLM/A encontraram na região de Darfur uma oportunidade de abrir uma nova frente contra Cartum, valendo-se do descontentamento da população local com o governo que, de acordo com Brosché (2009, p.05), incluem diversas razões, como a rivalidade entre árabes contra as tribos locais – um fato comum na região desde que Darfur foi incorporado ao Sudão em 1916 - disputas entre diferentes povos por fontes de água e áreas férteis e também a falta de representação política da região no governo.

Mapa 4 – Mapa Político do Sudão antes da separação e a Região de Darfur



Fonte: MAPHILL, 2015.

Aproveitando-se dessas tensões, o SPLM/A uniu forças com forças rebeldes locais – destaque para o Movimento Justiça e Equidade (MJE) e o Exército de Libertação do Sudão (ELS) - passando a organizar grupos guerrilheiros na região e aproveitando-se da proximidade com a fronteira do Chade – uma área com 600 quilômetros de extensão praticamente despatriada - para orquestrar ataques contra as forças governamentais e evitando a retaliação das forças armadas sudanesas ao recuar para o território do país vizinho.

Diante desse cenário, a solução de Bashir foi recorrer à criação de forças irregulares que pudessem transitar livremente pela região, invadindo o território chadiano sem deixar transparecer um vínculo direto com o governo sudanês. Assim, Bashir passou a fornecer armas e financiamento para a formação de milícias árabes - os *janjaweed* - para combater os movimentos rebeldes locais, utilizando o massacre de vilas inteiras, estupros e pilhagem como tática de repressão à população de Darfur, resultando em ações que já tiraram a vida de mais de 200 mil pessoas e forçou outras 2 milhões a fugirem de suas casas (UNITED NATIONS, 2007).

Por essas razões, além da instabilidade interna, a extrapolação do conflito em Darfur para além das fronteiras sudanesas também garantiu que os problemas de Bashir com a região também fossem externos. A sistemática violação da fronteira do Chade, somada ao enorme fluxo de refugiados (aproximadamente 1,7 milhões) e o fato do presidente chadiano, Idris Déby, ser membro do povo Beri (assim como muitos dos rebeldes em Darfur), fez com que as relações entre o Chade e o Sudão se deteriorassem rapidamente, causando um breve rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2008 (TUBIANA, 2008, p.14).²⁶

O conflito em Darfur também minou seriamente os esforços de Bashir para normalizar a imagem de seu governo perante a comunidade internacional quando, em julho de 2008, o Promotor do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luís Moreno-Ocampo - acreditando ter provas suficientes de que o governo sudanês era conivente e, em alguns casos, deliberadamente apoiava a milícia *janjaweed* em ataques contra o povo Fur, Masalit e Zaghawa na região de Darfur - emitiu um mandado de prisão contra Bashir por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, sendo a primeira vez na história, que um chefe de Estado era acusado formalmente pelo tribunal (BARNES, 2011, p.1601-1602).

²⁶Após o Sudão ter rompido com o Chade durante alguns meses em 2008, as relações diplomáticas entre os dois países foram normalizadas em janeiro de 2010 com a assinatura na capital do Chade, N'Djamena, de um acordo que previa a expulsão pelo Chade do MJE de seu território e da criação de uma patrulha conjunta para atuar na fronteira entre os dois países (UNITED NATIONS PEACEMAKER, 2010).

No entanto, até hoje, mesmo com a repercussão negativa da decisão do TPI e de repetidos apelos aos demais países para que Bashir fosse preso caso viajasse para território estrangeiro - o fato do Sudão não ser signatário do tratado constitutivo do TPI (o Tratado de Roma) e dos países africanos acusarem essa corte de perseguir exclusivamente líderes africanos, faz com que seja possível para o presidente sudanês continuar a evitar o mandado de prisão, inclusive contando com o apoio de muitos outros chefes de Estado.²⁷

Enquanto isso, a situação em Darfur se deteriorou, com relatos de atrocidades sendo divulgados por ambos os lados da guerra. Assim, uma vez que o conflito adquiriu visibilidade internacional e a intervenção inicial da União Africana não foi suficiente para conter o problema, em julho de 2007 (em grande parte graças aos esforços diplomáticos da RPC para que Bashir aceitasse a presença de forças de paz no país), o CSNU votou unanimemente a favor da criação de uma Missão Conjunta das Nações Unidas – União Africana em Darfur (UNAMID), na tentativa de amenizar a situação na região (UNITED NATIONS, 2007b).

Apesar de tudo, mesmo com um contingente de mais de 30 mil membros - sendo a maior força já reunida pela ONU para uma missão de paz – conforme a missão aproxima-se de sua oitava extensão de mandato (que expira novamente em junho de 2016), o último relatório apresentado ao Conselho de Segurança sobre Darfur aponta que a segurança e a situação humanitária na região continuam “[...] to be dire in 2015, marked by fighting between government and rebel groups, intercommunal violence and widespread displacement” (SECURITY COUNCIL REPORT, 2016).

2.6 O Acordo de Paz Compreensivo (APC) e a Independência do Sudão do Sul

Além de Darfur, o outro grande conflito que assolava o Sudão na época - a guerra civil no sul - sofreu uma profunda alteração em sua dinâmica no mesmo período. Em 2002 - impulsionados pelo impasse após vinte e dois anos de conflito - o PCN e o SPLM deram os primeiros passos para encerrar novamente a guerra civil. As intenções de realizar um acordo de paz se tornaram realidade quando uma comissão encabeçada pelo vice-presidente do Sudão, Ali Osman Mohammed Taha, e o líder do SPLM, John Garang, se reuniu nas cidades de Machakos e Naivasha, no Quênia, entre 2002 e 2004, para discutir possíveis soluções para os principais problemas causadores de discórdia entre os dois lados (BROSCHÉ, 2009, p.20).

²⁷ Apesar de ser membro do TPI, em junho de 2015, o governo sul-africano se recusou a acatar a decisão da corte e prender Omar Bashir, permitindo que o presidente do Sudão – que estava visitando Joanesburgo devido ao encontro da UA – retornasse ao Sudão (BBC, 2015). **Wanted Sudan leader Bashir avoids South Africa arrest**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-33135562>> .

Patrocinados inicialmente pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e por uma *troika*, composta por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega (posteriormente a Itália se juntou ao grupo), os encontros no Quênia resultaram na assinatura de seis acordos setoriais, que seriam reunidos para formar um Acordo de Paz Compreensivo (APC) e encerrar a guerra civil entre o governo sudanês e o sul (THE COMPREHENSIVE PEACE AGREEMENT – CPA, 2005).²⁸

- O primeiro acordo do APC, denominado Protocolo de Machako, criou as condições básicas de estabilidade para a assinatura dos acordos futuros, firmando um cessar fogo entre as partes hostis, reconhecendo a diversidade étnica, racial e religiosa do Sudão – um tópico vital para os anseios dos sulistas – e reafirmando a primazia da constituição do país como sua lei suprema (eliminando a aplicação da sharia). Além desses temas, o protocolo de Machako estabeleceu um período de seis anos para a implementação de seus acordos, que deveriam culminar na realização de um referendo no sul onde a população decidiria a respeito da permanência da região como parte integrante do Sudão.
- O segundo protocolo tratou da representatividade dentro do governo sudanês, reforçando o compromisso com o reconhecimento da diversidade do país a partir da admissão de vários idiomas como integrantes legítimos da composição nacional, além de estabelecer um governo de unidade nacional, criando cotas no parlamento para os diferentes partidos (58% para o PCN; 28% para o SPLM; 14% para outros partidos do norte e 6% para os demais partidos do sul), reservando o cargo de vice-presidente para um representante do sul e concedendo maior autonomia aos estados sulistas.
- O terceiro protocolo lidou com a divisão das riquezas naturais do país, especialmente o petróleo. Para isso, foi criada uma Comissão Nacional do Petróleo – composta igualmente por membros das duas partes do Sudão e representantes das principais regiões produtoras para discutir a divisão das receitas obtidas pela venda do recurso, reservando 2,0% dos ganhos para o estado produtor e o restante para ser repartido igualmente entre o norte e o sul. Além do petróleo, o protocolo também previu a criação de uma Comissão Nacional de Terras para resolver disputas territoriais de proprietários e o estabelecimento de um sistema bancário dual composto por um sistema islâmico atuante no norte e outro sistema, convencional, para o sul.

²⁸ O IGAD foi criado em 1996, como sucessor da Autoridade Intergovernamental sobre Seca e Desenvolvimento (IGAD) e tem como objetivo estabelecer uma cooperação entre os Estados-membros em temas como segurança alimentar e proteção ambiental, promoção da paz e do desenvolvimento humano e a integração Sul comercial. Atualmente é composta por oito membros: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do e Uganda (INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT, 2010).

- O quarto protocolo discutiu a zona fronteira de Abyei. Descrita no acordo como uma “[...] bridge between the North and the South, linking the people of Sudan”, Abyei é uma área rica em petróleo que permanece como um importante foco de tensão na região. Segundo o protocolo, quando o referendo que decidiria o futuro do sul do Sudão acontecesse, Abyei deveria realizar uma consulta própria, optando por permanecer no norte ou ser integrada ao estado de Bahr al-Ghazal, no sul, desfrutando um *status* administrativo especial nesse ínterim. No entanto, a presença, em Abyei, de povos nômades, que permanecem na região somente alguns meses durante o ano, tornou difícil a definição de quem seriam os indivíduos aptos a votar no referendo.
- O quinto tratou da resolução dos conflitos no Cordofão do Sul e Nilo Azul. Com áreas limítrofes entre o norte e o sul e populações divididas entre os dois lados do conflito, os dois estados são palcos constantes da guerra civil. Para encerrar as disputas, o protocolo definiu formalmente as fronteiras das duas regiões segundo as divisões originais da época da independência do Sudão, em 1956. Além disso, foi estabelecido o compartilhamento da representatividade política das regiões, acordando que 55% dos cargos executivos e legislativos pertenciam ao PCN e os restantes 45% aos representantes do SPLM.
- Por último, o protocolo preparativo de segurança definiu as medidas a serem adotadas para a paz até a assinatura do tratado final, reafirmando o cessar-fogo acordado anteriormente, a retirada das tropas do governo do sul do país e dos rebeldes do SPLM/A do norte e propondo um monitoramento internacional do acordo até o fim do período de transicional.

Finalmente, em 09 de janeiro de 2005, Garang e Taha se reuniram para assinar os seis acordos protocolares, formando o Acordo Compreensivo de Paz (ACP) (ou tratado de Naivasha) que pôs fim à segunda guerra civil sudanesa. Apesar do acordo possuir diversas falhas - resultado de conflitos remanescentes entre o SPLM/A e as forças armadas do Sudão em áreas fronteiriças como Abyei - o encerramento dos combates maciços entre os dois lados e o retorno dos refugiados do Sul para aos seus lares - abrindo caminho para o referendo de 2011 - fizeram do APC, o documento mais importante da história recente do Sudão (BROSCHÉ, 2009, p.31).

Passado o interregno de seis anos de transição estipulado pelo APC, o referendo no sul do Sudão foi organizado. Entre os dias 09 e 15 de janeiro de 2011, mais de 3,8 milhões de sul sudaneses - incluindo refugiados vivendo em outros países, como no Canadá e Austrália – votaram no referendo que decidiria o futuro do Sudão. Em 07 de fevereiro, os resultados foram divulgados, com a esmagadora maioria de 98,83% dos eleitores consultados, optando pela secessão (SOUTHERN SUDAN COMMISSION, 2011).

Apesar dos temores iniciais de que os termos do APC fossem ignorados e que o resultado do referendo instigasse uma resposta violenta por parte de Cartum, Omar al- Bashir reconheceu o resultado da votação e, em 09 de julho de 2011, o Estado do Sudão do Sul foi criado, tornando-se o 54º país africano. Alguns dias depois o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon recepcionou o país como o seu 193º Estado membro, ao declarar perante a Assembleia Geral: “[...] at this moment... in this place... the world gathers to say in one voice: Welcome, South Sudan. Welcome to the community of nations” (UNITED NATIONS NEWS CENTER, 2011)

Mapa 5 – Mapa Político do Sudão do Sul



Fonte: MAPS OF WORLD, 2012.

2.7 Conflitos Remanescentes entre o Sudão e o Sudão do Sul

Apesar do processo de independência pacífico, com o Sudão e as grandes potências reconhecendo quase imediatamente o Estado do Sudão do Sul, o APC falhou em solucionar vários dos antigos problemas entre o norte e o sul, além de criar novos.

Um dos principais elementos de discórdia entre os dois países está relacionado à produção e venda do petróleo. Apesar do tema ter sido abordado no APC, a situação assumiu uma nova dinâmica a partir da criação do Sudão do Sul.

Antes da independência do sul, a proposta do APC de dividir as receitas das vendas de petróleo fazia sentido, uma vez que todas as instalações relacionadas ao setor pertenciam a um mesmo Estado. No entanto, como demonstra o mapa abaixo, após a divisão do país, o setor petrolífero também foi fracionado, com o Sudão do Sul ficando com 75% das reservas de petróleo da região, enquanto o Sudão reteve toda a infraestrutura de processamento e exportação do produto, como refinarias, oleodutos, terminais de armazenamento e portos.

Mapa 6 – Instalações Petrolíferas no Sudão e Sudão do Sul



Fonte: UNIVERSITIE OF TEXAS LIBRARIE, 2001.

Evidente que a interdependência entre países com um histórico profundo de conflitos entre si e que mal tiveram a oportunidade de superar suas desavenças logo transformou disputas - normalmente passíveis de serem negociadas em outros casos - em crises com um alto potencial para evoluir para um conflito. No caso do petróleo, a disputa ocorreu devido a desacordos sobre as taxas de trânsito cobradas pelo Sudão para escoar o produto produzido no sul, com Cartum estabelecendo o valor de aproximadamente US\$ 30,00 por barril, enquanto Juba aceitava pagar apenas entre US\$0,63 e US\$ 0,69 por barril – um valor mais condizente com o mercado internacional (OPEN OIL, 2012, p.15).

A situação se agravou quando o Sudão admitiu acusações do Sudão do Sul de que havia confiscado aproximadamente US\$ 800 milhões em barris de petróleo produzidos no sul, sem repassar as receitas de sua venda, justificando o desvio como pagamento de parte de dívidas de trânsito do produto. Desejando retaliar o norte pelos barris de petróleo desviados, em janeiro de 2012, o presidente Salva Kiir interrompeu completamente a produção de petróleo no país, acreditando que a perda das receitas com o transporte e armazenamento forçaria o governo sudanês a negociar.

Contudo, o maior prejudicado pelas ações de Salva Kiir parece ter sido o próprio Sudão do Sul. Uma vez que o petróleo representa 98% das receitas do país, a interrupção das receitas provenientes do petróleo deixou a economia do país extremamente debilitada. O pagamento dos salários dos servidores públicos foi atrasado e os subsídios recebidos do governo, interrompidos; o poder de compra da população foi seriamente reduzido e o já escasso setor formal do país – fornecedor de recursos para o Estado através do pagamento de impostos – praticamente aniquilado pela economia informal (SANDRAI, 2013, p.01).

A disputa evoluiu para o conflito aberto quando tropas do Sudão do Sul atacaram poços de petróleo do Sudão, na região de Heglig, no Cordofão do Sul, sofrendo como represália o bombardeio de seus campos no estado de Unity. Somente em setembro de 2012, mediante intensa pressão internacional para a resolução rápida da disputa – especialmente por parte da UA e da ONU - os dois países chegaram a um entendimento.

Segundo o acordo provisório firmado, Juba inicialmente pagaria taxas de US\$ 1,60 pelo refino de cada barril e US\$ 8,40 e US\$ 6,50 pelo trânsito nos oleodutos da GNPOC e PETRODAR, respectivamente, e uma taxa de trânsito de US\$ 1,00 por barril, contanto que esses preços fossem reajustados segundo as alterações do mercado. Ademais, Juba concordou em pagar US\$ 3,028 bilhões como compensação pela perda das reservas e do território após a secessão, sendo o valor concedido em um período de três anos e meio, mediante uma taxa de

US\$ 15,00 por barril vendido (AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC OF SOUTH SUDAN AND THE GOVERNMENT OF SUDAN ON OIL RELATED MATTERS, 2012).

Quanto a produção no Sudão do Sul, apesar do governo ter retomado as operações em abril de 2013, os índices nunca voltaram ao patamar anterior a 2012, aparentemente causados por danos nas instalações de petróleo após o desligamento abrupto da exploração. Além disso, a aproximação do fim do prazo estipulado para o pagamento da indenização acordada com o Sudão (final de 2016), pode reacender a disputa entre o norte e o sul.

No entanto, o maior risco para a produção do Sudão do Sul parece estar além do controle do país. No início de 2016, o valor do barril abaixo de US\$ 100,00 e a previsão do Banco Mundial de que o preço permanecerá nesse patamar ao longo do ano, pode tornar os custos da produção do Sudão do Sul superiores ao valor de venda, inviabilizando economicamente o único setor relevante da economia sudanesa, podendo levar o governo sul-sudanês a encerrar novamente a produção.²⁹

Um indicativo dessa possibilidade partiu da declaração do Ministro de Petróleo e Mineração do Sudão do Sul, Hon Stephen Dhieu Dau, em janeiro de 2016, afirmando que o governo sul-sudanês: “[...] are left with no option at the moment rather than to shut it down because it’s not feasible. We cannot sell the oil at loss” (SUDAN TRIBUNE, 2016).

Mapa 7 – Áreas de conflito na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul.



Fonte: COPNALL, 2015

²⁹ Segundo previsão do Banco Mundial, anunciada em 26 de janeiro de 2016, a expectativa do preço do barril de petróleo no final deste ano baixou de US\$ 51 para US\$37 (THE WORLD BANK, 2016).

Outra fonte de disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul são os conflitos territoriais criados após a separação, sendo o território de Abyei o mais grave dentre deles. De acordo com o texto contido no APC, a região de Abyei deveria organizar um referendo - juntamente com o que foi realizado no Sudão do Sul, em janeiro de 2011 - para que a população local pudesse optar sobre o seu destino.

Habitada majoritariamente pelo povo ngok dinka – com laços próximos aos demais povos do sul - tudo indicava que o referendo resultaria na integração da região com o Sudão do Sul. Entretanto, a região também possui a presença dos Messeriya, povo árabe e nômade que utiliza as pastagens de Abyei pelo menos seis meses ao ano para alimentar seu gado. O conflito teve início quando os Messeriya, considerados não aptos a votar no referendo por não serem considerados residentes fixos de Abyei, realizaram uma série de ataques no dia da votação, sabotando a realização do referendo.

Uma vez que a região representa um microcosmo da extinta guerra civil entre norte e o sul, as populações de Abyei tornaram-se um condutor dos interesses entre Cartum e Juba, com o Sudão do Sul apoiando os povos sedentários e o Sudão favorecendo os Messeriya, tendo inclusive ocupado militarmente a região e extinguido a administração local que havia sido instalada para preparar o referendo local (OTTAWAY; SADANY, 2012, p.12).

Apesar dessa ocupação ter durado somente uma semana e a ONU ter enviado uma Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA), o *status* da área segue sendo um impasse.³⁰ De um lado, o governo de Bashir argumenta que o resultado de um referendo traria profundas consequências para os Messeriya e portanto eles teriam direito a participar da votação, enquanto o presidente Salva Kiir acusa Cartum de planejar usar vários integrantes dos Messeriya – que ocupam uma área muito superior à Abyei e não chegam a migrar diretamente para a área – para influenciar o resultado de um futuro referendo, que no momento permanece sem uma data definida.³¹ Assim, nas palavras de Salman (2013, p.38): “Abyei has remained the thorniest issue in the North-South peace process and relations”.

Outros territórios que aumentam as tensões entre Cartum e Juba são os estados do Cordofão do Sul e Nilo Azul. Apesar da situação nesses locais – assim como Abyei – terem sido discutidos pelo APC, o acordo falhou em manter a paz na região. Localizados no que se

³⁰ Criada pela Resolução 1990, do Conselho de Segurança, em junho de 2011, a UNISFA surgiu após o Sudão e o SPLM terem concordado em desmilitarizar Abyei e tem como objetivo monitorar e facilitar a entrega de ajuda humanitária na região (SECURITY COUNCIL - S/RES/1990, 2011).

³¹ Em 2013, um referendo informal foi realizado pela tribo Ngok Dinka optou pela incorporação da região ao Sudão do Sul. Entretanto, sem o apoio da ONU ou da UA, tanto Cartum quanto Juba se negaram a reconhecer a votação (AL JAZEERA, 2013). **Abyei's Dinka vote to join South Sudan**. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2013/10/abyei-dinka-vote-join-south-sudan-2013103193942652913.html>>.

tornou a nova fronteira sul do Sudão, o Cordofão do Sul e o Nilo Azul são estados etnicamente e religiosamente diversos que, de forma geral, durante a guerra civil, apoiaram o SPLM por também se sentirem marginalizados pelo governo, sendo duas das zonas de conflito mais intensas durante a guerra civil. Até mesmo a expressiva população muçulmana do Cordofão do Sul era uma vítima costumaz dos ataques do governo, que chegou a declarar uma jihad contra eles por se recusarem a apoiar Cartum na guerra contra as tribos sulistas (LEO e PRODROMOU, 2012, p.68-69).

Assim, após um breve período de paz que se seguiu à assinatura do APC, os combates retornaram para região, dessa vez incentivados por dois fatores. Primeiro, o resultado das eleições no Cordofão do Sul. Enquanto as eleições governamentais de 2010 transcorreram tranquilamente no Nilo Azul, concedendo a vitória para Malik Agar, do SPLM – o único governador em todo o país que não pertencia ao PCN – o mesmo não ocorreu no Cordofão do Sul, onde a vitória apertada e contestada do então atual governador na época, Ahmed Mohammed Horoun, do PCN (acusado pelo TPI de crimes contra a humanidade cometidos em Darfur quando ocupava o cargo de Ministro do Interior) contra o deputado do SPLM, Abdel-Aziz al Hilu, gerou revolta por parte da população do estado e se espalhando para o estado do Nilo Azul (GRAMIZZI e TUBIANA, 2013, p.14-15).

O segundo fator foi o destino das forças combatentes do SPLM/A nos dois estados. No início de 2011, assim que a independência e separação do Sudão do Sul tornou-se certa, os opositores do governo na região montanhosa de Nuba, no Cordofão do Sul e no estado de Nilo Azul, formaram o SPLM–Norte, com o objetivo de manter-se como uma força política e militar distinta do SPLM, uma vez a organização sulista, oficialmente, havia cessado os combates contra o governo sudanês após o APC.

De acordo com esse mesmo acordo, no período entre a assinatura do APC e o referendo de 2011, os militares das forças rebeldes do sul, especialmente no Cordofão do Sul, deveriam cruzar a fronteira em direção ao atual estado sul-sudanês de Unity, exceto por um contingente de 3.300 soldados que deveriam se juntar às forças armadas sudanesas para a formação de Unidades Mistas Integradas (Joint Integrated Units, JIU), como uma iniciativa para integrar os militares de ambos os lados. Entretanto, com a aproximação do referendo, soldados do sul começaram a se deslocar para o norte novamente, o que causou desconfiança por parte de Cartum. A resposta de Bashir foi firmar um acordo com Daniel Kodi, um dos representantes do SPLM-N, para a retirada total das forças opositoras, incluindo os membros das JIUs.

Os conflitos recomeçaram quando os líderes do SPLM-N, no Cordofão do Sul e Nilo Azul, não reconheceram a autoridade de Kodi para negociar com o governo de Bashir e se recusaram a desarmar suas tropas ou a se retirar da região, reiniciando o conflito nos dois estados (GRAMIZZI e TUBIANA, 2013, p.16).

2.8 A Nova Guerra Civil no Sudão do Sul

Além dos problemas externos contra o Sudão, o governo do presidente Salva Kiir também vem enfrentando diversas crises dentro de seu próprio país. Tendo assumido a liderança do SPLM após a morte de Garang, em 2005, Kiir (nascido no estado de Bahr al-Ghazal e membro da tribo dinka) teve a difícil missão de angariar o apoio de figuras políticas-chave do Sudão do Sul que não estavam atreladas às decisões do SPLM, afim de criar um governo de união nacional entre os povos do novo país, ao mesmo tempo em que tentava contentar os integrantes mais tradicionais do partido.

Uma dessas figuras que Kiir teve que fazer concessões para dar prosseguimento ao processo de independência do Sudão do Sul foi Riek Machar, um dos muitos líderes de grupos rebeldes do sul que, em algum momento durante a década de 1990, romperam com o SPLM, chegando a se aliar ao presidente Omar al-Bashir na época em que o presidente sudanês tentava fracionar o movimento sulista prometendo parte das receitas ganhas com a recém instalada indústria petrolífera no país. Uma vez que as promessas do governo sudanês não foram cumpridas, Machar voltou a combater ao lado do SPLM no início dos anos 2000, tornando-se o segundo no comando do movimento devido a sua posição como líder do povo nuer - um dos mais significativos do Sudão do Sul – sendo o cargo de vice-presidente do Sudão do Sul ofertado a ele uma vez que a independência fosse efetivada (BLANCHARD, 2014, p.06).

Nos primeiros meses após a independência do Sudão do Sul, a relação entre Kiir e Machar transcorreu pacificamente. No entanto, rumores de um golpe de Estado orquestrado pelo vice-presidente e motivado pela intensa crise econômica que se seguiu às crises na produção de petróleo, fez com que o presidente do Sudão do Sul adotasse uma série de medidas para isolar Machar.

Sob o pretexto de punir políticos corruptos e cortar gastos devido à crise econômica, em julho de 2013, Kiir diminuiu o número de ministérios de 29 para 19 e substituiu dois governadores acusados de corrupção por indivíduos mais próximos da presidência.

A polarização política no Sudão do Sul se intensificou, quando Machar e os demais opositores políticos acusaram Salva Kiir de utilizar o combate à corrupção, a gravidade da situação econômica e os rumores de um golpe, como pretexto para a imposição de uma agenda autocrática própria. Segundo eles, o presidente deu sinais de que pretendia sobrepor-se ao recém criado regime democrático do país interromper os trabalhos da comissão responsável por elaborar uma constituição permanente para substituir a provisória, promulgada em 2011 e reforçar o contingente da guarda republicana com soldados da tribo dinka (a mesma de Salva Kiir), inflando o seu número para quase três mil membros, levantando suspeitas de que Kiir pretendia usar a guarda como uma força de elite contra a oposição de outros grupos do país, especialmente o povo nuer do qual Machar faz parte (BROWN, 2014, p.06).

Finalmente, em 15 de dezembro de 2013, vários combates entre forças leais ao presidente e grupos opositores irromperam nas ruas de Juba, logo se espalhando para o restante do país. Apesar da ruptura entre Kiir e Machar não ter sido declarada imediatamente após o início dos combates, não demorou muito para que Kiir destituísse Machar do cargo de vice-presidente (junto com todo o seu gabinete) sob a alegação de que ele faria parte de uma conspiração contra a presidência, levando o ex-vice presidente a abandonar claramente a disputa por meio da política, criando um movimento rebelde contra o governo, o SPLM – Oposição e iniciar combates contra o governo.

Ao longo de 2014 e início do ano seguinte, os conflitos no país se agravaram, apesar dos esforços do IGAD e de uma nova *troika* - composta pelos Estados Unidos, Reino Unido e Noruega - tentando convencer os dois lados a negociar. Finalmente, em agosto de 2015, um acordo de paz foi firmado, pedindo o fim dos combates, a retirada de todas as forças militares da capital, a formação de um governo de união nacional e a realização de novas eleições.

No entanto, apesar de ainda estar em vigência e, em fevereiro de 2016, Riek Machar ter retornado ao cargo de vice-presidente, os acontecimentos do Sudão do Sul ao longo da segunda metade de 2015 e início de 2016, têm demonstrado a extrema fragilidade do acordo. As eleições que deveriam ter ocorrido em junho de 2015 foram adiadas para 2017, seguidas do aumento da intensidade dos combates no estado de Equatoria e da proliferação de milícias no país, os quais são indícios de que os combates generalizados podem retornar a qualquer momento. Ademais, a decisão unilateral de Salva Kiir de criar 18 novos estados – aumentando de 10 para 28 o número de unidades administrativas do país – com o objetivo de diluir a influência de Machar sobre as áreas produtoras de petróleo no estado de Unity (LUNN, 2016, p.08-09).

Logo, o conflito interno assumiu características de uma disputa regional quando o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, estimulado pelo longo histórico de apoio mútuo entre o governo de Uganda e elementos do SPLM – com o primeiro auxiliando o sul na guerra civil contra o norte e, em contrapartida, recebendo apoio do SPLM/A contra o grupo rebelde que atua no país, o Exército de Resistência do Senhor (Lord's Resistance Army, LRA) – atendeu aos pedidos de ajuda feitos pelo governo sul-sudanês e enviou tropas para o país vizinho, incentivando o envolvimento do Sudão que, diante da interferência de Uganda, também se envolveu no conflito, passando a auxiliar o SPLM-O, “[...] driven primarily by Ugadian involvement, but also by the fact that Sudanese rebels are fighting alongside with the South Sudanese government.” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015, p.21).

Outro exemplo foi o papel desempenhado pela Etiópia e Eritréia. Enquanto a primeira tentou conter o fluxo de refugiados sul-sudaneses, trabalhando para que a guerra não evoluísse para um conflito étnico generalizado e defendendo a não interferência no conflito por parte de outros países, a Eritréia, um país com relações problemática com Adis Abeba, aparentemente tem ajudado os rebeldes do SPLM-O, possivelmente, na esperança de que a deterioração da segurança nas fronteiras etíopes causada pelo intenso fluxo de refugiados e grupos armados, deixe o país fragilizado (MESFIN, 2014).

Além de ficar claro o alto potencial que a guerra civil sudanesa possui para se alastrar pela África Central e Oriental e polarizar as atitudes dos países da região, a falta de um envolvimento conjunto reflete as dificuldades para se criar uma solução abrangente e eficaz para o conflito no Sudão do Sul. Como resultado, além de milhares de mortos, a guerra no país já causou 2,65 milhões de refugiados, além do agravamento da situação humanitária na região que sofre com escasso fornecimento de comida, remédios e outros serviços básicos (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEEES, 2015).

A situação do Sudão do Sul também tem testado o papel da ONU. Criada junto com o novo país - originalmente para supervisionar a paz e a segurança, mas especialmente, estabelecer condições para o desenvolvimento dos serviços básicos - a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) tem tido dificuldade em manter a segurança de civis, como demonstram os ataques do SPLM-O em Bentiu e Rubkona, no estado de Unity e até em bases da própria missão, em Bor, no estado de Jonglei, totalizando aproximadamente 353 mortos e 250 feridos.

Transferindo os problemas do Sudão do Sul e do Sudão para a realidade de todo o continente africano, algumas considerações podem ser feitas. Em 2015, passados quatro anos desde o referendo que optou pela independência do Sudão do Sul, alguns movimentos

secessionistas no continente africano possuem alguma notoriedade, como o de Casamance, no Senegal; Cabinda, em Angola; Zamzibar, na Tanzânia; Somalilândia, na Somália e no Saara Ocidental (em território disputado pelo Marrocos) – no entanto, de acordo com Temin (2010, p.02): “[...] none of these movements are stronger now than they were in the 1990s. In fact, many are weaker [...]”. Mesmo assim, apesar do separatismo sudanês não ter se tornado uma tendência em toda a África, os acontecimentos no Sudão e Sudão do Sul possuem relevância que abarca todo a África e até além dela.

No plano internacional, os dois países se tornaram vitrines para dois paradigmas distintos na realização de negócios e forma de exercer influência. O primeiro, decorre da alegada preocupação dos países europeus e dos Estados Unidos com a defesa de ideais democráticos e práticas de boa governança - como o combate à corrupção e a transparência política - fazendo com que esses países retirassem sua presença diplomática e encerrassem seus investimentos no Sudão durante anos, somente para ter sua atenção retida no início dos anos 2000 pela pressão internacional em favor de uma resposta aos casos de violações de direitos humanos em Darfur e na guerra civil no sul. Nesse último caso, as responsabilidades dos países ocidentais se mostram ainda mais prementes, considerando o apoio de Washington para a emancipação política e criação do Sudão do Sul, um Estado que se mostra precário e que enfrenta graves problemas estruturais e uma nova guerra civil.

O segundo, em parte decorrente do primeiro, é fruto do vácuo deixado pelos países ocidentais e que foi preenchido por países asiáticos como a Índia e China – defensores de um relacionamento político e econômico sem contrapartidas, mas que vêm percebendo as limitações de uma política estrita de não interferência à medida em que suas presenças no continente africano amadurecem.

Entretanto, as consequências mais significativas dos eventos no Sudão e Sudão do Sul continuam sendo nos próprios países. Para o norte, a secessão significou uma mudança radical. O país foi profundamente modificado geograficamente, com a perda significativa de seu território e população, mas também economicamente, deixando de angariar parte de sua receita tradicional com impostos e parte da exportação de petróleo.

Ainda assim, a separação do sul não transformou o Sudão em um país homogêneo. Seguindo os exemplos de Darfur – onde os combates estão longe de uma resolução definitiva – e os novos conflitos nos estados de Cordofão do Sul e Nilo Azul que compõem parte do novo sul do Sudão – demonstraram que apesar das profunda mudanças ocorridas, o governo sudanês não alterou a sua forma de lidar com as diferenças étnicas ou de opinião no país,

continuando a negligenciar as regiões periféricas e governando somente segundo os interesses da elite política na capital.

No entanto, de acordo com Aly Verjee (2012, p.39), o regime de Bashir pode estar sujeito a mudanças provindas de dentro de uma de suas próprias bases de sustentação: as forças armadas. Como um país que esteve em guerra desde a sua independência, os militares sempre desfrutaram de uma proeminência dentro do Estado sudanês. Para Verjee, o fato dos militares terem sido forçados a se retirar do campo de batalha no sul mesmo sem terem sido derrotados nele - devido a um APC que, assim como o acordo de paz de Adis Abeba décadas antes, logo teve suas falhas expostas - desmoralizou o governo deixando-o em uma posição política e econômica talvez frágil demais para apaziguar a inquietação do setor militar.

Para o sul, a independência assumiu significados diferente. Após décadas de combates e destruição de seu território na guerra civil contra o norte, o Sudão do Sul finalmente conseguiu angariar apoio internacional e se estabelecer como um país independente, contudo, logo se tornou aparente que o novo Estado membro das Nações Unidas possui problemas diferentes daqueles do Sudão, porém igualmente desafiadores.

O primeiro deles trata da formação física do país. Tendo sido sistematicamente negligenciado por Cartum, além de servir como zona de guerra por décadas, o Sudão do Sul tornou-se independente praticamente sem qualquer instalação governamental ou serviços básicos para a população, como hospitais, escolas e outros prédios públicos.

O novo país também possui uma economia intensamente concentrada em um só recurso, o petróleo. Assim, o primeiro grande desafio do país tem sido desenvolver uma infraestrutura básica, ao mesmo tempo em que tenta diversificar a sua economia e desenvolver suas relações com os demais Estados da região, objetivando contrabalancear a sua intensa dependência em relação a Cartum.

O segundo grande desafio do Sudão do Sul apresenta características menos palpáveis do que o primeiro, mas igualmente importantes a longo prazo. Em 2011, o Estado sul-sudanês – etnicamente e religiosamente tão diversificado quanto o norte – foi criado a partir de um nacionalismo incipiente, baseado em um sentimento comum da necessidade de se combater um inimigo em comum, personificado pelo governo de Cartum. No entanto, uma vez que o entusiasmo inicial da independência se dissipou, o país imergiu novamente em outro conflito civil, opondo indivíduos que até então haviam lutado do mesmo lado contra o norte, demonstrando, como declara Jok (2012, p.58) que: “[...] as it stands at the moment, South Sudan is only slightly more than a mere geographical fact.”, faltando ao novo país a

construção de uma identidade nacional capaz de unir a nova elite política em Juba e, posteriormente, a população, em torno de um projeto comum.

3 O EIXO RPC, SUDÃO E SUDÃO DO SUL

Apesar da relação da República Popular da China com o Sudão – incluindo a parcela do território que se tornaria o Sudão do Sul – ter sido inaugurada formalmente no fim da década de 1950, as condições necessárias para um estreitamento significativo entre os dois países só surgiram a partir em 1989, graças à situação interna de ambos, combinada com o *status* de seus respectivos relacionamentos com o Ocidente.

Para o país africano, o fim da década de 1980 foi um período de transição política entre o breve interregno democrático do primeiro-ministro Sadiq al-Mahdi para a ditadura da Frente Islâmica Nacional, encabeçada pelo coronel Omar al-Bashir. Também foi um tempo de dificuldade econômica e polarização política e religiosa, com o aumento da influência de figuras extremistas e o agravamento da guerra civil com o sul do país. Enquanto isso, a RPC mantinha a sua busca pelo desenvolvimento, mas também sofria pressões por reformas econômicas e políticas.

Apesar das características gerais dos dois países serem radicalmente diferentes e os cenários internos descritos acima refletirem o resultado de processos políticos próprios, as consequências externas desses acontecimentos apresentam similaridades. Em ambos os casos, a acusação de que Cartum mantinha relações próximas com extremistas islâmicos e as críticas dirigidas a Pequim após a repressão do governo contra os manifestantes da Praça Tianamen, geraram uma repercussão negativa em meio aos países ocidentais, acompanhada de um período de isolamento político e sanções econômicas.

Desse cenário de dificuldades externas, nasceu a oportunidade para que a RPC e o Sudão enxergassem, um no outro, uma brecha para enfrentar o isolamento internacional, tendo a relação entre os dois se diversificado na segunda metade dos anos 1990 devido ao aumento da demanda de Pequim por recursos naturais e a necessidade de Cartum para achar um cliente disposto a investir no seu setor petrolífero.

Atualmente - superadas as crises iniciais que incentivaram os dois países a se aproximar - a relação de Pequim com o Cartum se encontra em uma nova fase, marcada principalmente pelas escolhas da RPC sobre como se posicionar diante do cenário caótico que se instaurou no Sudão no início dos anos 2000 e, posteriormente, no recém criado Sudão do Sul, a partir de 2011.

Diante dessas escolhas, os dirigentes chineses têm repensado a respeito da maneira com que lidam com os países em desenvolvimento da África e da Ásia. Durante décadas, o envolvimento da RPC com os países do continente africano foi pautado pelo cumprimento

dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, com destaque para o terceiro, referente a não interferência em assuntos internos de outros países. Considerando a pressão exercida pelos Estados Unidos e outros países ocidentais referentes ao histórico de muitos Estados africanos com golpes de Estado, conflitos internos e corrupção endêmica, o princípio de não interferência vindo de um país da magnitude da RPC, oferecia um grande alívio, especialmente para um Estado em guerra civil e com repetidas denúncias de violações de direitos humanos como o Sudão.

No entanto, à medida em que a RPC foi ampliando sua presença no sistema e mercado internacionais e seus interesses se expandiram pela África, a interpretação atual do princípio de não intervenção de Pequim no Sudão, assim como no restante do continente africano, apresentou sinais de um gradual processo de reajuste e flexibilização, quando comparado com a sua formulação inicial na década de 1950, fato esse demonstrado pelo recente e intenso envolvimento chinês em missões de paz nesse país e também no Sudão do Sul. De acordo com Daniel Large (2011, p.01):

“[...]China is involved increasingly in post-conflict settings around the African continent. In this regard, Sudan has been a key battleground, not least because of its various, linked domestic conflicts but also as a result of domestic, regional African and more geopolitical dimensions of China’s role.”

Ainda assim, isso não significa que a política externa chinesa caminhe para uma conformação com o modelo ocidental de lidar com governos africanos acusados de corrupção ou problemas humanitários. Apesar da RPC defender o princípio da “responsabilidade de proteger”, o entendimento de Pequim sobre os casos em que o princípio deve ser aplicado, assim como o processo correto para fazê-lo difere expressivamente dos padrões tradicionais.

Isso se mantém verdadeiro no caso do Sudão, especialmente em relação a Darfur. Ao contrário de Washington - que repetidamente ameaçou o governo sudanês com sanções econômicas e políticas unilaterais - Pequim defende uma abordagem multilateral e que conte com a anuência do governo local, tendo contestado a eficácia de sanções contra o governo sudanês e se manifestando contrária ao pedido de prisão de Omar Bashir pelo TPI.

No entanto, sob a perspectiva dos governos, organizações não-governamentais e parte da imprensa dos países ocidentais, esse engajamento mais cauteloso da RPC no Sudão serve para proteger o regime de Bashir das acusações de genocídio em Darfur, sendo o petróleo, o único interesse de Pequim no país africano (KRISTOFF, 2006; GAGNON e RYLE, 2001; HUMAN RIGHTS FIRST, 2008).

Como resposta a essas acusações, diplomatas chineses têm acusado os norte-americanos de serem hipócritas em relação a crise Darfur, alegando razões humanitárias apenas para mascarar o desejo de interferir no Sudão e substituir o regime local por um mais favorável à presença dos Estados Unidos na região. Ademais, a RPC aponta o fato de que o modelo de ajuda internacional seguido pelos países ocidentais - baseado na concessão de créditos em troca de medidas políticas e econômicas condizentes com o receituário liberal - demonstrou pouca eficácia nos últimos sessenta anos, sendo a falta de contrapartidas ou exigências por parte dos chineses um modelo alternativo, mais condizente com a realidade dos países em desenvolvimento (WENPING, 2010, p.161).

Outro elemento que refletiu a mudança da política externa chinesa na África foi a criação do Sudão do Sul. Apesar de décadas de guerra civil no Sudão e a existência de diversos grupos rebeldes dentro do país, o apoio chinês ao governo sudanês desde o início do conflito e a tradição da diplomacia chinesa de não manter contatos oficiais com atores não-estatais tornou possível para os chineses manterem uma relação com Omar Bashir sem grandes constrangimentos além daqueles criados pelos Estados Unidos e a Europa. No entanto, o surgimento do Sudão do Sul – um Estado com um histórico traumático com o Sudão – adicionou um elemento extra para o eixo sino-sudanesas, fazendo com que as interações de Pequim com Cartum se tornassem mais delicadas.

Além disso, o fato do Sudão do Sul ter se tornado independente com o apoio dos Estados Unidos, mas manter a RPC como sua principal fonte de recursos, oferece um importante exemplo da maneira pela qual os chineses exercem a sua influência no continente africano, estabelecendo um contraste com a influência mais tradicional dos norte-americanos na região.

Portanto, o objetivo desse capítulo é demonstrar os diversos elementos que compõem o interesse da RPC no Sudão – e posteriormente no Sudão do Sul – e como o relacionamento entre esses dois países influenciaram a gradual flexibilização do princípio de não intervenção defendido por Pequim, criando para ela o desafio de equilibrar práticas tradicionais de sua política externa com o papel que ela desempenha no atual sistema internacional.

Para isso, ao invés de tentar identificar essa mudança da política externa chinesa a partir de ocasiões isoladas, as relações entre a RPC e o Sudão serão apresentadas em três fases distintas. Em primeiro lugar, as primeiras décadas da relação RPC-Sudão, caracterizadas pelo baixo perfil das interações. Depois, os primeiros anos do governo Bashir durante a década de 1990, definidos, principalmente, pelos investimentos chineses na indústria petrolífera do Sudão em um período em que ambos os países necessitavam de um contraponto para as

relações com os países ocidentais. Por fim, superada a fase de tensão com os Estados Unidos, diante da maior inserção da RPC no sistema internacional e desfrutando de uma presença mais madura em todo o continente africano a partir dos anos 2000, é apresentada a gradual mudança de atitude de Pequim em relação ao governo e às crises no Sudão e Sudão do Sul.

3.1 Breve Histórico das Relações entre a China e o Sudão

No dia 04 de janeiro de 1959, a República Popular da China e a República do Sudão estabeleceram relações diplomáticas. Antes essa data, as evidências de contatos entre chineses e os povos que habitavam o atual Sudão consistiam somente de indícios arqueológicos que indicavam a ocorrência de trocas comerciais desde a Antiguidade - com os chineses fornecendo cerâmica e porcelana em troca de espelhos fabricados segundo as técnicas do reino do Egito - ou pesquisas de historiadores que encontraram o relato da viagem de uma delegação do reino de Meroe, no atual norte do Sudão, à China (ANSHAN, 2007b, p.04).

Nos séculos seguintes, apesar da falta de contatos diretos, o imperialismo europeu ajudou a desenvolver elos entre os dois países. A resistência ao colonialismo britânico no século XIX e a busca pelo desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial estabeleceram o ideal de uma experiência histórica comum entre a RPC e o Sudão.³²

Assim, apesar de apenas alguns contatos preliminares, como na Conferência de Bandung onde Zhou Enlai - ciente da própria experiência e situação da RPC no sistema internacional – estabeleceu os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, os anos 1950 e 1960 serviram de base para a definição das diretrizes para as relações de Pequim não só com o Sudão, como com todo o continente africano e os demais países em desenvolvimento presentes naquela reunião. Para além desse fato, os contatos entre os dois países se resumem a alguns episódios de intercâmbio cultural e a assinatura de um acordo comercial, em 1962.

Assim, segundo Large (2008b, p.94): “[...] from Premier Zhou Enlai’s visit to Khartoum in 1964 to President Hu Jintao’s visit in 2007, the Chinese foreign policy principles organised around sovereignty, territorial integrity and non-interference have endured at the level of political discourse”.

³² Um episódio que demonstra a resistência comum à interferência europeia na China e no Sudão envolve a carreira do oficial britânico Charles George Gordon (1833-1885). Tendo servido na China, onde lutou contra a revolta de Taiping, em 1862 e, identificado com um dos responsáveis pelo saque do Palácio de Verão do imperador chinês, Gordon posteriormente foi enviado para o Sudão, onde se torna governador-geral da colônia, até a sua morte durante a conquista de Cartum, em 1885, na revolta de Ahmad al-Mahdi. BBC (2014). General **Charles Gordon (1833 - 1885)**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/gordon_general_charles.shtml>

As relações entre a RPC e o Sudão se estreitaram de forma significativa nos anos 1970, impulsionadas pelas consequências do fim da aliança sino-soviética na década anterior. Teve início então uma disputa entre Pequim e Moscou pela influência sobre os governos africanos, chegando ao Sudão em 1971, após uma tentativa mal-sucedida de golpe contra o presidente Jafaar Numeiri, planejada pelos comunistas com o apoio da URSS.

Na ocasião, o apoio imediato oferecido a Numeiri por Pequim - que condenou o golpe e a interferência dos soviéticos - aproximou o Sudão da RPC. Ademais, os chineses - seguindo o princípio da cooperação mútua e a investida diplomática da RPC na África - ofereceram US\$ 100 milhões em empréstimos para o Sudão, destinados à construção de diversas obras, como estradas, o Friendship Hall, em Cartum, pontes, hospitais, tecelagens e projetos de cultivo e pesca. Pequim também se tornou um importante parceiro comercial do Sudão naquela época, sendo o destino de 26% das exportações de algodão do país (SULIMAN e BADAWI, 2010, p.04).

Apesar do total da ajuda chinesa em duas décadas corresponder ao que os Estados Unidos – o principal fornecedor de ajuda externa para o Sudão na época – concedia ao governo de Numeiri anualmente, os esforços da RPC em manter boas relações com Cartum refletem o momento de inserção do país no sistema internacional, marcado pela aproximação com Washington e o retorno ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, explicando porque a RPC se aproximou dos Estados Unidos no apoio a governos e movimentos de libertação na África simpáticos ao Ocidente, como no Sudão, em detrimento de movimentos comunistas no continente.

Além disso, a ajuda chinesa ao Sudão, apesar de pouca, possuía o objetivo de criar exemplos concretos para a aplicação do princípio da cooperação mútua com os países em desenvolvimento e aumentar sua influência política no Terceiro Mundo, servindo de suporte para a formulação da narrativa de relações antigas e profícuas até a atualidade.

Transpondo os elementos comerciais e financeiros, outro aspecto que tem seus primórdios durante a década de 1970 - estabelecendo um precedente com sérias repercussões no futuro - foi o auxílio militar fornecido pela RPC ao governo sudanês que, além da venda de armas – incluindo caças MIGs-17 e tanques - também ofereceu treinamento a diversos oficiais das forças armadas sudanesas (SMALL ARMS SURVEY, 2007, p.01).

Ainda assim, a ajuda e os investimentos que a RPC podia oferecer ao Sudão no período eram simbólicos, quando comparado com a dos países ocidentais, fato que a própria RPC parecia reconhecer. Segundo Luke Patey (2014, p.93), ao serem indagados por Numeiri se os chineses desejavam investir na exploração das recém-descobertas reservas de petróleo

do país, o presidente ouviu dos próprios representantes da RPC que ele deveria buscar o auxílio das companhias norte-americanas, uma vez que essas teriam a tecnologia e os capitais que o Sudão necessitava para o seu desenvolvimento, demonstrando assim, a vulnerabilidade econômica e tecnológica de Pequim naquele período.

Na década seguinte, tanto a RPC quanto o Sudão passaram por mudanças que logo arrefeceram a breve período de intensificação da relação bilateral, resultado do cenário internacional conturbado, marcado pelo acirramento da Guerra Fria e a segunda crise mundial do petróleo em 1979. Afetado pelo aumento dos preços do petróleo e com um governo desmoralizado pela deterioração da situação econômica e o retorno da guerra civil, o Sudão passou por um intenso período de instabilidade interna.

Enquanto isso, a RPC - focada na necessidade de obter capitais, tecnologia e expertise para impulsionar o seu desenvolvimento econômico e ciente das limitações dos países do Terceiro Mundo em fornecê-los – manteve uma política externa mais discreta em relação aos países em desenvolvimento, como o Sudão, voltando a sua atenção para os Estados Unidos e a Europa ocidental. Durante esse período, um fato sintomático da perda do interesse chinês pelo Sudão, assim como pela maior parte do continente africano, foi demonstrado pela ausência de qualquer menção na imprensa chinesa a respeito do golpe de Estado que pôs fim ao governo de Numeiri, em abril de 1985 (TAYLOR, 2006, p.55).

3.2 RPC e Sudão a partir do Governo Bashir: um novo período de proximidade e controvérsia

Após um período de relações historicamente relevantes, mas caracterizado de forma geral pela baixa intensidade, os anos 1980 trouxeram maior relevância para as relações sino-sudanesas, impulsionadas por eventos internos em ambos os países.

Para o Sudão, a ascensão da Frente Islâmica Nacional (FIN), em junho de 1989, significou a chegada definitiva de setores extremistas ao poder, a criação de vínculos com organizações terroristas e políticas externas que aprofundariam o isolamento internacional do país, como a decisão de apoiar a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, no ano seguinte.

Ao mesmo tempo, para a RPC, o ano de 1989 também significou um marco. Com a diminuição das tensões entre os Estados Unidos e a URSS, a serventia da RPC como contraponto ao poderio soviético diminuiu expressivamente, deixando Pequim novamente vulnerável às críticas de Washington, principalmente após a repressão do governo aos protestos da Praça Tianamen em maio daquele ano. Consequentemente, a imposição de

sanções econômicas e o isolamento internacional promovidos pelos Estados Unidos obrigou os dirigentes do PCC a restabelecerem o foco da política externa chinesa no Terceiro Mundo, especialmente em Estados africanos, como o Sudão.

Assim, uma vez que, tanto Pequim quanto Cartum se ressentiram do que afirmaram ser uma ingerência do Oeste sobre seus assuntos internos, a aproximação entre os dois países forneceu uma alternativa natural, ainda que limitada, em meio ao cenário internacional desfavorável.

Em outras palavras: “For Beijing and Khartoum, [...] what took off after 1989 as a genuine case of mutual state-to-state benefit largely unencumbered by political complications developed into a more embedded, strategic and multi-stranded engagement” (LARGE, 2009, p.611).

Tendo sofrido negativamente com as consequências de um juízo de valor baseado na aplicação de ideais ocidentais em países africanos e asiáticos, a RPC e o Sudão estreitaram seus laços políticos e econômicos com a confiança de que não seriam julgados um pelo outro por critérios como a transparência de suas administrações ou acusações de violações de direitos humanos por parte de seus governos, com a não intervenção mútua servindo ao mesmo tempo como princípio e parte da motivação para iniciativas conjuntas.

Uma dessas iniciativas foi o desenvolvimento do setor petrolífero no Sudão. Apesar das reservas de petróleo no país africano serem conhecidas desde a independência do país, em 1956, apenas após a assinatura do Acordo de Paz de Adis-Abeba, 1972 e a interrupção da guerra civil, as companhias petrolíferas estrangeiras se instalaram na região. Contudo, com o reinício dos conflitos em 1983, o retorno dos riscos para as áreas de reserva e extração localizadas nas principais zonas de combate e a crescente identificação do governo do presidente Bashir com indivíduos e organizações extremistas, passou a prejudicar a atuação dessas empresas, criando um ambiente de negócios altamente arriscado para os investimentos e funcionários (JAMES, 2015, p.11).

Na primeira metade da década de 1990, a associação do governo sudanês ao atentado contra o presidente do Egito, Hosni Mubarak, dificultou a situação internacional contra Cartum, com a OUA e o CSNU condenando o ataque e exigindo que o presidente Bashir colaborasse com as investigações e entregasse os suspeitos do atentado (até então refugiados no Sudão) e aconselhando os demais países a evitarem contato com o governo sudanês. A situação se agravou quando as companhias petrolíferas ocidentais, como a norte-americana Chevron e a canadense Talisman – receosas em operar em uma área de conflito e sofrendo

pressão de seus governos – se retiraram do Sudão. Ironicamente, foi a retirada das empresas ocidentais que impulsionou o desenvolvimento da indústria petrolífera no Sudão.

Conforme os Estados Unidos e a Europa se afastavam do Sudão, uma alternativa começou a se delinear no horizonte. Ao contrário da situação dos anos 1970, quando a RPC admitiu abertamente a falta de interesse ou suas desvantagens técnicas para investir no setor petrolífero sudanês, em 1993, o país havia passado de exportador para importador de petróleo, passando a demonstrar interesse pelas reservas do Sudão, a partir da segunda metade da década.

Para as empresas chinesas, o país africano - praticamente livre da competição de companhias ocidentais, na maioria das vezes dotadas de mais recursos e melhor tecnologia do que as empresas chinesas - apresentava um terreno ideal para o início da internacionalização das estatais chinesas, condizente com o início da estratégia “going global” do presidente Jiang Zemin, em 1996 (SUN, 2014, p.06)

Além disso, o Sudão também oferecia outras vantagens para a RPC. Uma vez que a inserção de empresas chinesas no âmbito internacional foi feita por estatais, o PCC precisava se assegurar de que suas interações com os outros Estados eram condizentes com a diplomacia e política econômica de Pequim, principalmente com o princípio da não-intervenção e a diferenciação com os países do Oeste (LEE e SHALMON, 2008, p.111). Portanto, mais uma vez o regime de Bashir com suas reservas virtualmente inexploradas, novamente se mostrou um candidato ideal para os interesses da RPC na África.

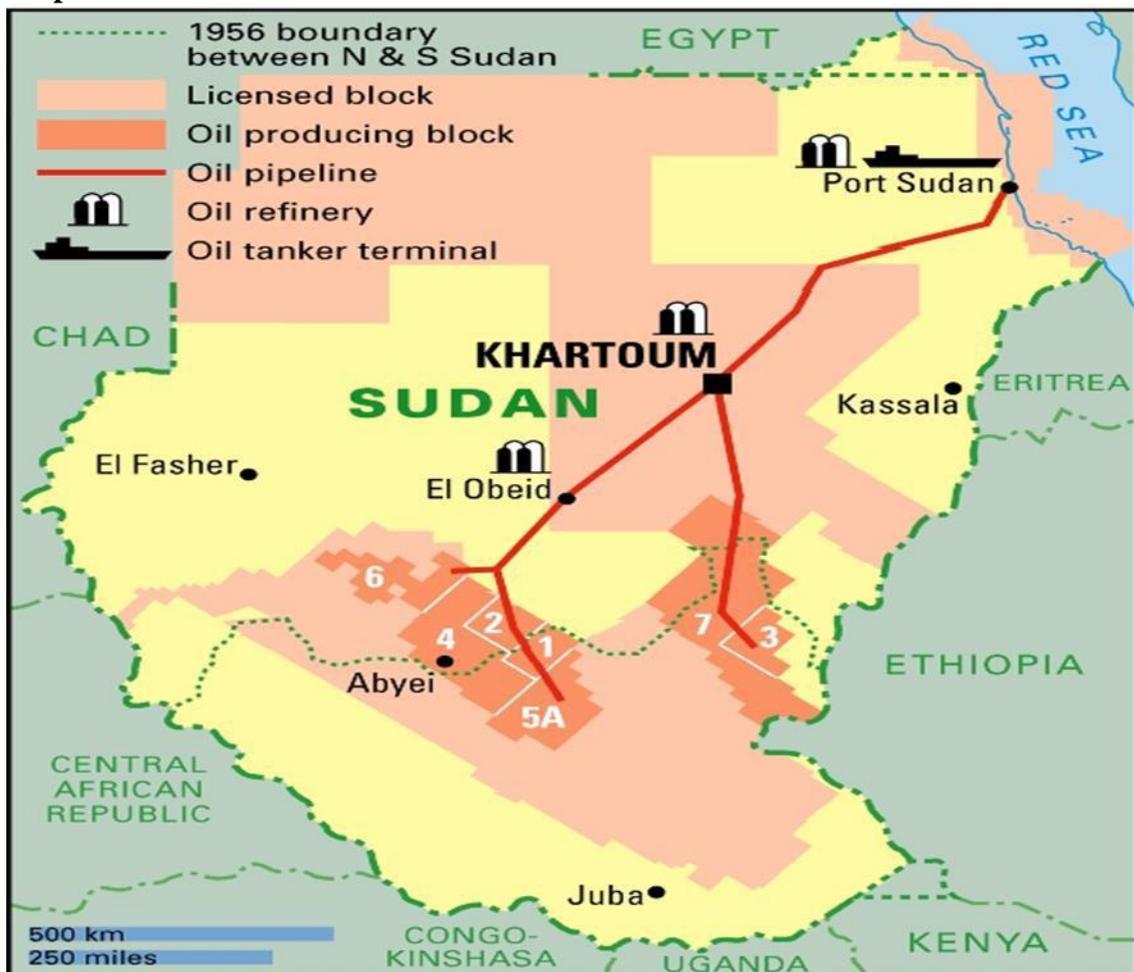
Ainda assim, para o Sudão, a chegada das companhias estatais chinesas foi, inicialmente, recebida com cautela. Como a fala do ex-secretário geral do Ministério de Energia e Mineração do Sudão, Hamed Elneel Gadeir, aponta: “[...] it was not our choice to look East (...) but when we looked West, all the doors were closed” (WALT, 2007). Apesar disso, rapidamente Bashir percebeu que as vantagens de uma aproximação com um país como a RPC - membro permanente do Conselho de Segurança, mas diferente dos países do Ocidente ou das instituições como o FMI e o Banco Mundial – poderia significar uma saída para as exigências de boa-governança para a realização de empréstimos e investimentos. Assim, de acordo com Segati (2013, p.110):

[...] the PRC not only proved to be willing to take greater security risks than its American predecessor in the name of its national interests, but also to be offering a reliable and competent alternative to the third world community wanting to emancipate themselves from their Western dependency.

Motivados por esse pensamento, em 1995, Bashir e o seu ministro de Energia e Mineração visitaram a RPC, foram recebidos pelo presidente Jiang Zemin, fechando um acordo de concessão de áreas de exploração de petróleo no Sudão em troca de créditos ofertados a juros baixos. A partir desse acordo, teve início a parceria entre Pequim e Cartum na área de petróleo, inaugurando a tradição do governo sudanês de enviar um membro do alto escalão do governo à China todos os anos desde então. (LAI, 2007, p.526).

Logo, os investimentos chineses no país cresceram rapidamente. Em setembro de 1995, a estatal chinesa CNPC adquiriu uma antiga concessão da Chevron, no estado do Cordofão do Sul, seguido pela formação, em 1997, do Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC) - um consórcio composto pela CNPC com a PETRONAS da Malásia e a estatal sudanesa SUDAPET - para explorar concessões nos blocos 1, 2 e 4 nas regiões de Heglig, Unity e Kaikang (COLOFON, 2008, p.16).

Mapa 8 – Concessões de Petróleo no Sudão



Fonte: Oil Change International, 2010.

Nos anos seguintes, os contratos entre os dois países progrediram e, como demonstra a tabela abaixo, desde então, a CNPC e a SINOPEC (Companhia Petroquímica da China) rapidamente tornaram-se as principais envolvidas no setor petrolífero sudanês.

Tabela 3 – Principais Companhias Petrolíferas no Sudão e Sudão do Sul

Consórcio/ Subsidiária	Companhia	País de Origem	Parcela (%)
Greater Nile Petroleum Company (GNPOC)	CNPC	China	40
	PETRONAS	Malásia	30
	ONGC	Índia	25
	Sudapet*	Sudão	05
	Nilepet*	Sudão do Sul	05
Dar Petroleum Operating Company (DPOC)	CNPC	China	41
	Petronas	Malásia	40
	Nilepet	Sudão do Sul	08
	Sinopec	China	06
	Egito-Kuwait Holding	Egito	3.6
	Outros	-	1.4
Sudd Petroleum Operating Company (SPOC)	Nilepet	Sudão do Sul	41.9
	Petronas	Malásia	33.9
	ONGC	Índia	24.1
Petro Energy E&P	CNPC	China	95
	Sudapet	Sudão	05
Star Oil	Ansan Wikfs	Iêmen	66
	Sudapet	Sudão	34

* Sudapet possui 5% nas operações da GNPOC no Sudão e Nilepet possui uma parcela de 5% das operações da GNPOC no Sudão do Sul.

Fonte: IHS Edin, and Middle East Economic Survey (MEES) *apud* EIA, 2014, p.06.

Uma vez que a indústria petrolífera no Sudão foi estabelecida e os primeiros barris de petróleo destinados à exportação começaram a ser extraídos em 1999, a RPC imediatamente tornou-se a sua principal cliente, chegando a ter 8,0% de sua demanda energética suprida pelo petróleo sudanês. De fato, até 2010, o Sudão permaneceu como um dos principais exportadores globais de petróleo para a RPC e o segundo mais importante no continente africano, atrás somente de Angola (COLOFON, 2008, p.09).

A exploração e venda de petróleo também teve grande influência no comércio entre os dois países. Com a pauta de exportações para a RPC composta aproximadamente 90% por petróleo, os chineses tornaram-se os principais parceiros econômicos do Sudão que, em contrapartida, tornando-se, entre 2004 e 2010, o seu terceiro maior parceiro comercial na

região, comprando uma variedade de itens como maquinário, metais, têxteis e veículos (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2009).

Ainda sobre o comércio bilateral entre os dois países, as tabelas 4 e 5, abaixo, mostram a elevada participação chinesa no comércio internacional do Sudão, assim como a sua dependência em relação ao país asiático, resultado tanto da intensa presença de Pequim na economia sudanesa, mas também das sanções e do isolamento imposto pelos Estados Unidos, que limitaram as possibilidades de diversificação das parcerias comerciais do país.

Tabela 4: Participação da China no Total das Exportações do Sudão, 2003-2010 (US\$ milhões)

Ano	China	
	Valor	%
2003	1.761,9	69.3
2004	2.527,0	66.8
2005	3.427,1	71.0
2006	4.243,9	75.0
2007	7.276,9	81.9
2008	8.755,2	75.0
2009	6.257,3	75.8
2010	8.265,3	72.6

Fonte: Central Bank of Sudan, 2004-2010.

Tabela 5: Participação da China no Total das Importações do Sudão, 2003–2010 (US\$ milhões)

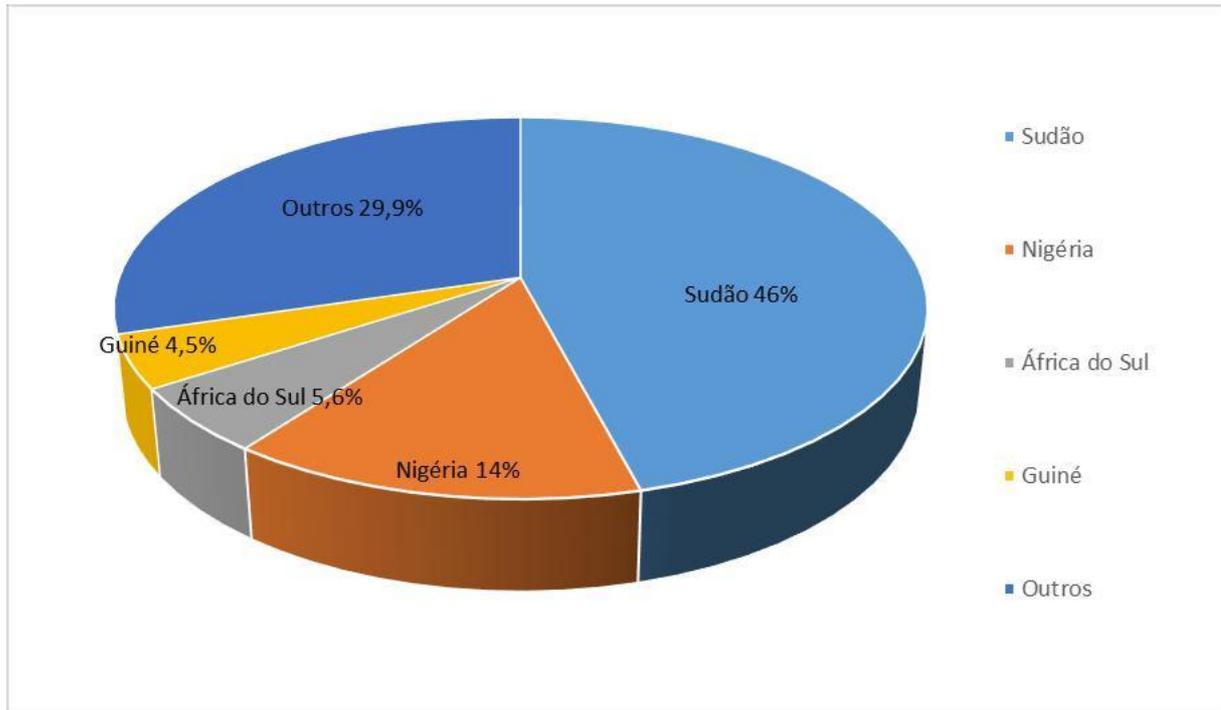
Ano	China	
	Valor	%
2003	229.1	7.9
2004	529.6	13.0
2005	1.383,0	20.5
2006	1.679,4	20.8
2007	2.436,2	27.8
2008	2.163,3	23.1
2009	1.926,9	19.9
2010	2.082,6	20.7

Fonte: Central Bank of Sudan, 2004-2010.

À medida em que a predominância da RPC sobre o setor petrolífero do Sudão tornou-se um elemento importante na economia, outras áreas das finanças sudanesas também passaram a ser fortemente influenciadas pela participação chinesa.

Como o gráfico abaixo demonstra, em 2004, o Sudão foi o principal destino dos IEDs chineses na África, recebendo US\$ 146 milhões (46% do total destinado ao continente) o que também transformou o país no quarto maior recipiente de IEDs originários da RPC no mundo (MINISTRY OF COMMERCE, 2011).

Gráfico 6 – Principais Destinos de IEDs Chineses na África, em US\$ milhões 2004.



Fonte: MINISTRY OF COMMERCE, 2011

Por fim, a destinação desses IEDs também fornece mais um indício da relevância do setor petrolífero nas relações entre RPC e Sudão. Segundo Suliman e Badawi (2010, p.32), entre 1996 e 2008, 98% dos investimentos chineses no Sudão foram para o setor de hidrocarbonetos e tiveram como sua origem empresas estatais, enquanto os residuais 2% correspondem a investimentos de pequenas e médias empresas no setor de serviços, demonstrando a grande influência que grandes companhias estatais chinesas, como a SINOPEC ou a CNPC, possuem no Sudão.

Apesar do petróleo ter se tornado o principal item das relações sino-sudanesas, os contatos diretos entre todos os níveis dessa relação - presidentes, ministros, figuras-chave dos respectivos partidos do governo e dirigentes de empresas – garantiram a inclusão de diversas iniciativas condizentes com os princípios iniciais que guiaram os dois países desde o início. Em 2001, a RPC perdoou US\$ 42,39 milhões de uma dívida total de US\$ 67,3 milhões que o governo sudanês havia contraído com ela, além de conceder um empréstimo, sem juros, de US\$ 13 milhões para a construção do palácio governamental em Cartum e a abertura de filiais de bancos chineses no Sudão - atitude que ajudou Bashir a escapar das restrições financeiras impostas por sanções dos Estados Unidos (ATTREE, 2012, p.23).

Por sua vez, o Sudão também possui diversos exemplos de cooperação com a RPC. Em julho de 2008, uma delegação do PCN doou US\$ 100 mil para as vítimas do terremoto que havia atingido a província chinesa de Sichuan no mês anterior (XINHUANET, 2008).

Além da ajuda econômica, o aspecto político também é importante na relação entre os dois países. Representantes do governo sudanês reforçaram o princípio de “uma China” em diversas ocasiões diferentes, com o enviado político e conselheiro da presidência do Sudão, Mustafa Othman Ismail, declarando que: “the two countries cooperated in this field to preserve the unity of territories of each other” (XINHUANET, 2009). Além disso, o Sudão - junto com vários outros Estados africanos - votou favoravelmente à RPC diversas vezes na antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, ajudando Pequim a evitar discussões acerca de violações de direitos humanos na RPC diversas vezes.³³

Todos esses casos, que isoladamente podem aparentar produzirem efeitos poucos consideráveis, demonstram a relevância das relações sino-sudanesas. Assim, apesar da ajuda concedida pelo Sudão à RPC parecer extremamente modesta quando comparada com o auxílio que ele recebe de Pequim, os exemplos refletem muito bem o desejo de ambos em manter uma relação pautada pelos princípios da cooperação mútua e não-interferência, além de salientar a importância dos países africanos na estratégia diplomática chinesa em temas como o reconhecimento internacional de Taiwan ou em fóruns multilaterais.

No entanto os projetos que envolvem a concessão de auxílio financeiro da RPC no Sudão não se encontram livres de controvérsias, sendo a construção da represa Meroe, um exemplo categórico. Localizada a aproximadamente 300 quilômetros ao norte de Cartum e com capacidade para gerar 1,250 megawatts de energia, a represa de Meroe foi financiada por meio da parceria entre diversos fundos árabes com o Eximbank chinês - que cobriu aproximadamente um quarto do custo total de US\$ 2,0 bilhões de construção - tendo construtoras chinesas como a Sinohydro participado do projeto (BOSSHARD, 2008, p.04).³⁴

Considerado pelo governo como uma obra necessária para o desenvolvimento econômico do Sudão, a realização desse projeto despertou contradição em meio a uma parcela

³³ Em 2004, dos 28 votos favoráveis que a RPC recebeu na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para barrar a discussão sobre a situação no país, 14 foram de Estados africanos: África do Sul, Burkina Fasso, Congo, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Mauritânia, Nigéria, Serra Leoa, Sudão, Suazilândia, Togo e Zimbábue (TAYLOR, 2006, p.200).

³⁴ Importante ressaltar que, além das empresas chinesas, companhias europeias como a alemã, Lahmeyer International e a francesa, Alstom, também se envolveram na construção da represa de Meroe (ASKOURI, 2014, p.02).

da população sudanesa justamente a respeito das condições (ou a falta delas) na concessão de auxílio chinês.

Por um lado, a fala de um dos gerentes de projetos da represa, de que a [...] “uniquess of chinese aid as; compare to aid from other donors is that; it is unconditional; even if there are conditions they have no political influence on the economy of Sudan”, ressalta a falta de exigências e condicionalidades - normalmente inerente ao mesmo tipo de ajuda quando oferecida por europeus ou os norte-americanos - desenvolvidas com o objetivo de utilizar de forma correta e consciente a ajuda concedida, garantindo o bem estar da população local, mas que muitas vezes é identificada pelos governos africanos como mais uma forma de intervenção dos países ocidentais (YAGOOB, ADAM e TING, 2015, p.32).

No entanto, Ali Askouri, apresenta outra visão. Relembrando o fato de que mais de oitenta mil indivíduos que viviam na área onde a represa foi construída - em sua maioria pequenos fazendeiros pertencentes ao povo Manasir – foram desalojados à força de suas terras, o ativista político sudanês critica a mesma falta de condicionalidades e preocupação com a forma com que os recursos da construção fornecidos são utilizados, salientando que, na maioria das vezes, as populações mais pobres não se beneficiam dos incentivos fornecidos pelos chineses. Para ele: [...] both the Chinese and their elite partners in the Sudan government want to conceal some terrible facts about their partnership. They are joining hands to uproot poor people, expropriate their land and appropriate their natural resources” (ASKOURI, 2006).

Sobre esse tema, Sautman e Hairong (2009, p.757), procurando superar opiniões demasiadamente parciais ou veiculadas por meios interessados dos dois lados, desenvolveram um estudo sobre a percepção de africanos de diferentes países do continente em relação à RPC. A pesquisa concluiu que, no caso do Sudão, apesar de algumas acusações envolvendo a prática de *dumping* ou reclamações sobre má-conduta de empresas de construção, o fato da mídia ocidental não ter uma grande influência no país e os partidos de oposição possuírem uma atitude conciliatória com o PCN, faz com que, de forma geral, a visão dos sudaneses a respeito da RPC seja positiva. Segundo os autores: “China is widely seen as having rapidly developed the country’s oil industry and infrastructure, contributing to prosperity for upper and middle class Sudanese”.

3.3 O Fornecimento de Armas Chinesas para o Sudão e suas Consequências

Apesar de casos como o da construção da represa Meroe ainda gerarem debates dentro da sociedade sudanesa, a perspectiva dos governos, da mídia e ONGs dos países ocidentais, a influência chinesa sobre os países africanos é mais fácil de ser definida, sendo na maioria dos casos, retratada como prejudicial e predatória, especialmente quando envolvem o setor de armamentos.

Historicamente, a Rússia cumpriu o papel de maior fornecedora de equipamento bélico para o Sudão, no entanto, a partir do governo Bashir e o aumento do PIB sudanês pela venda de petróleo, a cooperação militar e o comércio de armas com a RPC adquiriu relevância, com Pequim vendendo o equivalente a US\$ 300 milhões em armas para Cartum, entre 1991 e 2007 (SMALL ARMS SURVEY, 2007, p.04).

Durante esse período, além de criar uma brecha no isolamento sofrido pelo governo sudanês – que sofria com as sanções dos Estados Unidos e ONU - o comércio de armas com a RPC se mostrou vital no início da rebelião em Darfur, em fevereiro de 2003, fornecendo ao regime de Bashir os meios materiais para combater os rebeldes na região, principalmente pelo fornecimento de empresas chinesas como a China North Industries Corporation (NORINCO), logo transformando Pequim na principal fonte de armas leves do Sudão, na frente de outros fornecedores envolvidos na região, como o Egito, Irã e os países europeus (PATEY; LARGE, 2014, p.19).

Tabela 6- Valor das Importações de Armamento Leve para o Sudão em milhões de US\$, 2003-2008.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
China	2.824.999	19.864.146	23.292.923	9.546.241	5.976.229	102.902
Egito	9.934	40.127	82.816	564.530	384.513	1.846
Alemanha	68.712		34.863	46.965	214.104	128.000
Hong Kong		1.015.973				
Irã	15.800.514	1.242.676	452.069	183.247	817.530	
Itália		2.880	281.078		1.818	
Kuwait		31.260	21.742	82.380		
Rússia		182.875				
Arábia Saudita	8.258	9.825		156.850	587.474	
Turquia	10.733	281.142	14.396	87.471	582.001	
EAU	2.636	4.261	32.385	285.596	65.261	
TOTAL	18.725.786	22.675.165	24.212.272	10.953.280	8.628.930	232.748

Fonte: Adaptado de LEWIS, 2009, p.25

As relações de cooperação no âmbito militar também evoluíram, com companhias de armas chinesas se estabelecendo no Sudão e fornecendo apoio para a construção de três fábricas de armas e munições nos arredores de Cartum (HUMAN RIGHTS FIRST, 2008b, p.02).

Logo, além de representar um outro elemento relevante no âmbito das relações sino-sudanesas, o comércio de armas entre os dois países - assim como o petróleo e os investimentos - também se tornou alvo de polêmica a respeito das responsabilidades de Pequim sobre as ações do governo sudanês em relação aos habitantes das áreas de conflito. Assim, uma vez que a participação dos *janjaweed* nos conflitos de Darfur e na destruição e saques de vilarejos na região ficou evidente, o CSNU aprovou, em julho de 2004, a resolução 1556, pedindo a todos os países membros que tomassem as medidas necessárias para evitar a venda ou fornecimento de armas para qualquer indivíduo ou organizações que não fossem representante do governo sudanês (UNITED NATIONS, 2004).

Apesar dessa resolução, diversas evidências de que armamento chinês estaria chegando até Darfur e sendo usado pelas milícias locais foram apresentadas por ONGs internacionais, que relataram o uso de caminhões militares chineses para o transporte de tropas das forças armadas sudanesas ou milicianos para as zonas de conflito e, em alguns casos, sendo utilizados para levar indivíduos para execuções extrajudiciais (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006, p.22). O governo chinês também foi acusado de fornecer caças-bombardeiros, utilizados para destruir vilas e comunidades em Darfur (HUMAN RIGHTS FIRST, 2008, p.13). Por fim, o relatório de um painel de especialistas, patrocinado pela ONU também constatou a presença de diversas caixas de munições de origem chinesa em meio a áreas de combate na região (SECURITY COUNCIL, 2015, p.27).

A partir de então, a pressão internacional sobre a RPC se intensificou. Durante os primeiros cinco anos dos conflitos em Darfur, a cobrança sobre o governo sudanês se manteve, de forma geral, restrita às críticas de ONGs, entretanto, em 2008, as vozes que denunciavam os massacres e violações de direitos humanos ganharam ímpeto, chegando até o grande público quando, a organização humanitária norte-americana “Save Darfur”, se aproveitou da cobertura da mídia internacional durante os preparativos dos jogos olímpicos de Pequim, em 2008, para denunciar a suposta conexão do país sede do evento com os eventos em Darfur, em uma campanha destinada a prejudicar a imagem internacional da RPC, classificando os jogos daquele ano como as “Olimpíadas do Genocídio” (BUDABIN, 2009, p.521).

No entanto, o ponto mais relevante a respeito desse tópico não foram os ataques contra a imagem internacional da RPC, mas a reação desse país a eles. Normalmente, qualquer crítica dirigida às relações bilaterais da RPC ou a crises internas como Darfur seriam descartadas como mais um exemplo da interferência dos europeus e norte-americanos na soberania de outros países e uma tentativa de impor seus princípios ao restante do mundo. Entretanto, respondendo às críticas sobre Darfur, o diplomata Liu Guijin – então representante chinês na ONU – demonstrou preocupação em rebater publicamente as acusações de que Pequim estaria lucrando com a venda de armas às custas das vítimas do conflito, admitindo que a RPC teria responsabilidades tanto sobre a estabilidade de Darfur quanto pela eficácia da proibição da transferência de armas para a região, afirmando que:

[...] China observes even stricter rules when selling weapons to Sudan than many other countries. We do not sell weapon to non-state actor, but only to state actor. We control the performance and restrict the quantity of the weapons we sell. We also require strict final user certificate and do not allow providing the exported weapons to any third party.

Apesar do governo chinês fornecer explicações sobre o comércio de armas no Sudão em virtude de uma publicidade internacional negativa – especialmente durante os jogos olímpicos – a preocupação de Pequim em se mostrar um ator internacional responsável não foi um ato isolado ou unicamente o resultado das pressões internacionais de 2008, sendo resultado de um processo lento, mas contínuo, que vinha se desenvolvendo anos antes.

3.4 A Evolução da Posição Chinesa sobre o Sudão no Conselho de Segurança

Uma vez que os relatos de abusos e violações de direitos humanos em Darfur ganharam destaque na mídia internacional e as críticas ao governo sudanês - personificado na figura do presidente Bashir – se tornaram constantes, a possibilidade de uma possível solução mediada pelos europeus ou norte-americanos foi obstruída pelo agravamento do clima de desconfiança existente em Cartum de que as pressões dos países ocidentais para o término do conflito servissem para disfarçar o propósito de patrocinar uma mudança de regime no Sudão.

Nesse contexto, os laços estreitos com Cartum, a grande dependência da economia sudanesa e o *status* como membro permanente do Conselho de Segurança, fizeram de Pequim um dos poucos atores capazes de inspirar confiança no governo sudanês e ao mesmo tempo convencê-lo a amenizar o repúdio em relação a um possível aumento do papel da ONU em Darfur.

Teve início um novo papel da RPC, que passou a atuar como uma mediadora entre os Estados Unidos e sua tentativa de utilizar a ONU como um canal para a imposição de sanções adicionais contra Sudão e Cartum e o argumento de que a presença dos capacetes azuis em Darfur não passava de mais uma tentativa de interferência internacional em um país africano. Todo esse processo, ocorreu de forma gradual e dependeu da alteração da visão da RPC a respeito da melhor forma de preservar seus interesses no Sudão e no restante do continente africano.

Assim, de acordo com Jian Jumbo (2012, p.07), a evolução do envolvimento chinês com as iniciativas da ONU em Darfur passou por três etapas diferentes. Inicialmente, RPC barrou propostas de intervenção internacional em Darfur, ameaçando vetar qualquer resolução do Conselho de Segurança sobre o tema - em um posicionamento condizente com a aplicação tradicional do princípio da não-interferência e sua própria sensibilidade histórica em relação à intervenções impostas pelas Nações Unidas - e tratando os diversos relatos de massacres de deslocamentos forçados na região como uma questão interna do Sudão, ignorando os primeiros apelos internacionais para uma interferência na região (WU, 2010, p.79).

No entanto, à medida em que as esperanças de que Cartum pudesse encerrar a revolta dos rebeldes em Darfur de forma célere foram se dissipando e o ambiente de negócios no país tornou-se mais inseguro, a RPC passou a considerar que talvez uma participação da ONU na questão poderia ser benéfica, principalmente depois que dois trabalhadores chineses de uma companhia subsidiária da CNPC foram sequestrados e outros dois foram mortos por rebeldes, em março de 2004 (CHINA DAILY, 2004).

Ao mesmo tempo, o corpo diplomático da RPC – primeira linha de contato do país com as pressões internacionais: “[...]felt that they were exerting considerable effort and expending precious time defending the stance of their country to try to improve its image in world opinion” (AHMED, 2010, p.05).

Por essas razões, a partir de 2004, a RPC deu início a uma estratégia de envolvimento em duas frentes. Na primeira, ela usou o seu relacionamento especial com o presidente Bashir para tentar convencê-lo a admitir sua dificuldade em pôr um fim aos conflitos pela via militar, conseqüentemente buscando medidas alternativas. O plano foi posto em prática por meio de uma série de visitas de enviados especiais de Pequim, como Lu Guozeng, que viajou ao Sudão duas vezes, - em agosto de 2004 e fevereiro de 2005 - o assistente do ministério das relações exteriores, Zhai Jun, que também foi a Cartum quatro vezes e conversou com diversos funcionários do ministério das relações exteriores e o enviado especial do governo chinês para assuntos africanos, Liu Guijin. Em todos esses casos, os enviados se encontraram

com o presidente Bashir para tentar convencê-lo a buscar uma solução multilateral para a crise (SUN e JIN, 2009, p.37).

Em uma segunda frente, a influência de Pequim sobre o Sudão se manifestou multilateralmente, a partir do reconhecimento de que os problemas em Darfur estavam produzindo consequências internacionais que claramente transpunham a fronteira ou a capacidade do governo sudanês para lidar com elas e dificultando a abordagem tradicional de que os problemas em Darfur seriam uma questão interna exclusiva do Sudão. Desejando ser vista externamente como um ator responsável e internamente, como capaz proteger empresas e funcionários que atuavam na região, na metade da década de 2000, a RPC alterou a sua posição a respeito das consequências do envolvimento das Nações Unidas na crise.

Agindo historicamente como um obstáculo perante medidas que buscavam condenar outros países por violações de temas como direitos humanos, entre 2004 e 2006, o país passou a se abster em uma série de resoluções do CSNU a respeito de Darfur, muitas das quais eram diretamente prejudiciais para o presidente Bashir, como a já mencionada Resolução 1556, que estabeleceu o embargo de armas para a região e imputava responsabilidades ao governo sudanês sobre as violações de direitos humanos e o envio de armamento às milícias da zona de conflito.

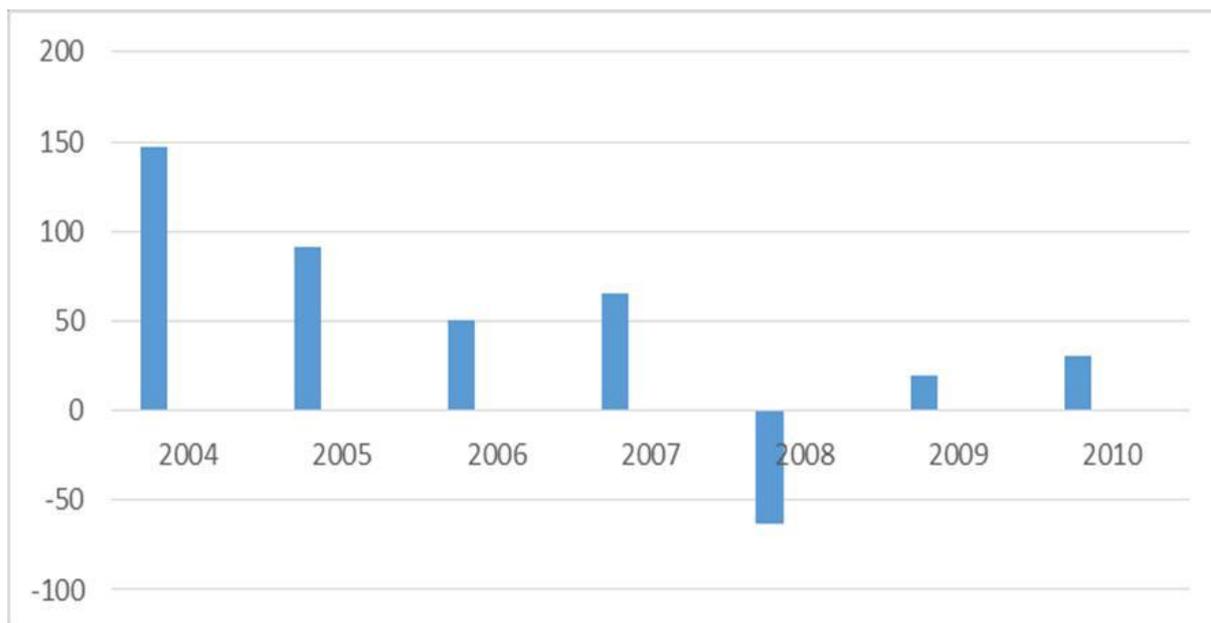
Além disso, a RPC também se absteve nas votações das resoluções 1564, que pedia sanções contra o setor petrolífero sudanês e membros do governo, caso a resolução 1556 não fosse cumprida (UNITED NATIONS, 2004b); a resolução 1593, que colocava as investigações a respeito de violações de direitos humanos em Darfur sob a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (UNITED NATIONS, 2005); e por fim, a resolução 1706 que expandia o mandato da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) – presente no país para monitorar a situação da guerra civil no sul do Sudão - para abarcar também os estados de Darfur (UNITED NATIONS, 2005b).

Apesar das abstenções chinesas, a princípio, aparentemente não demonstrarem o comprometimento da RPC com as resoluções, quando comparadas com o histórico da RPC de ameaçar vetar resoluções sobre o tema - especialmente quando consideramos que o governo sudanês repetidamente pediu para à RPC que impedisse as votações - revelam um desejo de Pequim em demonstrar sua preocupação com a deterioração da situação em Darfur, ao mesmo tempo em que enviava sinais a Cartum de que existiam limites para a disposição do país em proteger o regime de Bashir das consequências internacionais de suas ações.

Esse segundo período também coincidiu com o declínio da relevância econômica do Sudão para a RPC. Se no início dos anos 2000, Cartum foi um dos principais destinos do

capital chinês enviado para a África, nos anos seguintes, os números declinaram significativamente, impulsionados pela conjunção de fatores externos como a crise financeira de 2008, a escalada dos conflitos em Darfur e a possibilidade de fracionamento do país, tendo o valor dos IEDs chineses diminuído de US\$ 146 milhões, em 2004, para apenas US\$ 30 milhões, em 2010.

Gráfico 7 – IEDs chineses destinados ao Sudão, 2004-2010 (em milhões de US\$).



Fonte: MINISTRY OF COMMERCE, 2011

Por último, o terceiro estágio do envolvimento chinês com iniciativas da ONU surgiu diante da aparente falha das medidas adotadas no estágio anterior. Uma vez que a cooperação do governo sudanês com as resoluções impostas anteriormente havia sido mínima - com Bashir tendo negado um convite para participar de uma discussão a respeito de Darfur no CSNU, além de sistematicamente rejeitar a presença de *peacekeepers* da ONU na região - a RPC tornou-se mais favorável à possibilidade de exercer maior pressão sobre Cartum, esperando convencê-lo a aprovar alguma iniciativa multilateral moderada antes que os Estados Unidos, União Europeia e até alguns países africanos, agissem a favor de penalidades mais severas (HOLSLAG, 2007, p.78).

Assim, durante os últimos meses de 2006 e início de 2007, a diplomacia chinesa passou a apoiar o plano do então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, de uma missão híbrida - composta por aproximadamente vinte mil tropas da UA e dos capacetes-azuis da ONU - e se empenhando para convencer Bashir a aceitar a sua criação.

Ainda que a RPC tenha mantido os esforços bilaterais durante essa fase – incluindo duas conversas entre Hu Jintao e Bashir para discutir os problemas em Darfur - a primeira vez em meio à reunião da FOCAC, em Pequim, em novembro de 2006 e a segunda, durante visita do presidente chinês à Cartum em fevereiro de 2007 – os indícios de que os chineses estavam menos aptos a tolerar tentativas sudanesas de isolar a crise ficaram evidentes quando o enviado especial de Pequim para o Sudão, Zhai Jun, decidiu aumentar a visibilidade do problema ao visitar três campos de refugiados em Darfur, em abril de 2007 (WUTHNOW, 2013, p.103).

A combinação da possibilidade de sanções mais severas propostas pelos Estados Unidos, combinada com a percepção de que a RPC - mesmo permanecendo como sua principal aliada política e econômica - vinha se mostrando desconfortável diante do embaraço internacional que suas relações com o governo sudanês causavam, finalmente deu resultado quando Bashir concordou com a aprovação (unânime) da resolução do CSNU 1769, de 31 de julho de 2007, que instituiu a Missão Conjunta da União Africana – Nações Unidas no Darfur (UNAMID, 2007b).

Curiosamente, ao votar de modo favorável à criação da UNAMID e ao envio de um contingente estrangeiro para Darfur, o representante da RPC na ONU, Wang Guangya, justificou a posição do país segundo a defesa do mesmo princípio de não-interferência, que, há apenas alguns anos, era utilizado para impedir ou evitar interferências estrangeiras no Sudão ou outros países africanos. A partir de uma interpretação mais flexível desse princípio e também mais compatível com seus interesses no momento, Guangya declarou que a RPC “[...]always stands for political settlement on the Darfur issue, committing to the sovereignty and territorial integrity of Sudan, and engaging each other through dialogue and consultation on an equal footing”. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2007)

Além de apoiar a criação da UNAMID, a RPC também demonstrou o desejo de cooperar com outros esforços da ONU em Darfur, ao enviar 315 integrantes para a missão, sendo o único país membro permanente do Conselho de Segurança (com exceção de três funcionários enviados pela França e o Reino Unido) a fazê-lo (FRANCIS et. al, 2012, p.11).

Os efeitos de Darfur sobre a política externa da RPC podem ser observados até no linguajar dos diplomatas chineses quando, em março de 2008, Liu Guijin utilizou o termo “desastre humanitário” para se referir à situação no Sudão, fazendo uso de palavras normalmente comuns aos membros de um país ocidental, mas muito pouco usual no vocabulário de Pequim, sendo a primeira vez que um representante chinês usou esse termo para descrever a região.

Contudo, isso não significa que, a curto ou médio prazo, a política externa chinesa adotará uma posição de conformidade com a defesa dos direitos humanos ou intervenções humanitárias praticada pelos Estados Unidos. Pelo contrário, apesar da posição da RPC no final de todo esse processo de envolvimento com o Sudão e as Nações Unidas ter coincido no final com os países ocidentais, ela adotou posturas muito distintas e peculiares sobre o tema.

Talvez a mais expressiva dessas posturas tenha sido a insistência chinesa em agir somente com o consentimento de Cartum. Ao contrário de países ocidentais, que muitas vezes defendem uma intervenção do CSNU baseada em alegações sobre a necessidade de proteger a população de governos considerados ilegítimos, o fato da RPC ter apoiado e participado da UNAMID somente após a anuência do governo sudanês, demonstra que o princípio da soberania estatal permanece como um elemento fundamental para o envolvimento de Pequim com a ONU e suas missões de paz de forma independente da visão internacional a respeito da legitimidade do governo local (HIRONO, 2011, p.336).

A eficiência de sanções políticas ou econômicas também parece ser um diferencial entre a estratégia da RPC e aquela normalmente adotada por Washington e os países europeus. Ainda que o país tenha repetidamente se absterido em votações do Conselho de Segurança que impuseram sanções ao Sudão (como a Resolução 1564), a posição de Pequim sobre o tema tradicionalmente sempre foi de contestar a eficácia desse mecanismo de coerção, argumentando que ele prejudica somente a população mais vulnerável do país enquanto contribui para insular o regime atingido, dificultando futuros diálogos. Assim, ao contrário do “[...] West’s usual ‘carrot and stick’ approach, the distinguishing characteristic of China’s diplomacy has been its heavy emphasis on respect and equal dialogue [...]” (LOKE, 2009, p.209).

Esses limites da colaboração de Pequim com a ideia de práticas propostas por um esforço conjunto de uma comunidade internacional no Sudão também transpareceram quando o promotor do Tribunal Penal Internacional, Luís Moreno-Ocampo, acusou o presidente Omar Bashir, de crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio em julho de 2008.

Naquela ocasião, apesar de aprovar os princípios do TPI – embora ela não seja uma signatária do Tratado de Roma - e concordar que indivíduos condenados por crimes contra a humanidade deveriam ser postos sob sua jurisdição, Pequim se mostrou contrária à decisão do promotor, contestando o direito da corte de indiciar um chefe de Estado em exercício, assim como o *timing* político da decisão, podendo causar ainda maior desconfiança por parte do

governo sudanês e retroceder tanto a criação de um processo de paz em Darfur, quanto o que estava no Sudão do Sul (SAFERWORLD, 2011, p.06).

Por isso, quando o mandado de prisão contra Bashir – o primeiro contra um chefe de Estado na história da corte – foi emitido pelo TPI, exigindo que os demais países cumprissem a ordem caso o presidente sudanês se encontrasse em território estrangeiro, o governo chinês prontamente se mostrou contrário à decisão, tendo inclusive recebido Bashir em duas ocasiões diferentes, desde então.³⁵

Assim, apesar de todos os dilemas a respeito do envolvimento internacional da RPC em Darfur, o país sempre agiu ciente de que a sua participação precisava ser previamente combinada com Cartum, facilitando o equilíbrio diplomático entre a ONU e suas missões de paz com o governo do presidente Bashir. No entanto, o processo de paz para a guerra civil no sul do Sudão - a partir da assinatura do APC em 2005, e o surgimento do Sudão do Sul - adicionou um componente novo e extremamente sensível na política externa chinesa para a região, fazendo com que Pequim tivesse que ponderar com maior cautela a respeito de suas relações com o Sudão e o governo Bashir.

3.5 As Relações entre a RPC e Sudão do Sul

Apesar de, desde a independência do Sudão do Sul, em julho de 2011, a RPC ser a maior compradora de sua produção de petróleo, a percepção do novo Estado africano em relação ao seu principal cliente poderia ser considerada, no mínimo, dúbia, uma vez que, durante os anos 1990 e início de 2000, a proximidade chinesa com o regime de Bashir e a venda de parte substancial do armamento que as forças armadas sudanesas empregavam na guerra civil contra o sul fizeram com que muitos sulistas criassem uma visão negativa em relação aos chineses, baseada na percepção de que Pequim: “[...] had underwritten an autocratic regime, helped facilitate the devastation and economic exploitation of the South and aided in preserving the country’s fundamental centre-periphery problem.” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012 p.03).

O advento das negociações que culminaram na assinatura do APC, em 2005, e também reconheceram o SPLM como um dos legítimos representantes do Estado sudanês

³⁵ O presidente Omar al-Bashir visitou a RPC em janeiro de 2011 e agosto de 2015. Em ambas as ocasiões, o país asiático sofreu críticas – especialmente dos Estados Unidos – por receber o Chefe de Estado e não entregá-lo ao TPI. (DAILY NATION, 2015). **US warns China over Bashir trip**. Disponível em: <<http://www.nation.co.ke/news/africa/US-warns-China-over-Bashir-trip/-/1066/2853724/-/9k6u4yz/-/index.html>>.

pouco contribuiu para a reversão desse cenário. A preferência da política externa da RPC por contatos bilaterais e o fato dela estar focada nos desdobramentos da crise em Darfur, fizeram com que a participação direta de Pequim durante as negociações dos acordos de paz, entre 2002 e 2005, fosse mínima e os contatos entre chineses e representantes do SPLM virtualmente inexistentes, o que acabou adicionando o desconhecimento mútuo aos fatores que contribuíam para a manutenção do sentimento de animosidade por parte dos sul-sudaneses em relação ao gigante asiático.

No entanto, uma vez que o APC foi assinado e a data do referendo que iria decidir o futuro do sul do Sudão se aproximava - tornando-se cada vez mais evidente que a região optaria pela separação - a RPC se esforçou para estabelecer alguns contatos preliminares com o SPLM, em parte graças a cláusula contida nos acordos que estabelecia que o presidente da região sul do Sudão seria também o vice-presidente do Sudão, transformando portanto membros do movimento rebelde sulista em representantes legítimos do governo sudanês.

Como resultado dessa evolução, o presidente Hu Jintao recebeu em Pequim, em fevereiro de 2007, o líder do SPLM, Salva Kiir, e novamente, em julho do mesmo ano, além de estabelecer um consulado em Juba, em setembro de 2008. Inaugurando uma prática que ficou conhecida como “um Sudão, dois sistemas” esses encontros foram a maneira com que o governo chinês - ciente de que a secessão do sul resultaria em diversas reservas de petróleo e investimentos chineses passando para o controle do Sudão do Sul – procurou se adiantar à secessão, abrindo uma brecha na tradição de sua política externa com os demais países (inclusive com o Sudão) de se relacionar exclusivamente com representantes estatais. Ainda sobre essa questão, Daniel Large (2009, p.621) afirma que:

Given that the Chinese government faithfully dealt with governments in Khartoum between 1959 and 2005, this has entailed a departure from Beijing's hitherto exclusive relations with the central state. Relations that developed between China and the SPLM-led Government of Southern Sudan after 2005 thus represent a political departure of note in the history of its relations with Sudan. This development is an underlying reflection of the constraints of adhering to a strict policy of respecting formal state sovereignty as well as the political complexity involved in maintaining economic interests in Sudan.

Assim, quando finalmente, no dia 09 de julho de 2011, o Sudão do Sul tornou-se independente - concluindo o processo que começou a partir do resultado favorável do referendo de janeiro do mesmo ano - aquele mesmo dia, seguindo o reconhecimento internacional de Cartum, a RPC também estabeleceu relações formais com o novo país, com Hu Jintao apontando que: “Though far apart, the peoples of China and South Sudan enjoy a

deep traditional friendship and have the common aspiration to strengthen friendly exchanges” (CHINA DAILY, 2011).

Apesar da declaração do presidente chinês, os problemas de Pequim em manter uma relação equilibrada entre o PCN, em Cartum, e o SPLM, permaneceram mesmo após a independência do sul. De modo geral, daquela data em diante, para a RPC, a condução da política externa e a defesa de seus interesses no Sudão tornaram-se muito mais complexas, com a conexão direta entre Pequim e Cartum modificada pela adição do Sudão do Sul, um terceiro país extremamente vulnerável à política do presidente Omar Bashir e ainda cauteloso em relação à RPC.

Procurando reverter esse quadro e cientes da debilidade do novo país - que já nasceu como um dos Estados economicamente, socialmente e politicamente mais carentes do mundo - e da repercussão que esses problemas alcançam em meio aos países ocidentais, as principais ações divulgadas pela RPC em relação ao Sudão do Sul foram de caráter humanitário.³⁶

Entre os principais exemplos da iniciativa chinesa está a doação de 3,14 milhões de doses de medicamentos para o combate contra a malária - suficientes para o tratamento de aproximadamente 500 mil pacientes (EMBASSY OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN SOUTH SUDAN, 2012). Além disso, a RPC contribuiu para outras iniciativas como programas educacionais e a construção de escolas; fornecimento de água potável com a construção de poços; saúde, a partir da doação de unidades móveis de tratamento; e apoio para projetos agrícolas no Sudão do Sul. (LARGE, 2012, p.17).

No entanto, a interação econômica mais volumosa vinda da RPC não se deu na concessão de ajuda humanitária e tampouco pela ação direta do governo, mas sim, pela ação de empresas estatais que iniciaram seus negócios ainda antes da independência do Sudão do Sul, a partir da exploração das oportunidades de negócios – especialmente no setor de construção civil – criadas pela recém estabilidade gerada pelo APC e a necessidade de uma infraestrutura básica para atender a demanda da administração do governo sul-sudanês. Exemplo disso é a *China National Overseas Engineering Company*, presente na região desde 2006 e que, tendo o governo do Sudão do Sul como seu principal cliente, possui diversos contratos para construir prédios governamentais em Juba (WHEELER, 2012, p.07).

Ainda assim, enquanto a necessidade de desenvolver a infraestrutura do Sudão do Sul gerava uma nova oportunidade para as empresas chinesas, o petróleo continuou sendo um dos

³⁶De acordo com o “Fragile States Index”, que elenca os países mais instáveis do planeta, o Sudão do Sul aparecia como quarto colocado, em 2013, passando a ocupar o topo da lista nos anos de 2014 e 2015 (FUND FOR PEACE, 2014).

focos tradicionais do interesse de Pequim do país, especialmente após as crises que dominaram o setor petrolífero após a secessão. Como principal investidora do setor petrolífero na região, a RPC logo encontrou-se no meio da disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul pelas reservas do recurso e os lucros de sua exportação, sendo necessário cautela extra para equilibrar suas relações tradicionais com Cartum com os contatos iniciais com Juba.

Além disso, se a flexibilização do princípio de não-intervenção foi resultado de quase duas décadas de relações sino-sudanesas no pós-1989, uma vez que o Sudão do Sul se tornou independente, a aplicação dessa versão adaptada do princípio da diplomacia chinesa já estava madura o suficiente para se tornar evidente nos primeiros meses de contato entre a RPC e o Sudão do Sul.

Eventos, como a interrupção completa e proposital da produção de petróleo pelo governo do Sudão do Sul, em janeiro de 2012, e a deterioração da situação interna e externa do país nos meses seguintes - culminado em combates entre o Sudão e o Sudão do Sul na região fronteira de Heglig - logo mostraram à Pequim que, a aplicação estrita do respeito à soberania interna de outros países havia se tornado obsoleta.

The lesson that staying out of domestic politics is no longer an option was underlined in the wake of the calamitous separation between Sudan and South Sudan after 9 July 2011. The assumption among Chinese bankers, diplomats and oil executives was that the economic rationale of cooperation (Khartoum and Juba need each other to benefit from the declining oil wealth) would trump the emotional dimensions and power politics of the South's secession: surely elites in both countries would find a mutually beneficial agreement to share the petro-rents, allowing them to entrench their authority for years to come? The brutal wake-up call when this did not materialise—instead of cooperating with one another, a border war and oil production shutdown claimed the lives of thousands and cost Chinese enterprises hundreds of millions of dollars—forced China to dramatically scale up its political involvement [...] (VERHOEVEN, OLIVEIRA e JAGANATHAN, 2016, p.33).

Outros incidentes, como a evacuação em massa de trabalhadores chineses dos campos de Paloch, localizado no estado do Alto Nilo e a expulsão de Liu Yingcai, chefe do consórcio sino-malaio, PETRODAR, encabeçado pela CNPC, sob a justificativa de “não-cooperação” como governo e alegações de que a companhia estaria em conluio com o Sudão no desvio de barris de petróleo extraídos no sul, ajudaram a confirmar os temores de políticos e dirigentes de estatais chinesas de que a situação do Sudão do Sul se encontrava por demais caótica para ser tratada simplesmente como um problema interno.³⁷

³⁷ Ainda assim, a RPC não foi a única no eixo Cartum – Juba – Pequim, que se preocupou em equilibrar seus próprios interesses com uma política externa conciliatória com os dois outros dois integrantes. Apesar do petróleo do Sudão do Sul representar uma pequena parcela das importações chinesas, a sua venda para a RPC possuía uma gigantesca importância para o país africano, correspondendo a 98% da receita do governo sul-sudanês, fazendo com que, apesar do surgimento de momentos de animosidade entre a RPC e o Sudão do Sul, as

Curiosamente, apesar do governo sul-sudanês atribuir parte da responsabilidade sobre as condições que permitiram a Bashir revitalizar o esforço de guerra do norte ao auxílio e permissividade das empresas e do governo chinês, após a independência, as relações entre Pequim e Juba assumiram características que muito se assemelhavam às interações da RPC com o norte. O envolvimento chinês nas tentativas de resolução do conflito entre os dois países oferece um exemplo dessa similaridade, com a RPC novamente fazendo uso de uma estratégia combinada, envolvendo representantes governamentais e colaboração com organizações internacionais, aumentando seu envolvimento com a situação política do país.

Assim, durante as tensões entre Cartum e Juba, no final de 2011 e início de 2012, pelo valor das taxas de escoamento da produção de petróleo cobradas pelo norte, Pequim - no papel de ator estrangeiro mais interessado na questão - enviou novamente o representante especial da RPC para assuntos africanos, Liu Guijin, para se reunir com o presidente Salva Kiir e outras personalidades do governo sul-sudanês (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2011).

Ao mesmo tempo, a RPC também incentivou ambos os países a colaborarem com a resolução 2046 da ONU, que pediu a interrupção imediata das hostilidades na fronteira entre norte e o sul e propôs a implementação de um Painel de Alto Nível (AUHLP), formulado pela UA para discutir a disputa (ENOUGH, 2012).

Contudo, foi o início da guerra civil no Sudão do Sul, em dezembro de 2013, que fez a política externa de Pequim acelerar a pressão sobre o Sudão do Sul, incentivando o estabelecimento de missões de paz no país. Porém, dessa vez, o envolvimento de Pequim com a questão foi maior do que comparado com situações semelhantes com o Sudão, sendo o volume da contribuição chinesa para a missão das Nações Unidas no país - a UNMISS - o seu aspecto mais interessante.

A primeira experiência da RPC com missões de paz no Sudão do Sul ocorreu anteriormente à independência do país, entre 2006 e 2011, com uma contribuição de cerca de 350 membros (divididos em três unidades de engenheiros, uma unidade médica, e uma de segurança), para a Missão das Nações Unidas no Sudão (HARTNETT, 2012, p.03). Porém, ela se tornou muito mais significativa em janeiro de 2015, quando a RPC iniciou o deslocamento de um batalhão de 700 soldados para a missão de paz da ONU, no Sudão do Sul, sendo a primeira vez que Pequim enviou tropas armadas para uma missão de paz (CHOEDON, 2015, p.01).

Para um país com um histórico de desconfiança em relação às missões de paz e que sempre advogou contra interferências estrangeiras em outros Estados – suspeitando dos reais motivos por detrás das justificativas humanitárias - o envio de 700 soldados armados para compor a UNMISS representou um marco não só nas relações da RPC com o Sudão e o Sudão do Sul – tornando a UNMISS a maior missão de paz integrada pela RPC - mas também para a presença chinesa na África, aparentemente demonstrando a necessidade de Pequim a rever a aplicação de princípio de não-intervenção praticada por ela no continente desde os anos 1950.

Ainda assim, as razões que levaram a RPC a adotar essa atitude também têm gerado debates a respeito das principais razões do país em participar de missões de paz, especialmente, uma vez que a aprovação para o reforço dos soldados chineses foi dada como parte integrante da resolução 2155 de maio de 2014 que, entre suas disposições, expressava:[...] grave concern regarding the threats made to oil installations, petroleum companies and their employees, and urging all parties to ensure the security of economic infrastructure” e condenava [...] attacks on oil installations, petroleum companies and their employees and the continued fighting around these facilities, and urges all parties to ensure the security of economic infrastructure;” (UNITED NATIONS, 2014).

Outro aspecto que aproxima a dinâmica RPC-Sudão do Sul com a relação sino-sudanesa é a maneira como o país asiático interpreta propostas de mediação ou punição providas dos países ocidentais. Isso ficou claro em fevereiro de 2015, quando a RPC, em conjunto com a Rússia, rejeitou uma proposta dos Estados Unidos de impor sanções individuais aos dois principais líderes da guerra civil sul-sudanesa, o presidente Salva Kiir e o então ex-vice-presidente, Riek Machar, mantendo a sua percepção a respeito do caráter prejudicial que esse tipo de punição possui em qualquer cenário de conflito (NICHOLS, 2015).

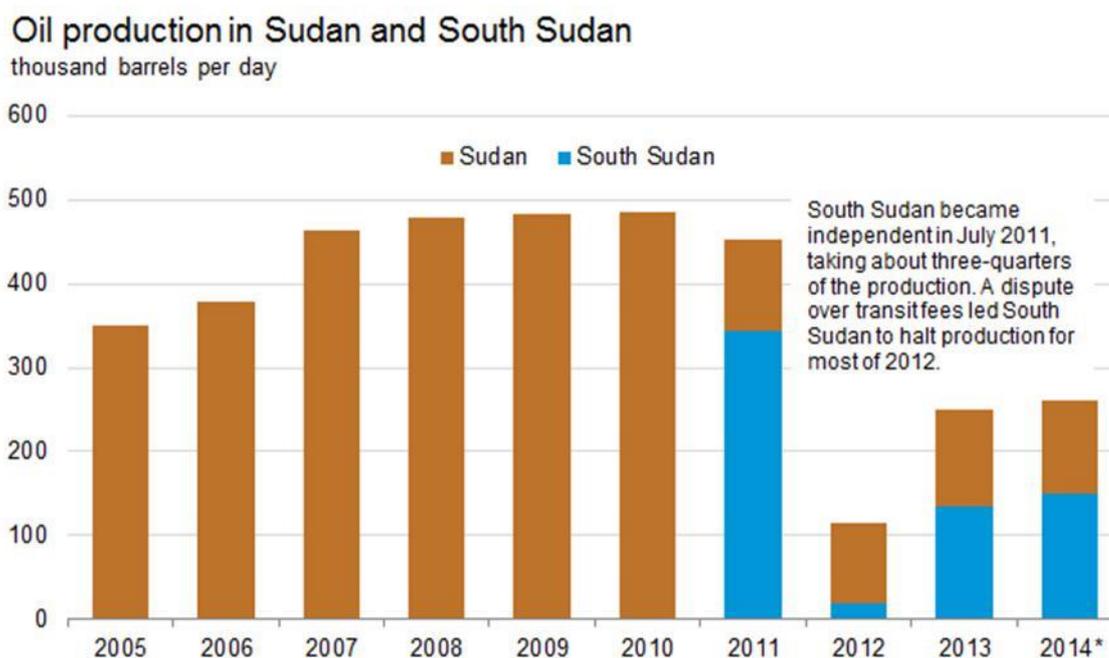
Contrários às explicações unidimensionais, especialistas nas relações RPC-Africa, como o pesquisador do Instituto da Paz Internacional, em Estocolmo, Zhou Hang, salientam que, embora a participação chinesa em missões de paz possua visem de fato o propósito de atender aos seus próprios interesses no setor petrolífero e proteção de seus mais de 2.300 cidadãos que residem e trabalham no Sudão do Sul, as evidências que apoiam a versão de uma RPC que utiliza a implantação de missões de paz apenas como um instrumento para a consolidação de seus interesses nacionais têm se mostrado frágeis, especialmente, como aponta Zhou Hang, tendo em vista a discrepância entre a localização do contingente chinês,

em Wau, no estado de Bahr el Gazal e as regiões ricas em petróleo do Sudão do Sul, como o estado de Unity ou áreas próximas à região de Abyei (HANG, 2014, p.04-05).

Além disso, o interesse chinês pela estabilidade do Sudão do Sul e o aumento do apoio de Pequim à missões de paz, vem acontecendo em um período em que o fornecimento de petróleo proveniente do Sudão do Sul (e também do Sudão) decresceu rapidamente.

Como demonstra o gráfico abaixo, se, em 2009, a produção de petróleo do Sudão (ainda unificado) chegava a quase 500 mil barris por dia, fazendo o país figurar como o quinto maior fornecedor de petróleo para a RPC, após a separação, o volume conjunto do norte e sul não eram suficientes para colocar os dois países nem entre as dez principais origens das importações chinesas.

Gráfico 8 – Produção de Petróleo do Sudão e Sudão do Sul, 2005-2014 (em milhares de barris por dia)



*Note: 2014 is January to June.
Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: U.S ENERGY ADMINISTRATION ADINISTRATION, 2014b.

O importante a ser notado nesse cenário é o fato de que, conforme os prejuízos financeiros no Sudão do Sul aumentam, maior se tornou o envolvimento de Pequim com o país, demonstrando que os interesses comerciais ou o petróleo, são insuficientes para explicar a intensa atenção que a RPC dispensa aos acontecimentos em Juba, atualmente.

Outro elemento de grande importância para a relação Pequim-Cartum e que também transparece na interação Pequim-Juba, é a cooperação militar e o comércio de armas.

No primeiro caso, a relação com Pequim ainda se mostra incipiente. Uma vez que a realização do plebiscito e sua independência do Sudão do Sul foram apoiados pelos Estados Unidos, as forças armadas do país africano permanecem mais próximas a Washington, no entanto, dada a relutância do Departamento de Defesa norte-americano em fornecer equipamento militar para o SPLM, o país deve buscar outros fornecedores, sendo Pequim a opção mais provável (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012, p.14).

Quanto à compra de armas, a associação tem sido mais intensa e controversa. Em 2014, o Sudão Sul – apesar de seu grave subdesenvolvimento econômico e social – destinou 8,2% de seu PIB para custeio de gastos militares, incluindo a compra de US\$ 152 milhões em armamentos. Desse total, aproximadamente US\$ 20 milhões foram destinados para a compra de armamento chinês, fornecido principalmente pela NORINCO, a mesma empresa chinesa envolvida com a venda de armas para Cartum e possivelmente, para as milícias apoiadas pelo governo, em Darfur.³⁸

Entretanto, assim como no caso da exploração de petróleo, o dado mais interessante sobre o comércio de armas de empresas chinesas para o Sudão do Sul não é a sua quantidade, mas a reação de Pequim a esse respeito. Ao contrário do Sudão, onde a RPC demonstrou preocupação em conter o envio de armas para Cartum somente após a resolução 1556 que impôs o embargo para Darfur, a preocupação chinesa em adotar um posicionamento condizente com o papel de ator responsável que ela pretende se mostrar, fez com que o país anunciasse o fim do contrato e a interrupção do envio das armas para o Sudão do Sul, apesar da inexistência de qualquer impedimento formal para isso, e apenas alegando que seria inapropriado vender armas para uma nação devastada pela guerra (GRIDNEFF, 2014).

Por isso, as razões apresentadas acima, assim como sua atuação durante os primeiros anos da crise em Darfur e a baixa relevância das exportações de petróleo (tanto do norte quanto do sul) sobre sua demanda energética, reforçam o pensamento de que os motivos de Pequim para intensificar seu envolvimento com os problemas sudaneses fazem parte de uma readaptação de sua política externa com os países africanos, apoiando a afirmação de Daniel Large (2008, p.08), de que: “Reductionist economic explanations are inadequate, as is the convenient view that oil has driven Chinese diplomacy through out”.

³⁸ O armamento chinês vendido para o Sudão do Sul incluiu 100 mísseis antitanque HJ-73D, 9.574 rifles automáticos com 2 milhões de cartuchos de munição, 2.394 lança-granadas e 40 mil foguetes antitanques. (TIEZZI, 2015).

3.6 Desafios para o Futuro

Tendo em vista os dados e argumentos expostos acima, podemos chegar a algumas conclusões. Apesar da secessão em 2011 e da criação de um Estado independente, reconhecido internacionalmente e gerido por um governo autônomo, dificilmente um país possui uma interdependência tão substancial com outro país quanto o Sudão do Sul com o Sudão. Envolvida nesse cenário, a RPC, que durante décadas exerceu desimpedidamente suas relações com Cartum, se viu obrigada a – ao criar uma política externa para o sul – reinventar suas relações com o norte.

De fato, a secessão do sul causou um profundo impacto não só para os dois países africanos, mas também para a RPC, que, na condição de aliada mais próxima do presidente Omar Bashir, assumiu um papel relevante na política de todos os atores envolvidos.

Para o Sudão, a separação de sua porção meridional significou não só uma grande perda territorial, populacional e econômica (aproximadamente 75% de suas reservas de petróleo), mas também mostrou os perigos em manter uma política de negligência em relação às outras regiões do país, assim como os limites da proteção internacional oferecida pela RPC, ela mesma, um Estado recém inserido internacionalmente, ainda se adaptando ao aprimoramento de seu *status* no ambiente global, especialmente em temas como vendas de armas e participação em missões de paz.

Para o Sudão do Sul, o reconhecimento internacional como um Estado independente representou os esforços de décadas de sofrimento em guerras contra Cartum, mas também o desafio de superar sua extrema fragilidade no cenário internacional, tanto no sentido econômico, quanto politicamente e a percepção de que a separação do norte significou a conclusão de um objetivo capaz de unificar a população sul-sudanesa, mas que, uma vez conquistado, reacendeu antigas disputas internas.

Nesse contexto, apesar de Pequim ainda cumprir o papel de principal aliada de Bashir, o país asiático talvez seja a principal ferramenta que Juba possui para exercer alguma pressão sobre Cartum e, ao mesmo tempo, propiciar os recursos necessários para o desenvolvimento econômico do país, sendo a política de não-intervenção chinesa – que no passado ajudou Cartum em sua guerra contra outras regiões do país - de repente um atrativo positivo também para o governo sul-sudanês do presidente Salva Kiir, no momento envolvido em sua própria guerra civil.

Finalmente, para a própria RPC, a série de eventos intensamente divulgados na mídia internacional - como a crise em Darfur, o reconhecimento do SPLM como um ator autônomo, e posteriormente, do Sudão do Sul como um novo país – impôs um duplo desafio.

O primeiro tem sido manter um equilíbrio entre um relacionamento mais tradicional com Cartum, de maneira a não afetar negativamente seu recém estabelecido contato com Juba. Uma vez que, em ambos os casos trata-se de países com sérias instabilidades internas e potencial para afetar o cenário externo da região, além de chamar a atenção da comunidade internacional, o segundo desafio se apresenta com um teste sobre a capacidade chinesa em readaptar os princípios de sua atuação no continente africano - estabelecidos pela recém criada RPC, ainda nos anos 1950 - para as necessidades que uma RPC muito diferente, possui na região no século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 1º de setembro de 2015, durante a visita do presidente do Sudão à RPC para a celebração do 70º aniversário da vitória da China contra o Japão na Segunda Guerra Mundial, o presidente Xi Jinping declarou que: “[...] since the establishment of the diplomatic relations 56 years ago, China and Sudan have always understood and supported each other” (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2015).

Ainda que essa fala do presidente chinês seja mera retórica, como vimos ao longo dessa dissertação, as relações da RPC com o Sudão são uma das mais tradicionais que o país asiático possui na África. No entanto, conceitos como “compreensão” e “apoio mútuo”, expressados na fala do presidente chinês e utilizados desde a década de 1950, passaram por revisões seja em decorrência de flutuações conjunturais no contexto internacional, seja igualmente por alterações nos papéis e nas pretensões da RPC nas dimensões econômicas e políticas internacionais, deixando de possuir o mesmo significado anterior. Assim sendo, é possível observar uma mudança na vontade dos políticos e diplomatas chineses em tolerar os graves problemas internos existentes em diversos Estados africanos, como o Sudão, principalmente no caso de crises como na região de Darfur.

Essa mudança foi, em grande parte, possibilitada pelo rápido crescimento da RPC, a partir dos anos 2000, levando a sua economia, até então essencialmente voltada para si, a se expandir para outras regiões do globo além da Ásia, encontrando na África um mercado promissor para suprir as suas demandas e reencontrando um terreno diplomático propício para sua estratégia política global.

O processo de internacionalização do comércio e das empresas chinesas também passou a afetar a maneira pela qual o país se relacionava com os demais Estados. Historicamente suspeitosa dos reais motivos por trás das intervenções ou a imposição de sanções por outros países, geralmente formuladas sob alegações de preocupação dos norte-americanos e europeus com o respeito aos direitos humanos e a estabilidade mundial (a RPC possui as experiências negativas da Guerra da Coreia, em 1951 e da reação dos países ocidentais após Tianamen, em 1989), Pequim manteve uma atitude de repúdio à aprovação ou participação em missões de paz das Nações Unidas ou a outras medidas adotadas pelo Conselho de Segurança durante quase toda a segunda metade do século XX.

Grande parte dessa atitude também possui suas origens no próprio processo de regresso da RPC nas Nações Unidas e a composição do Conselho de Segurança. Além de ter sido readmitida tardiamente na ONU como representante legítima do povo chinês (posição até

então ocupada por Taiwan) a RPC representa uma exceção em meio aos demais quatro membros permanentes do CSNU, sendo o único país em desenvolvimento desse órgão e tendo sofrido os efeitos do colonialismo pelas ações do Reino Unido e da França e do imperialismo dos Estados Unidos e da Rússia (então URSS).

Por essas razões, a potência asiática possui uma identificação maior com os países africanos. Composto inteiramente por Estados em desenvolvimento, que sofreram os mesmos efeitos do colonialismo e imperialismo, buscando uma maior autonomia em relação às interferências de suas antigas metrópoles e simpatizando com Pequim por nunca ter se aproveitado do seu *status* de potência para intervir militarmente em países além do extremo oriente, a África se transformou em um terreno favorável para a economia e a política da RPC no cenário mundial.

No entanto, como a RPC tem percebido, manter uma relação com os países africanos sob os mesmos parâmetros dos anos 1950 ou 1970 não é mais viável. Atualmente, em um momento em que o estado chinês se encontra mais inserido dentro do sistema internacional e o seu reconhecimento como uma potência cria expectativas sobre sua responsabilidade diante de suas ações com outros países, a RPC passou a sentir os custos de manter uma relação próxima e irrestrita com diversos governos africanos – alguns deles apresentando um complicado panorama de corrupção endêmica e conflitos civis – sofrendo a imposição do dilema entre defender abertamente conceitos como a responsabilidade de proteger e a não ingerência em assuntos estrangeiros ou manter a complacência com violações de direitos humanos e os perigos de instabilidades regionais que elas geram. A julgar pelas declarações e atos de representantes nos últimos anos, aparentemente a política externa chinesa indica uma escolha a favor da primeira opção, como demonstra a fala de Lucy Corkin (2014, p.65): “It is clear that China’s political rhetoric directed toward Africa is a function of the country’s process of internationalisation and consequent domestic debates concerning China’s rise in the international community”.

Diante dessa questão, duas visões antagônicas se apresentam. De um lado, os argumentos divulgados em grande parte pela mídia e pesquisadores ocidentais de que a RPC representaria uma potência neocolonialista, apenas interessada em se apoderar dos recursos naturais da África para suprir o consumo de sua população e indústria e aproveitando-se do elevado número de votos que o continente possui em fóruns multilaterais para utilizá-los como massa de manobra. Como contraponto a essa ideia, políticos e diplomatas chineses apresentam Pequim como uma parceira desinteressada dos países africanos, que realmente entende os desafios de ser um Estado em desenvolvimento e vulnerável ao juízo de valor dos

européus e norte-americanos em relação aos parâmetros estabelecidos por eles próprios a respeito de direitos humanos e democracia.

Posicionando-se de forma intermediária esses dois pólos, prevaleceu nessa dissertação a percepção de que o envolvimento chinês na África apresenta ambos, aspectos positivos e negativos, e que, essencialmente, fornece uma alternativa para o continente africano, apresentando-se de forma muito distinta das relações mais antigas com os países europeus - construídas a partir dos laços coloniais – salientando projetos de cooperação mútua e um discursos de igualdade e respeito entre si.

Para a economia do continente, apesar de acusações de prejudicar a indústria local de muitos países a partir da penetração de diversos produtos chineses e dos investimentos chineses não se reverterem em emprego ou benefícios para a população, a RPC é, de forma incontestável, um cliente valioso da África – principal parceiro do continente desde 2009, além de uma crescente fonte de investimento – concedendo benefícios que até então só eram disponibilizados pelos europeus e norte-americanos sob diversas condições de obediência ao receituário liberal de seus governos ou de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

No setor político, a RPC também se destaca. Os esforços para divulgar o *soft power* chinês (que não exclui também elementos econômicos), serve como um contrapeso à influência das potências europeias na África e simultaneamente ajuda a estabelecer a RPC como um Estado mais sensível à realidade africana do que os países desenvolvidos. Ademais, o continente africano representa atualmente o principal palco internacional para a RPC demonstrar a pujança de sua economia e desenvolvimento, mas também serve como indicador do posicionamento do país perante o sistema internacional, utiliza a sua atuação na África para dissipar os temores de que estaria disposta a disputar a hegemonia do sistema internacional com os Estados Unidos e portando-se como uma potência revisionista da ordem mundial estabelecida no pós-1945.

Assim, é na África, primeiro por meio da crescente participação em missões de paz e outras iniciativas das Nações Unidas e depois pelo apoio a acordos e propostas para a resolução de conflitos - inclusive coincidindo com as recomendações dos Estados Unidos para a região, (como no caso da missão da UNAMID) - ou apoiando iniciativas de organizações regionais como a União Africana ou o IGAD (como no processo de paz no Sudão do Sul), que Pequim demonstra que: “[...] is very interested in developing a counter-identity to that of a revisionist, unsatisfied great power” (LANTEIGN, 2014, p.06).

A República do Sudão é uma testemunha de todas essas mudanças e dilemas da política externa chinesa na África. Ao longo de três décadas de relações com a RPC (entre

1959 e 1989), o Sudão passou de mais um país africano simpático à retórica de Pequim de cooperação mútua, não-agressão e não-interferência para – a partir do início do governo de Omar al-Bashir, em 1989 - tornar-se um dos principais destinos do crescente envio de investimentos, empresas e cidadãos chineses para o exterior. Assim, esse país africano se beneficiou de todas as formas da ascensão da RPC.

No âmbito econômico, o aumento do consumo de petróleo pelos chineses e a crescente quantidade de capitais disponíveis para investimento foram empregados nas reservas de petróleo do Sudão, gerando uma grande fonte de receita para o país africano a partir da exportação do produto.

No entanto, é no âmbito político que o envolvimento com a RPC parece mais relevante para o futuro. Como uma área que sofre com graves conflitos civis anteriores à independência do país, em 1956, o Sudão se aproveitou da proximidade com Pequim e da consolidação dos investimentos chineses na indústria petrolífera do país para se proteger de sanções propostas pelos Estados Unidos nas Nações Unidas durante os primeiros anos do conflito em Darfur, portanto encontrando na RPC (e nas outras potências asiáticas, como a Índia e a Malásia) uma alternativa muito bem-vinda ao isolamento do Ocidente.

No entanto, na segunda metade da década de 2000, o Sudão - e depois o Sudão do Sul - passaram a sofrer com a gradual mudança do posicionamento da RPC em relação aos problemas internos dos países africanos e a necessidade de adaptar o conceito de não-interferência ao cenário internacional do novo milênio.

Diversos episódios se sucederam nos dois países sudaneses, prejudicando os interesses de Pequim. Primeiro, a criação do Sudão do Sul - que transferiu automaticamente todos os negócios que a RPC tinha no sul do Sudão para um novo país - depois, em 2012, a interrupção súbita e arbitrária da produção de petróleo do Sudão do Sul, ordenada pelo presidente Salva Kiir e por fim, diversos casos relatados de ataques às instalações petrolíferas chinesas e sequestros e mortes de funcionários chineses. Em meio à crescente deterioração do cenário político e econômico tanto em Cartum quanto em Juba, os chineses começaram a tensionar a aplicação do princípio de não-intervenção na África.

Exemplos que ajudam a confirmar essa posição são a pressão de Pequim sobre o governo sudanês para que ele aceitasse o plano do ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, de uma missão de paz híbrida entre a ONU e a UA, em Darfur, tendência que pode ser transposta para diversos outros países africanos a partir da constatação da participação chinesa em diversas outras missões de paz em diversos países africanos, inclusive, mais recentemente, o Sudão do Sul.

Esse quadro de crescente demonstração de preocupação com instabilidades na África também ajuda a contrariar as opiniões que afirmam que o interesse primordial da RPC no continente (se não, o único) se resume aos seus investimentos na região e à obtenção de matéria-prima. No caso do Sudão, apesar da queda e até interrupção total das exportações de hidrocarbonetos – somando-se a tudo isso as graves instabilidades internas que ainda persistem no país mesmo após a separação e que ameaçam o capital chinês aplicado no setor petrolífero – o país continuou com um importante centro para as empresas estatais chinesas, integrando a estratégia do país de diversificar parcerias econômicas e políticas e reforçando a sua independência em relação aos Estados Unidos e Europa.

No entanto, não se deve pressupor que a RPC está simplesmente imitando as práticas de interferência praticadas pelos países ocidentais, persistindo uma preocupação dos líderes do PCC e formuladores da política externa chinesa em adotar uma linha de atuação distinta dos demais e ao mesmo tempo, garantir a segurança dos interesses e cidadãos chineses.

Com esse intuito, ainda que os pronunciamentos que exortam a cooperação mútua e a não-interferência persistam dentro da retórica chinesa, eles não se limitam a isso. Como os exemplos do Sudão, de Darfur e do Sudão do Sul demonstraram, a RPC ainda tenta encontrar a resolução dos graves problemas que assolam esses dois países, buscando o equilíbrio entre a participação em missões de paz e o envio de tropas combatentes (no caso do Sudão do Sul) com a crença que o apoio a essas iniciativas dependem da aceitação e do apoio do governo local e da definição muito clara de objetivos, sendo que a imposição de sanções ou a tomada de ações sem esses condicionantes assumem um elevado risco de isolar o país alvo e até potencialmente agravar suas crises.

A fim de contornar essas questões, acadêmicos chineses como Wang Yizhou têm defendido a afirmação de conceitos como “envolvimento criativo” ou “interferência criativa” para qualificar a flexibilização do princípio da não-interferência. Definindo esses novos conceitos como: “[...] neither a systematic ideological doctrine nor a logical assumption nor a traditional theory of international relations or diplomacy. Instead (...) a guiding thread somewhere between a metaphysical theory and an exemplified interpretation of policy”, Yizhou (2012, p.109), demonstra que, apesar de seus efeitos já serem possíveis de serem notados, um entendimento teórico a respeito do tema ainda carece de mais estudos.

Concluindo, é possível observar que os interesses na África, observados a partir do Sudão, são diversos, passa pelo econômico e pela busca por recursos naturais, mas também vai além disso, integrando parte de uma estratégia política e forma de inserção internacional.

Ademais, as relações com o Sudão representam uma vitrine, onde o maior país em desenvolvimento do mundo se relaciona com o continente com o maior número de países em desenvolvimento, buscando uma forma de interação e intervenção condizente com a política externa defendida historicamente pela liderança chinesa, apresentando a RPC como um caso excepcional entre as demais potências com interesses relevantes no continente.

REFERÊNCIAS

ADISU, Kinfu; SHARKEY, Thomas; OKOROAFU, Sam. (2010). The Impact of Chinese Investment in Africa. **International Journal of Business and Management**, vol.05, n.09.

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK (2014). Estatísticas. **Real GDO Growth Rates, 2006-2016**. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/estatisticas/>>. Acesso em: 31 de mar. 2016.

_____ (2014b). **African Global Value Chains and Africa's Industrialisation**. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/EBook_African_Economic_Outlook_2014.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2015.

AFRICAN ELECTIONS DATABASE (2015). **Elections in Sudan**. Disponível em: <<http://africanelections.tripod.com/sd.html>>. Acesso em: 27 de mar, 2016.

AFRICAN UNION. **Inauguration of the New African Union Conference Center**. Press Release, n.13/ 18° Cúpula. Disponível em: <http://summits.au.int/fr/sites/default/files/28%2001%202012_18SUMMIT_PR_INAUGURATION.pdf>. Acesso em: 12 de mai. 2016.

AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC OF SOUTH SUDAN AND THE GOVERNMENT OF SUDAN ON OIL RELATED MATTERS (2012). Adis Ababa. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/IMG/pdf/oil_agreement_between_sudan_south_sudan0001.pdf>. Acesso: 22 de jan. 2016.

AGUBAMA, Edgar (2014). China and Peacekeeping in Africa. **International Journal of Humanities and Social Science**, vol.04, n.11, September.

AHMED, Azza, M. M. (2014). Islam and political parties in Sudan: The National Islamic Front. **Observatoire des Enjeux Politiques et Sécuritaires dans la Corne de l'Afrique**, note 3.

AHMED Gaafar (2010). The Chinese Stance on the Darfur Conflict. **South African Institute of International Affairs (SAIIA)**. Occasional Paper, n.67.

ALDEN, Chris; DAVIES, Martyn (2006). A profile of the Operations of Chinese Multinationals in Africa, vol.13, n.01, p.83-96.

_____; ALVES, Cristina (2008). History & Identity in the Construction of China's Africa Policy, **Review of African Political Economy**, vol.35, n.115, p.43-58.

_____; LARGE, Dan; OLIVEIRA, Ricardo Soares de. (2008) China Returns to Africa: Anatomy of an Expansive Engagement. **Real Instituto Elcano**, Working Paper n.51.

_____ (2009). China and Africa's Natural Resources: The Challenges and Implications for Development and Governance. **South African Institute of International Affairs**. Occasional Paper n.41.

AL JAZEERA, (2013). **Abyei's Dinka vote to join South Sudan**. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2013/10/abyei-dinka-vote-join-south-sudan-2013103193942652913.html>>. Acesso em: 12 de abr. 2016.

AMNESTY INTERNATIONAL (2006). **China: Sustaining Conflict and Human Rights Abuses: The Flow of Arms Continues**.

ANGUIANO, Eugenio (2001). “Diplomacia de la República Popular China”. In: ANGUIANO, Eugenio (org). **China contemporánea: la construcción de un país (desde 1949)**. México: El Colegio de México.

ANSHAN, Li (2007). China and Africa- Policy and Challenges. **China Security**, vol.03 n.03, p.69-93.

_____ (2007b). China-Sudan Relations: The Past and Present. In: **Symposium on Chinese Sudanese Relations**, 26 de Julho de 2007. Organizado por the Institute of West-Asian and African Studies, Chinese Academy of Social Sciences, and the Centre for Foreign Policy Analysis, Londres.

ARYA, Shailender. (2009). Sudan - Conflicts, Terror, and Oil. **Journal of Defence Studies**, vol.03, n.04, p.64-78.

ASKOURI, Ali (2006). **China's investment in Sudan: destroying communities**. Pambazuka News. N.282. Disponível em: <<http://www.pambazuka.net/en/category.php/comment/38848/print>>. Acesso em 30 de jan. 2016.

_____ (2014). **Resistance to Displacement: the Case of the Manasir Community Merowe Dam – Sudan**. The seventh International Workshop on Hydro Hegemony.

ASONGU, Simplice, A; AMIKENG, Gilbert A. A (2013). The Economic Consequences of China-Africa Relations: Debunking Myths in the Debate. **Munich Personal RePEc Archive (MPRA)**, Paper n.48468. July.

ATTREE, Larry (2012). **China and Conflict-Affected States - Between Principle and Pragmatism**. Saferworld. Disponível em: <<http://www.saferworld.org.uk/resources/view-resource/612-china-and-conflict-affected-states>>. Acesso em: 21 de abr. 2015.

BADMUS, Isiaka, A. (2008). “Nosso Darfur, Darfur Deles”: A Política Desviante do Sudão e a Nascente “Limpeza Étnica” em uma Emergente Anarquia Africana. **Contexto Internacional**. vol.30, n.02, p. 309-360.

BARNES, Gwen P. (2011). The International Criminal Court's Ineffective Enforcement Mechanisms: The Indictment of President Omar Al Bashir. **Fordham International Law Journal**, vol. 34, n.06, art.04.

BBC (2014). **General Charles Gordon (1833 - 1885)**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/gordon_general_charles.shtml>. Acesso em: 28 de jan.2016.

_____ (2015). **Wanted Sudan leader Bashir avoids South Africa arrest**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-33135562>>. Acesso em: 25 de jan. 2015.

BEEK, Ursula J. Van. (2012). China's Global Policy and Africa: A Few Implications for the Post Crisis World. **Politikon: South African Journal of Political Studies**, vol.38, n.03, p.398-408.

BÉNAZÉRAF, David (2014). Soft power chinois en Afrique Renforcer les intérêts de la Chine au nom de l'amitié sino-africaine. **Asie Visions**, n.71, p.01-71.

BERNSTEIN, Richard; MURRO, Ross H. (1997). The Coming Conflict with America. **Foreign Affairs**. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/texts/BernsteinMunro.97.FA.Coming%20Conflict.pdf>> Acesso em: 11 out. 2015. Mar/abr.

BERRY, LaVerle (2015). **Sudan: A Country Study**. Federal Research Division, Library of Congress; 5ed.

BIJIAN, Zheng (2002). The 16th National Congress of the Communist Party of China and China's Peaceful Rise—A New Path. In: **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian (1997-2004)**. Brookings Institution. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 14 de set. 2015.

BLANCHARD, Lauren P (2014). The Crisis in South Sudan. **Congressional Research Center**. CRS report.

BOSSHARD, Peter (2008). China's Environmental Footprint in Africa. **School of Advanced International Studies**, Working Papers in African Studies, 01-08.

BRAUTINGAN, Deborah (2009). **The Dragon's Gift: the real story of china in Africa**. Oxford University Press.

BRESLIN, Shaun (2013). China and the South: Objectives, Actors and Interactions. **Development and Change**, vol.44, n.6, p.1273–1294.

BROSCHE, J. (2009). **Sharing Power – Enabling Peace? Evaluating Sudan's Comprehensive Peace Agreement 2005**. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Disponível em: <http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/66/66686_1sharing_power.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2016.

BROWN, Jeremy Astill – (2014). South Sudan's Slide into Conflict: Revisiting the Past and Reassessing Partnerships. **African programme**. Chatham House.

BUDABIN, Alexandra C. (2009). Genocycle Olympics: The Campaign to Pressure China Over the Darfur Conflict. **CEU Political Science Journal**. vol. 04, n.04, p.520-565.

CAMPOS, Indira; VINES, Alex (2008). Angola and China – A Pragmatic Partnership. **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**, Working Paper Presented at a CSIS Conference, “Prospects for Improving U.S.-China-Africa Cooperation.

CENTRAL BANK OF SUDAN (1999-2007). **Annual Report**, 1999-2007. Disponível em: <<http://www.cbos.gov.sd/en/node/906>>. Acesso em: 25 de mar. 2016.

CHENG, Shuaihuai (2012). China’s International Policy and Its Implications for Global Governance. **Research Center for Chinese Politics and Business**, Working Paper n.29.

CHINA DAILY (2004). **Two Chinese workers killed in Sudan**. 31 de mar. de 2004. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2004-03/31/content_319299.htm>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

_____ (2011). **China recognizes independence of South Sudan**. 09 de jul. de 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2011-07/09/content_12869896.htm>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

CHOEDON, Yechi (2015). Chinese Combat Troops Join UN Peacekeeping Operations in South Sudan: A New Beginning? **Institute of Chinese Studies (ICS)**, n.25, Delhi, January.

COLLINS, Robert O. (2008). **A History of Modern Sudan**. University of California, Santa Barbara.

COLOFON (2008). **Sudan’s Oil Industry**. Whose Oil?.Facts and Analysis, abril.

COPNALL, James (2015). **Border battles threaten the new Sudans**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-15728191>>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

CORKIN, Lucy (2014). China’s rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.57 (edição especial), p.49-72.

CORNEJO, ROMER A. (2001). “China: Una Revisión de Cincuenta Años de Historia”. In: ANGUIANO, Eugenio. (Coord.) **China contemporánea - La construcción de un país (desde 1949)**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y Africa, Programa de Estudios APEC.

DAILY NATION (2015). **US warns China over Bashir trip**. Disponível em: <<http://www.nation.co.ke/news/africa/US-warns-China-over-Bashir-trip/-/1066/2853724/-/9k6u4yz/-/index.html>>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

DENG, Francis M. (2008). **Identity, Diversity and Constitutionalism in Africa**. United States Institute for Peace, 1 ed.

DOPCKE, Wolfgang (1999). A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.01, n.42, p.77-109.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Fashoda Incident**. Disponível em: <<http://www.britannica.com/event/Fashoda-Incident>> Acesso em: 07 de nov. 2015.

ENOUGH (2012). **Tensions between the Two Sudans**. Disponível em: <<http://www.enoughproject.org/conflicts/sudans/tensions-two-sudans>>. Acesso: 02 de fev. 2016

FEARON, James; LAITIN, David (2006). **Sudan narrative**. Stanford University.

FLYVBJERG, Bent (2006). Five Misunderstanding About Case-Study research. **Qualitative Inquiry**, vol.12, n.02, p.219-245.

FOCAC (2000). **Beijing Declaration of the Forum on China–Africa Cooperation**. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>>. Acesso em: 20 de set. 2015.

_____ (2006). **Address by Hu Jintao President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation**. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dsccbzjhy/SP32009/t606840.htm>>. Acesso em: 05 de abr. 2015.

FOSTER, Vivien, *et. al* (2009). Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa. **Trends and Policy Options**, n.05.

FRANCIS, Caroline, et al. (2012). **China and the Sudan-South Sudan Oil Fee Impasse: Implications of Chinese Foreign Aid, Diplomacy, and Military Relations**. Gerald R. Ford School for Public Policy, Policy Report 716.

FRAVEL, Taylor. (1996). China's Attitude Toward U.N Peacekeeping Operations since 1989, **Asia Survey**, vol.36, n.11, p.1102-1121.

FRIEDBERG, Aaron L. (2011). Hegemony with Chinese Characteristics. **The National Interest**, p.18-27.

FULILOVE, Michael (2011). China and the United Nations: The Stakeholder Spectrum. **The Washington Quarterly**, vol.34, n.03, p.63-85.

FUND FOR PEACE (2014). **Fragile States Index**, 2013, 2014, 2015. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2014>>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2010). **World Economic Outlook – Rebalancing Growth**. IMF Multimedia Services Division. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2015.

GADKARIM, Hassan Ali (2010). **Oil, Peace and Development: the Sudanese Impasse**. Sudan Working Paper n.02, CHR Michelsen Intitute.

GAGNON, Georgette; John Ryle (2001). **Report of an Investigation into Oil Development, Conflict and Displacement in Western Upper Nile, Sudan**. Ottawa. Canadian-Sudan Inter-Agency Support Group (SIARG).

GILL, Bates; HUANG, Chin-Hao (2009). China's expanding role in peacekeeping Prospects and Policy Implications. **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)**, Policy Paper n.25, Stockholm.

GRAMIZZI, Claudio; TUBIANA, Jérôme (2013). New war, old enemies: Conflict dynamics in South Kordofan. Small Arms Survey, **Graduate Institute of International and Development Studies**, Working Paper, n.29.

GRIDNEFF, Ilya (2014). **China Halts Arms Sales to South Sudan After Norinco Shipment**. Sept. 30, 2014. Bloomberg Business. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-09-29/china-halts-weapons-sales-to-south-sudan-after-norinco-shipment>>. Acesso em: 27 de jan.2016.

HANG, Zhou. (2014). China Expanding Role in the South Sudanese Civil War. **China Brief**. Vol. XIV, n.19, October 10.

HARTNETT, Daniel M. (2012). “**China's First Deployment of Combat Forces to a UN Peacekeeping Mission—South Sudan**”. U.S.-China Economic and Security Review Commission.

HINGA, Sandy; JUN, Yao; YIGUAN, Qian. (2013). China-Africa Cooperation-An outstanding relationship Built on Mutual Respect and Common Benefits: A Review. **International Research Journal of Social Sciences**, Vol. 2(9), p.26-32.

HIRONO, Miwa. (2011). China's Charm Offensive and Peacekeeping: The Lessons of Cambodia – What Now for Sudan? **International Peacekeeping**, vol.18, n.03, p.328-343.

HOLSLAG, Jonathan (2008). China's Diplomatic Manoeuvring on the Question of Darfur. **Journal of Contemporary China**, vol.17, n.54, p.71-84.

HUMAN RIGHTS FIRST (2008). **Investing in Tragedy China's Money, Arms, and Politics in Sudan**.

_____ (2008b). **China's Arms Sales to Sudan: Made in China – Stop Arms Sales to Sudan**. Fact Sheet.

HUMAN RIGHTS WATCH (2003). **Sudan, Oil, and Human Rights**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/2003/sudan1103/sudanprint.pdf>> Acesso em: 21 de jan. 2016.

INDONESIA (1955). MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Asia-Africa speak from Bandung**. Jakarta. p.161-169. Disponível em: <http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2015.

INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT (IGAD) (2010). Disponível em: <http://igad.int/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=124> Acesso em: 25 de jan. 2016.).

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2012). **China's new Courtship in Sudan**. Africa Report n.186 – 4.

_____ (2015). **Sudan and South Sudan Merging Conflicts**. Africa Report n.223.

JAKOBSON, Linda (2007). The burden of “non-interference”. **China Economic Quarterly**, section 2, p.14-18.

JAMES, Laura M (2015). **Fields of Control: Oil and (In)security in Sudan and South Sudan**. Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies.

JOK, Jok M. (2007). **Sudan – Race, Religion, and Violence**. One World, Oxford.

_____ (2012). South Sudan: Building a diverse nation. In: STIFTUNG, **Heinrich B. Sudan after Separation New Approaches to a New Region**. vol.28.

JUMBO, Jian. China in the International Conflict Mangement: Darfur as a Case. **Global Review**, winter, p.07-11.

KAN, Shirley A; MORRISON, Wayne M. (2014). U.S.-Taiwan Relationship: Overview of Policy Issues. **Congressional Research Service**, November 11.

KEBBEDE, Girma (1997). Sudan: The North-South Conflict in Historical Perspective. Contributions in Black Studies Contributions in Black Studies. **A Journal of African and Afro-American Studies**, vol. 15, n.03, p.15-45.

KERCKHOVEN, Seven Van; LUYTEN, Adriaan. (2014). O conto do cavalo de Troia ou uma busca por acesso ao mercado? China e a Organização Mundial do Comércio. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.57 (special edition): p.193-209.

KRISTOFF, Nicholas D (2006). **China and Sudan, Blood and Oil**. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=990CE3D9153FF930A15757C0A9609C8B63>> Acesso em: 14 de abr. 2014.

LAI, Hongyi H. (2007) ‘China’s Oil Diplomacy: Is It a Global Security Threat?’ **Third World Quarterly**, vol.28, no.3, p.519-537.

LANTEIGN, Mark (2014). China’s Peacekeeping Policies in Mali: New Security Thinking or Balancing Europe? **NFG Research Group**, Working Paper n.11.

LARGE, Daniel. (2008). Sudan’s foreign relations with Asia China and the politics of ‘looking east’. **Institute for Security Studies (ISS)**: n.158, February.

_____ (2008b). China & the Contradictions of ‘Noninterference’ in Sudan. **Review of African Political Economy**, vol.115, n.35, p.93-106.

_____ (2009). China’s Sudan Engagement: Changing Northern and Southern Political Trajectories in Peace and War. **The China Quaterly**. n.199, p.610-626.

_____ (2011). China and Post-Conflict Reconstruction in Africa: The Case of Sudan. **South African Institute of International Affairs**, policy briefing, n.36, p.1-4.

_____ (2012). Between the CPA and Southern Independence: China's Post-Conflict Engagement in Sudan. **The South African Institute of International Affairs (SAIIA)**, Occasional Paper n.115.

_____; PATEY, Luke (2014). Riding the Sudanese Storm: China, India, Russia, Brazil and the Two Sudans. **South African Institute of International Affairs (SAIIA)**, Occasional Paper n.197.

LARKIN, Bruce D. (1971). China and Africa: A Prospective on the 1970's. **Africa Today**, vol. 18, n.03, China and Africa, p.1-11.

LEE, Henry; SHALMON, Dan (2008). Searching for Oil: China's Oil Strategies in Africa. In: ROTBERG, Robert I (ed.). **Africa – Trade, Aid and Influence**. Brookings Institution Press, Washington D.C.

LEO, Leonard, A. PRODROMOU, Elizabeth, H (2012). (Yet Another) Crisis In Sudan: Khartoum's Religious Freedom and Human Rights Abuses. Fletcher **Forum of World Affairs**, vol.36, n.02, p.67-78.

LESCH, Mosely A. (1998). **Sudan – Contested National Identities**. Indiana University Press.

_____ (2002). Osama bin Laden's Business in Sudan. *Current History*, vol,101, n.655, p.203-209.

LEWIS, Mike (2009). **Skirting the Law: Sudan's Post-CPA Arms Flows**. Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies.

LOKE, Beverly (2009). Between Interest and Responsibility: Assessing China's Foreign Policy and Burgeoning Global Role. **Asian Security**, vol. 5, n.03, p.195–215.

LUNN, Jon (2016). War and peace in South Sudan. **House of Commons Library**, Briefing Paper n. 7532.

LUSTICK, Ian (1979). Stability in Deeply Divided Societies: Consociationalism versus Control. **World Politics**, Vol. 31, n.03, p. 325-344.

McNAMEE, Terence (2012). The first crack in Africa's map? Secession and Self Determination after South Sudan. **The Brenthurst Foundation**. Discussion Paper 2012/01.

MAO, Tse Tung (1949). On the People's Democratic Dictatorship - In Commemoration of the Twenty-eighth Anniversary of the Communist Party of China. **Selected Works of Mao Tse Tung**. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-4/mswv4_65.htm>. Acesso em: 05 de abr. 2015.

MAPHILL (2015). **Map of Darfur**. Disponível em: <<http://www.maphill.com/sudan/darfur/simple-maps/silver-style-map/>>. Acesso em: 04 de mar. 2016.

MAPS OF WORLD (2012). **Political Map of South Sudan**. Disponível em: . <<http://www.mapsofworld.com/south-sudan/map.html>>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

MARTINS, DORA A. E. (2005). China em el liderazgo de los países subdesarrollados In: RIOS, Xulio. (Ed.) **Política exterior de China - La diplomacia de una potencia emergente**. Edicions Bellaterra.

MASON, Simon, A. (2003). **From Conflict to Cooperation in the Nile Basin**. Swiss Federal Institute of Technology, Zurich.

MASUDA, Masayuki (2011). China's Peacekeeping Diplomacy and Troop Dispatch: A New Avenue for Engagement with the International Community. **NIDS Journal of Defense and Security**, n.12, p.03-25.

MEARSHEIMER, John J. (2001). **The tragedy of Great Power Politics**. W.W Norton. New York.

MEMANI, Rajiv; SITA, Ajen (2015). **Making choices-Africa 2015**. EY's attractiveness survey. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices/\\$FILE/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices/$FILE/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices.pdf)>. Acesso em: 25 de set. 2015.

MENEZES, Gustavo Rocha de (2013). **As Novas Relações Sino-Africanas Desenvolvimento e implicações para o Brasil**. FUNAG, Brasília.

MESFIN, B. (2014). The crisis in South Sudan: a game of regional chess. **Institute for Security Studies**. Disponível em:<<https://www.issafrica.org/iss-today/the-crisis-in-south-sudan-a-game-of-regional-chess>> Acesso: 01 de fev. 2016

MOHAN, Giles; POWER, Marcus. (2008). New African Choices? The Politics of Chinese Engagement. **Review of African Political Economy**, vol.35, n.115, p.23-42.

MOODY, Sanders (2011). China in Sub-Saharan Africa: Demand Extracting Supply. **International Affairs Review**, vol. XX, n.01.

NEHRU, Jawaharlal (1955). **Speech to Bandung Conference Political Committee**. Disponível em: <<http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/07/HIST103-9.2.3.pdf>> Acesso em: 05 de abr. 2015.

NICHOLS, Michelle (2015). **China questions U.S. threat of U.N. sanctions on South Sudan**. Reuters, 27 de fev. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-southsudan-un-sanctions-idUSKBN0LV2FR20150227>>. Acesso em: 22 de abr. 2016.

NMONA, Veronica (2006). The Shift in United States-Sudan Relations: A Troubled Relationship and the Need for Mutual Cooperation. **The Journal of Conflict Studies**, vol.26, n.02.

OGOT, Bethwell A (2010). **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. UNESCO, Brasília.

OIL CHANGE INTERNATIONAL (2010). **Sudan's Oil Figures Don't Add up, Undermining Peace Deal**. Disponível em: <<http://priceofoil.org/2010/03/18/sudan%E2%80%99s-oil-figures-don%E2%80%99t-add-up-undermining-peace-deal/>>. Acesso em: 26 de abr. 2016.

OLIVEIRA, Henrique A.; SOUSA, Maria E. (2013). China-África: Perspectivas e controvérsias. **Boletim Meridiano 47**, vol.14, n.137, p.27-34.

ONE WORLD NATIONS ONLINE (2009). **Political Map of Sudan**. Disponível em: <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/sudan-administrative-map.htm>. Acesso em: 06 de ago. 2016

OPEN OIL (2012). **South Sudan Oil Almanac - an Open Oil Reference Guide**. Disponível em: <<http://45.63.23.150/south-sudan-oil-almanac.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

OTTAWAY, Marina; SADANY, Mai el- (2012). Sudan: from Conflict to Conflict. **The Carnegie Papers**. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/sudan_conflict.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2015.

PAGLIA, Pamela. (2008). "Ethnicity and Tribalism: are these the Root Causes of the Sudanese Civil Conflicts: African conflicts and the Role of Ethnicity: a Case study of Sudan." **Africa Economic Analysis**, p.1-42.

PATEY, Luke (2014). **The New Kings of Crude: China, India, and the Global Struggle for Oil in Sudan and South Sudan**. London: Hurst.

_____. (2016). **China's foreign policy and security challenges**. China's New Crisis Diplomacy in Africa and the Middle East. Danish Institute for International Studies (DIIS), policy brief.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. EMBASSY OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN SOUTH SUDAN (2012). **China Provides Antimalarial Drugs to South Sudan**. 28 de nov. de 2012. Disponível em: <<http://ss.chineseembassy.org/eng/sbjw/t993376.htm>>. Acesso em: 01 de fev. de 2016.

_____. MINISTRY OF COMMERCE (2011). **2010 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment**. Disponível em: <<http://images.mofcom.gov.cn/hzs/accessory/201109/1316069658609.pdf>>. Acesso: 30 de jan. 2016.

_____. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (2004). **Diplomatic Ties Between China and African Countries**. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceza/eng/zghfz/zfgx/t165322.htm>>. Acesso em: 20 de set. 2015.

_____. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (2007). **Explanation of Vote on Security Council Resolution on Darfur Sudan by Permanent Representative of China to the United Nations Ambassador Wang Guangya**. Disponível em: <<http://www.china-un.org/eng/xw/t346707.htm>>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

_____. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (2011). **Chinese Government's Special Representative for African Affairs Liu Guijin Visits South Sudan**. 08 de dez. 2011. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wshd_665389/t886230.shtml>. Acesso: 02 de fev. 2016.

_____. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (2015). **President Xi Jinping Meets with President Omar Hassan Ahmad al-Bashir of Sudan**. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/jnkzsl70zn/t1294136.shtml>. Acesso em: 05 de mar. 2016.

_____. PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA TO THE U.N. (2008). **China's SR on Darfur Holds a Briefing in Beijing**. Disponível em: <<http://www.chinaun.org/eng/chinaandun/securitycouncil/regionalhotspots/africa/darfur/t468259.htm>>. Acesso em: 07 de abr. 2016.

_____. THE STATE COUNCIL (2010). **China-Africa Economic and Trade Cooperation**. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2010-12/23/content_1771603.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2016.

_____. THE STATE COUNCIL (2013). **China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)**. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm>. Acesso em: 05 de abr. 2015.

_____. THE STATE COUNCIL (2014). **China's Foreign Aid**. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7209074.htm>. Acesso em: 22 de set. 2015.

PRUNIÉR, Gérard (1996). **Identity Crisis and The Weak State: The Making of The Sudanese Civil War**. London, WRITENET. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6a6bb4.html>>. Acesso em: 04 de nov. 2015.

REUTERS ÁFRICA. **Sudan applies for OPEC membership**, 20 de out. 2015. Disponível em: <<http://af.reuters.com/article/investingNews/idAFKCN0SE22V20151020>>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

ROSEN, Daniel, H; HOUSER, Trevor (2007). What Drives China's Demand for Energy (and What It Means for the Rest of Us). In: BERGSTEN, Fred et al.(Eds.). **The China Balance Sheet in 2007 and Beyond**. The Center for Strategic and International Studies (CSIS).

ROSSOUW, G.J; GEERTS, Sofie; XINWA, Namhla (2014) Africans' Perceptions of Chinese Business in Africa: A Survey. **Ethics Institute of South Africa (EthicsSA)**, n.18.

SAFERWORLD (2011). **China's growing role in African peace and security**. Disponível em: <<http://www.saferworld.org/resources/view-resource/500-chinas-growing-role-in-african-peace-and-security>>. Acesso em: 25 de abr. 2015.

SALMAN, M. A. Salman (2013). The Abyei territorial dispute between North and South Sudan: Why has its resolution proven difficult? In: UNRUH, J; WILLIAMS, Rohdri.C.(Orgs). **Land And Post-Conflict Peacebuilding**. Earthscan.

SANDRAI, Adel (2013). **Resumption of Oil Production in South Sudan**. The Sudd Institute. Weekly review, 23 de abr. Disponível em: <<http://www.suddinstitute.org/publications/show/resumption-of-oil-production-in-south-sudan/>>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

SARKESIAN, Sam C. The Southern Sudan: a Reassessment. **African Studies Review**, vol.16, n.01, p.1-22.

SAUTMAN, Barry; HAIRONG, Yan (2009). African Perspectives on China-Africa Links. **The China Quarterly**, n.199, p.728-759.

SEGATI, Irene (2013). **Challenging the Dragon: China's New Role in Sudan and South Sudan**. Università Degli Studi Firenze.

SHAHI, Ahmed (1979). Traditional Politics and a One-Party System in Northern Sudan. **Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies)**, vol.06, n.01, p.3-12.

SHAMBAUGH, David. (2011). Coping with a Conflicted China. **The Washington Quarterly**, vol.34, n.01 p. 7-27.

SHINN, David H. (2004). Addis Ababa Agreement: was it destined to fail and are there lessons for the Current Sudan Peace Process? **Annales d'Ethiopie**, vol. 20, pp. 239-259.

SMALL ARMS SURVEY. (2007). **Arms, oil, and Darfur- The evolution of relations between China and Sudan**. Sudan Issue Brief, n.07.

SOUTHERN SUDAN COMMISSION (2011). **Southern Sudan Referendum, Final Reports**. Disponível em:

<http://southernsudan2011.com/sites/default/files/Final_Results_Report_20110206_1512.pdf>
> Acesso em: 22 de jan. 2016.

SUDAN TRIBUNE (2016). **Khartoum preparing for South Sudan's possible oil shut down, says official**. 20 January. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/spip.php?article57750>> Acesso em: 25 de jan. 2016.

SULIMAN, Kabashi, M; BADAWI, Ahmed, A. A. (2010). An assessment of the Impact of China's Investments in Sudan. **Collaborative Research Project on The Impact of China-Africa Relations**.

SUN, Yun (2014). **Africa in China's Foreign Policy**. Brookings Institution, Washington.

SUN, Xuefeng; JIN, Feng. (2009). China's Major Approaches to Solving the Darfur Issue. **Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)** vol.3, no. 3, p.29-41.

TAYLOR, Ian. (2006). **China and Africa: Engagement and Compromise**. Routledge, Londres.

_____ (2015). China's Response to the Ebola Virus Disease in West Africa. The Round Table: **The Commonwealth Journal of International Affairs**, vol.104, n.01, p.41-54.

TEMIN, Jon (2010). **Secession and Precedent in Sudan and Africa**. United States Institute of Peace, peacebrief n.68.

THE COMPREHENSIVE PEACE AGREEMENT – CPA (2005). Disponível em: <<http://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Documents/General/cpa-en.pdf>> Acesso em: 27 de nov. 2015.

THE GUARDIAN, (2001). **Strike One**. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2001/oct/02/afghanistan.terrorism3>> Acesso em: 19 de jan. 2016.

THE GULF 2000 PROJECT (2013). **Sudan (formerly united), Ethnical Composition**. Disponível em: <<http://gulf2000.columbia.edu/maps.shtml>>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

_____ (2013b). **Sudan (formerly united), Religious Composition**. Disponível em: <http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Sudan_Religion_lg.jpg>. Acesso: 02 de mar. 2016.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **What does Sudan Import from China?** Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/sdn/chn/show/2009/>. Acesso: 30 de jan. 2016.

THE WHITE HOUSE (2001). **Address to a Joint Session of Congress and the American People**. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>> Acesso em: 21 de jan. 2016

THE WORLD BANK (2015). World Bank Data. GDP Growth (Annual %) – China. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?page=4>>. Acesso em: 25 de out. 2015.

_____ (2016). **World Bank Lowers 2016 Forecasts for 37 of 46 Commodity Prices, Including Oil**. 26 de jan. de 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2016/01/26/world-bank-lowers-2016-forecasts-for-37-of-46-commodity-prices-including-oil>>. Acesso em: 28 de jan. 2016.

THRALL, Lloyd (2015). **China's Expanding African Relations Implications for U.S. National Security**. RAND Corporation.

TIEZZI, Shannon (2015). **UN Report: China Sold \$20 Million in Arms and Ammunition to South Sudan.** The Diplomat. August, 27. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/08/un-report-china-sold-20-million-in-arms-and-ammunition-to-south-sudan/>>. Acesso: 27 de jan. 2016.

TUBIANA, Jérôme. (2008). **The Chad–Sudan Proxy War and the ‘Darfurization’ of Chad.** Small Arms Survey, HSBA, Working Paper n.12.

UNITED NATIONS (2004). **Security Council Demands Sudan Disarm Militias in Darfur, Adopting Resolution 1556 (2004) by Vote of 13-0-2.** 30 de jul de 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2004/sc8160.doc.htm>>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

_____ (2004b). **Security Council Declares Intention to Consider Sanctions to Obtain Sudan’s Full Compliance with Security, Disarmament Obligations on Darfur.** 18 de set. 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2004/sc8191.doc.htm>> Acesso em: 30 de jan. 2016.

_____ (2005). **Security Council Refers Situation in Darfur, Sudan, to Prosecutor of the International Criminal Court.** 31 de mar. 2005. <<http://www.un.org/press/en/2005/sc8351.doc.htm>>. Acesso em: 31 de jan. 2016.

_____ (2005b). **Security Council Expands Mandate of UN Mission in Sudan to Include Darfur, Adopting Resolution 1706 by vote of 12 in Favour with 3 Abstaining.** 31 de agosto, 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2006/sc8821.doc.htm>>. Acesso em: 31 de jan. 2016.

_____ (2007). **The United Nations and Darfur.** Disponível em: <http://www.un.org/News/dh/infocus/sudan/fact_sheet.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

_____ (2007b). **Security Council Authorizes Deployment of United Nations-African Union ‘Hybrid’ Peace Operation in Bid to Resolve Darfur Conflict.** 31 de jul. 2007. Disponível: <<http://www.un.org/press/en/2007/sc9089.doc.htm>>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

_____ (2014). **Security Council, Adopting Resolution 2155 (2014), Extends Mandate of Mission in South Sudan, Bolstering Its Strength to Quell Surging Violence.** 27 de mai. 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2014/sc11414.doc.htm>>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

_____. UNBISNET (1971). **Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations** : resolution / adopted by the General Assembly. A/RES/2758(XXVI). (25 October 1971) Disponível em: <<http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=14P294AK19715.11453&menu=search&aspect=power&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=voting&ri=1&source=~%21horizon&index=.VM&term=2758&x=0&y=0&aspect=power>> Acesso em: 13 de mai. 2015.

_____ (2013). UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **About Sudan.** Disponível em: <<http://www.sd.undp.org/content/sudan/en/home/countryinfo/>> Acesso em: 27 de out. 2015.

_____ (2015). UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **South Sudan Situation**. UNHCR Regional Update 77. Disponível em <<http://www.unhcr.org/pages/4e43cb466.html>> Acesso: 18 de dez. 2015.

_____ (2011) UNITED NATIONS NEWS CENTER. **UN welcomes South Sudan as 193rd Member State**. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39034#.VzkYq_krLrc> Acesso em: 26 de jan. 2016.

_____ (2010). UNITED NATIONS PEACEMAKER. **Accord de Ndjamena sur la normalisation des relations entre le Tchad et le Soudan**. Disponível em: <http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SD%20TD_100115_Accord%20de%20Ndjamena.pdf> Acesso em 20 de jan. 2016

_____ (2015). UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Contributors to United Nations peacekeeping operations**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/sep15_1.pdf>. Acesso em: 19 de set. 2015.

_____ (1996) SECURITY COUNCIL. **Resolution 1054**. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/107/86/PDF/N9610786.pdf?OpenElement>>. Acesso em 19 de jan. 2016.

_____ (2011). SECURITY COUNCIL **S/RES/1990**. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1990\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1990(2011))>. Acesso em: 25 de mar. 2016.

_____ (2016). SECURITY COUNCIL REPORT. **Sudan (Darfur)**. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2016-01/sudan_darfur_20.php>. Acesso em: 25 de jan. 2016.

UNIVERSITIE OF TEXAS (2001). **Oil and Gas Concessions Holders in Sudan**. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/sudan_oil_usaid_2001.pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2016.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (2014). **China**. Disponível em: <http://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/China/china.pdf> Acesso em: 25 de set. 2015.

_____ (2014b). **Sudan and South Sudan**. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Sudan_and_South_Sudan/sudan.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2015.

VERHOEVEN, Harry (2014). Is Beijing's Non-Interference Policy History? How Africa is Changing China. **The Washington Quarterly**, vol.37 n.02, p.55-70.

_____; OLIVEIRA, Ricardo Soares de; JAGANATHAN Madhan Mohan (2016). To Intervene in Darfur, or Not: Re-examining the R2P Debate and Its Impact. **Global Society**, 30:1, p.21-37.

VERJEE, Aly (2012). New north, old north: the republic of Sudan after the Split. In: STIFTUNG, Heinrich B. **Sudan after Separation New Approaches to a New Region**. vol.28.

VIDINO, Lorenzo (2006). The Arrival of Islamic Fundamentalism in Sudan. **The Fletcher School Online Journal for issues related to Southwest Asia and Islamic Civilization**. Disponível em: http://fletcher.tufts.edu/~media/Fletcher/Microsites/al%20Nakhlah/archives/2006/vidino_fall.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2016.

VISENTINI, Paulo F.; OLIVEIRA, Guilherme Z. (2012). As relações sino-africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. **Revista Século XXI**, vol.03, n.01, p.25-40.

WALT, Vivienne (2007). **A Khartoum boom, courtesy of China**. CNNMoney, August 6. Disponível em: http://money.cnn.com/2007/08/06/news/international/Sudan_khartoum.fortune/index.htm.> Acesso em: 29 de jan. de 2016.

WANG, Jianwei (2009). China's Peaceful Rise: A Comparative Study. **East Asia Institute (EAI)**, Working Paper 19.

WARBURG, Gabriel R. (1990). The Sharia in Sudan: Implementation and Repercussions, 1983-1989. **Middle East Journal**, vol.44, n.04, v.44.

WEI, Yang. (2014). Admiral Zheng He's Voyages to the "West Oceans". **Maritime Asia**, vol.19, n.2, p.26-30.

WENPING, He (2010). The Darfur issue: a new test for China's Africa policy. In: CHERU, Fantu; OBI, Cyril. **The rise of China and India in Africa Challenges, opportunities and critical interventions**. Zed Books.

WHEELER, Thomas (2012). **China and South Sudan**. Saferworld Report.

WOODWARD, Peter (2012). Sudan's Fragile State, 1956-1989. In: **The Sudan Handbook**. Ed(s): Ryle, John et al. Rift Valley Institute, London.

WU, Chegqiu (2010). Sovereignty, Human Rights, and Responsibility: Changes in China's Response to International Humanitarian Crises. **Journal of Chinese Political Science**, vol.15, n.01 p.71-97.

_____ (2007). Barking Up the Wrong Tree? The Master Narrative of "China Threat Theory" Examined. In: GUO, Sujian; GUO Baogang (eds.) **Challenges facing Chinese political development**. Lexinton books.

WUTHNOW, Joel (2011). **Beyond the Veto: Chinese Diplomacy in the United Nations Security Council**. Routledge. Columbia University.

XINHUANET (2008). CPC official: CPC to promote co-op with Sudan's National Congress. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2008-07/10/content_8519798.htm>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

_____ (2009). **Sudanese presidential adviser says Sudan-China ties model to world.** Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2009-02/11/content_10797499.htm>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

_____ (2015). **Chinese Premier Li Keqiang delivered a speech on development and prosperity at the headquarters of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) in Paris on July 1.** Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/china/2015-07/04/c_134382017.htm>. Acesso em: 19 de set. 2015

YAGOOB, Adam; HADAM, Adam; TING, Zuo. (2015). Evaluation of Foreign Aid from China on Sudan's Economic Development Process. **Developing Country Studies**, vol.5, no.8.

YANG, Enrique E. (2005). Mao Zedong y Deng Xiaoping: medio siglo de diplomacia china. In: RIOS, Xulio.(Ed.) **Política exterior de China** - La diplomacia de una potencia emergente. Edicions Bellaterra.

YIN, Robert (2003). **Case Study research – Design and Method.** Sage Publications, 3ed.

YIZHOU, Wang (2012). “Creative involvement”: a new direction in Chinese diplomacy. In: LEONARD, Mark. **China 3.0.** European Council of Foreign Relations.

ZHAO, Suisheng (2013). Chinese Foreign Policy as a Rising Power to find its Rightful Place. **Perceptions**, Spring, Volume XVIII, n.01, p. 101-128.